

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	21
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	22
1.5 Principais clientes	23
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	24
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	25
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	26
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	27
1.10 Informações de sociedade de economia mista	30
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	31
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	32
1.13 Acordos de acionistas	33
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	34
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	35
1.16 Outras informações relevantes	36
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	37
2.2 Resultados operacional e financeiro	66
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	72
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	73
2.5 Medições não contábeis	74
2.6 Eventos subsequentes as DFs	75
2.7 Destinação de resultados	76
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	78
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	79
2.10 Planos de negócios	80
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	82
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	88
3.2 Acompanhamento das projeções	89

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	90
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	128
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	129
4.4 Processos não sigilosos relevantes	134
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	138
4.6 Processos sigilosos relevantes	139
4.7 Outras contingências relevantes	140
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	141
5.2 Descrição dos controles internos	142
5.3 Programa de integridade	143
5.4 Alterações significativas	149
5.5 Outras informações relevantes	150
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	151
6.3 Distribuição de capital	154
6.4 Participação em sociedades	155
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	156
6.6 Outras informações relevantes	157
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	158
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	161
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	162
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	163
7.4 Composição dos comitês	173
7.5 Relações familiares	178
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	179
7.7 Acordos/seguros de administradores	180
7.8 Outras informações relevantes	181
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	182

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	184
8.3 Remuneração variável	187
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	189
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	190
8.6 Outorga de opções de compra de ações	191
8.7 Opções em aberto	192
8.8 Opções exercidas e ações entregues	193
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	194
8.10 Outorga de ações	195
8.11 Ações entregues	196
8.12 Precificação das ações/opções	197
8.13 Participações detidas por órgão	198
8.14 Planos de previdência	199
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	200
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	201
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	202
8.18 Remuneração - Outras funções	203
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	204
8.20 Outras informações relevantes	205
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	207
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	209
9.4 Outras informações relevantes	210
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	211
10.1 Descrição dos recursos humanos	212
10.2 Alterações relevantes	213
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	214
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	215
10.5 Outras informações relevantes	216
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	217

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	218
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	229
11.3 Outras informações relevantes	230
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	231
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	233
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	234
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	235
12.5 Mercados de negociação no Brasil	236
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	237
12.7 Títulos emitidos no exterior	238
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	239
12.9 Outras informações relevantes	240
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	241
13.1 Declaração do diretor presidente	242
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	243
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	244

1.1 Histórico do emissor

1 – ATIVIDADES DO EMISSOR

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

As atividades do Banco Daycoval tiveram início em 1968, com a criação da Daycoval Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), e em 1970, foi inaugurada a Valco Corretora de Valores.

Em 1989, o Banco teve a sua denominação social alterada para Banco Daycoval S.A. após a instituição ter sido autorizada a operar como um banco múltiplo pelo Banco Central. Desde então, o Banco oferece financiamento a empresas.

Em 1994, o Banco foi autorizado pelo Banco Central a operar carteiras comerciais e, em 1995, a atuar na área de câmbio de forma a complementar às suas tradicionais operações de crédito corporativo.

Em 1995, a Instituição expandiu sua atuação para a área de câmbio, produto complementar às tradicionais operações de crédito. Em 1997, o Daycoval inaugurou sua primeira agência fora da capital paulista, na cidade de Campinas (SP).

Na crise de liquidez ocorrida em 2004, enquanto o setor passava por um período de retração, o Banco Daycoval expandia suas atividades, com a criação do Daycoval Asset Management e o início das operações de crédito consignado para pessoas físicas, com a marca Daycred. Como parte da estratégia de expansão, foi inaugurada, em 2005, a nova sede do Banco Daycoval, localizada na Avenida Paulista.

Em 2006, a instituição expandiu as suas operações no segmento de varejo para passar a oferecer financiamentos de veículos.

Em 2007, o Banco criou a Dayprev para operar no mercado de seguros.

O início da negociação das ações sob o código DAYC4 no dia 29 de junho de 2007 marcou uma nova etapa na atuação do Banco Daycoval no sistema financeiro brasileiro. Na oferta pública primária foram emitidas 55.082.712 ações preferenciais ao preço de R\$ 17,00 por ação, o que viabilizou a captação pelo Daycoval de R\$ 936,4 milhões.

Em 21 de janeiro de 2008, conforme publicado no Diário Oficial da União, o Banco Central do Brasil concedeu autorização ao Daycoval para instalação de dependência no exterior sediada em Grand Cayman, Cayman Island e, em 28 de maio de 2008, foi integralizado capital para o início das atividades do Banco Daycoval S.A. – Cayman Branch.

Em junho de 2008, o Daycoval foi homologado pelo BNDES como Agente Financeiro Repassador. Este novo produto faz parte da estratégia de diversificação e também gera oportunidades de cross-selling no segmento de empresas do Daycoval.

1.1 Histórico do emissor

Em 2009, o Banco celebrou um contrato com um grupo de investidores (os "Pioneer Investors"), segundo o qual os investidores pioneiros subscreveram instrumentos de dívida em uma colocação privada e adquiriram bônus de subscrição conversíveis em ações ordinárias e ações preferenciais do Banco. Com o exercício dos bônus de subscrição durante os últimos anos, os Investidores Pioneiros tornaram-se acionistas significativos do Banco.

Em 2010, o Banco deu início as operações com lojas de câmbio e realizou a emissão de Eurobond por meio da agência do Daycoval nas Ilhas Cayman, que captou o montante de US\$ 300 milhões com prazo de 5 anos, parte do programa de Eurobônus que totaliza US\$ 1 bilhão.

Em janeiro de 2011, o Banco realizou a emissão de Eurobond que captou o montante de US\$ 300 milhões pelo prazo de 5 anos. Neste mesmo ano, o Banco conquistou Investment Grade pela agência internacional Moody's e foi o primeiro banco a realizar emissão pública de Letra Financeira no montante de R\$ 249,9 milhões, que integram a primeira série emitida dentro do Programa de Letras Financeiras do Banco registrado junto à CVM no valor total de R\$ 1 bilhão.

Em 2012, o Banco iniciou as operações com débito em conta, além de ter recebido o prêmio – O maior Banco por Lucro Líquido – Categoria Middle Market pelo Jornal Brasil Econômico.

Em maio de 2013, o Daycoval efetivou a migração para o nível 2 de governança corporativa da B3.

Em setembro de 2014 foi realizada a 4ª emissão de Letras Financeiras no montante de R\$ 350,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$ 100,0 milhões e vencimento em 24 meses e 1 dia contados da data de emissão, e a 2ª série no montante de R\$ 250 milhões e prazo de 36 meses contados da data de emissão. No mesmo período, o Banco emitiu EuroBonds captando o montante de US\$ 500,0 milhões com prazo de até 5 anos.

Em dezembro de 2014, o Daycoval adquiriu o Banco Commercial Investment Trust do Brasil S.A. ("Banco CIT Brasil"), uma subsidiária do CIT Group Inc., especializada no fornecimento de crédito a pequenas e médias empresas com o foco em operações de leasing de equipamentos, principalmente no segmento de TI.

No ano de 2015 o Daycoval elaborou o seu primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade. O documento, produzido de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) na sua versão mais atual, a G4, busca oferecer uma visão integrada dos negócios, bem como dos indicadores econômicos, sociais e ambientais. É uma demonstração do compromisso com a transparência da gestão e incorporação da sustentabilidade à sua estratégia de geração de valor.

Em 24 de junho de 2015, o Banco anunciou que o Banco e os controladores fariam uma oferta pública de aquisição das ações preferenciais de emissão do Banco e de titularidade de seus acionistas minoritários, para fins do cancelamento do registro de companhia aberta, cumulado com a saída do Nível 2 da B3 ("OPA").

1.1 Histórico do emissor

Em 15 de dezembro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação concedida pela Diretoria Colegiada do Banco Central em sessão de 27 de outubro de 2015, formalizada por meio do Ofício 18610/2015-BCB/Deorf/Gabin, datado de 4 de novembro de 2015, da compra de 100% (cem por cento) das ações do Banco CIT Brasil, cuja denominação atual é Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S/A. Esta aquisição representa uma oportunidade para o Daycoval oferecer o produto Leasing, gerando sinergia e completando seu portfólio.

Em 11 de agosto de 2016, foi realizado com sucesso o leilão da OPA, ocasião em que foram adquiridas pela Companhia e pelos acionistas controladores, 58.394.941 ações preferenciais ao preço unitário de R\$ 9,08, totalizando um desembolso de R\$ 530.226.064,28, remanescendo menos de 5% do número total de ações em circulação. Em 05 de setembro de 2016, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o resgate das 3.891.298 ações em circulação remanescentes.

Em 24 de agosto de 2016, foi aprovado pela CVM o pedido de conversão do registro de companhia aberta da Companhia da categoria "A" para a categoria "B".

Em 20 de dezembro de 2016, foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria, ou seja, 37.340.711 ações preferenciais. A família Dayan se torna, assim, controladora de 100% do capital social do Banco Daycoval.

Em 1 de março de 2017, a B3 procedeu ao cancelamento da listagem do Banco como emissor de ações.

Em abril de 2018, foi realizada a 6ª emissão de Letras Financeiras do Banco no montante de R\$ 500,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$ 152,5 milhões e vencimento em 13 de abril de 2020, e a 2ª série no montante de R\$ 347,5 milhões e vencimento em 13 de abril de 2021.

Em novembro de 2018 o Banco recebeu o selo Melhores Empresas para se trabalhar certificado pela Great Place to Work. Este certificado reflete a qualidade do ambiente de trabalho e as boas práticas de gestão de pessoas do Banco.

Em outubro de 2018, o Banco converteu todas as ações preferenciais em ações ordinárias na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, bem como complementou a sua base de capital por meio da primeira emissão de dívida subordinada do Banco, reconhecida como capital de nível 2 pelo Banco Central.

Em março de 2019 foi realizada a 7ª emissão de Letras Financeiras do Banco no montante de R\$ 2,0 bilhões, composta por quatro séries de R\$ 500 milhões, com vencimentos nos prazos de 24 (vinte e quatro) meses e 3 (três) dias, 36 (trinta e seis) meses e 3 (três) dias, 48 (quarenta e oito) meses e 3 (três) dias e 60 (sessenta) meses e 3 (três) dias, respectivamente.

Em dezembro de 2019, o Banco (i) emitiu US\$ 350 milhões em bônus no mercado internacional. Os títulos têm prazo de cinco anos – vencimento em 2024 – e uma rentabilidade (yield) na emissão de 4,375% ao ano e (ii) concluiu a captação de aproximadamente US\$ 425 milhões junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento voltado ao setor privado. Do total, US\$ 150 milhões foram financiados com recursos do BID Invest. O restante, por um grupo de bancos dentre eles: Banco Santander S.A., Itaú BBA International Plc, Industrial and

1.1 Histórico do emissor

Commercial Bank of China Limited, Citibank NA, Commerzbank AG, Standard Chartered Bank, Banco Latinoamericano de Comércio Exterior S.A., Banco de Crédito e Inversiones S.A., Banco de Occidente S.A., Banco Safra (Cayman Islands) Limited, BHD International Bank S.A., and BAC Florida Bank S.A.

Em 2020, no âmbito internacional o Daycoval recebeu empréstimo de US\$ 100,0 milhões junto a IFC, membro do Banco Mundial, visando aumentar o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas (PMEs), incluindo empresas de propriedade de mulheres. Localmente, houve captação por meio da emissão de Letra Financeira Garantida (LFG) no montante de R\$ 4,9 bilhões e Letras Financeiras com vencimento perpétuo no montante de R\$ 297,2 milhões. Os recursos foram aportados nas Letras Financeiras pelos próprios acionistas e passaram a compor o capital da instituição.

Em 2021, no âmbito da Captação, o Daycoval concluiu durante o ano, três emissões sindicalizadas junto a IFC (International Finance Corporation), ao BID Invest (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e sindicato de Bancos no montante total de US\$ 851,0 milhões no prazo de até 4 anos, para oferecer linhas de financiamento de capital de giro a pequenas e médias empresas, incluindo empresas de propriedade de mulheres e para regiões menos favorecidas do Brasil. No âmbito local emitiu a décima oferta pública de Letras Financeiras (LF's), um total de R\$ 1,0 bilhão em 3 séries, sendo a mais longa no prazo de 4 anos.

No ano de 2022, continuamos evoluindo no quesito ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) com critérios, práticas e métricas muito mais estruturados. Além disso, o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais e concluiu a renovação de sua operação com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, que resultou em uma transação adicional de US\$ 100 milhões, pelo prazo de até 3 anos. Os recursos destinam-se ao estímulo do crédito ao empreendedorismo feminino de pequenas e médias empresas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1 – ATIVIDADES DO EMISSOR

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Visão Geral

Somos um banco brasileiro de médio porte com mais de 50 anos de história. Oferecemos aos nossos clientes soluções diversificadas de crédito para pessoas físicas e jurídicas e produtos de investimento e de câmbio através de canais físicos e digitais. Temos 3.432 colaboradores em uma rede de distribuição e relacionamento robusta com mais de 50 agências próprias, incluindo 51 lojas Daycred, 1.328 correspondentes bancários e uma plataforma omnichannel com apps e outras soluções digitais em pleno crescimento. Em 31 de dezembro de 2022, nossa carteira de crédito ampliada (que considera o crédito concedido a empresas (incluindo avais e fianças), o crédito consignado, o crédito para aquisição de veículos, crédito com garantia de imóvel e títulos privados (Debêntures, CPRs, CRAs e CRIs)), possuía mais de R\$55,5 bilhões em ativos, refletindo numa taxa de crescimento anual média de 22,8% considerando os últimos 3 exercícios. O lucro líquido acumulado em dezembro de 2022 foi de R\$ 1,1 bilhão. Neste mesmo exercício de 2022, nossa carteira de crédito ampliada cresceu 18,7% e nosso lucro líquido do exercício recorrente cresceu 5,3%, para R\$ 1,3 bilhão.

Acreditamos ser um dos bancos que oferece a melhor combinação de crescimento e rentabilidade de forma consistente através dos ciclos. Nossos índices de retorno sobre patrimônio líquido médio recorrente (ROAE) e sobre ativos médios recorrente (ROAA) em 31 de dezembro de 2022 foram de aproximadamente 24,2% e 2,0%, respectivamente.

Nossa equipe de gerenciamento sênior, com um *mindset* proativo e voltado para negócios, foi pioneira no crescimento do Banco e fomentou uma cultura de inovação e empreendedorismo, se pautando em décadas de experiência de mercado relevante, com um histórico de sucesso e eficiência tanto em momentos de crises como em fases de crescimento, sempre com foco nos principais valores e estratégias do Banco.

Acreditamos que o Banco Daycoval se destaca no mercado como um banco conservador na sua estrutura de capital e conhecedor dos diversos riscos de crédito aos quais está exposto. Nossa principal fonte de receita sempre foi a carteira de crédito, que é focada em nichos de maiores margens, cujo risco é mitigado por baixa concentração e a diversificação dos produtos. Enquanto possuímos uma elevada originação de crédito, atualmente em níveis históricos para o Banco, mantemos um balanço sólido, pouco alavancado, com uma captação adequada e de prazos médios mais longos do que a carteira de crédito, além de uma liquidez robusta. Na última

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

década, nossos indicadores mostraram uma alta margem financeira, um elevado índice de Basileia e um baixo *ratio* de despesas operacionais por receita bancária.

Nossa estratégia operacional está focada nas principais áreas de negócios elencadas a seguir:

- **Crédito Corporativo**, por meio do qual oferecemos empréstimos para capital de giro, desconto de duplicatas, compra de recebíveis, fianças, financiamento comercial, *leasing* bem como repasse de linhas do BNDES;
- **Crédito para Pessoas Físicas**, por meio do qual oferecemos empréstimos consignados, financiamento para compra de veículos e financiamento imobiliários; e
- **Assessoria Financeira e Gestão de Ativos**, por meio do qual oferecemos serviços de assessoria no âmbito do mercado de capitais, câmbio, tesouraria e gestão de ativos e de produtos de investimento.

Acreditamos estar numa posição singular para continuar a obter resultados expressivos e capturar clientes mal assistidos pelo mercado, nos pautando em uma sólida experiência adquirida ao longo de nossa história, especialmente nos segmentos de crédito corporativo e para pessoas físicas, e agora com uma plataforma digital madura que nos possibilita aliar as melhores características das fintechs com a indústria bancária tradicional. Nosso modelo de negócios combina, por um lado, a proposta de valor das fintechs, através de uma jornada centrada no cliente, agilidade e mindset inovador, com estrutura de baixo custo e escalável por meio da tecnologia intensiva, e, por outro lado, dos bancos tradicionais, com ampla escala, experiência e capacidade na concessão de crédito e outros serviços financeiros, além de rentabilidade comprovada.

Nossos resultados e Condição Financeira

Nossas diferentes áreas de negócios geraram resultados atraentes e retornos sobre o patrimônio por meio de condições econômicas e de mercado adversas.

No exercício de 2019, criamos o App Consignado com o objetivo de entregar soluções simples e ágeis aos nossos clientes e dar maior velocidade na liberação de recursos. Através do aplicativo é possível simular e contratar empréstimos e financiamentos, realizar refinanciamentos, acompanhar propostas e efetuar atualizações cadastrais.

Também em 2019, desenvolvemos o APP PromAuto, no intuito de atender a jornada do lojista e correspondente bancário de veículos. Por meio deste aplicativo, o lojista pode fazer simulações, bem como preencher e enviar propostas de clientes. Essa

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

proposta chega até o correspondente bancário que, por sua vez, faz a análise prévia do crédito e encaminha a proposta à mesa de crédito.

A tabela a seguir destaca algumas de nossas informações financeiras nas datas e para os períodos indicados:

Em 31 de dezembro de

	2022	2021	2020
(R\$ milhões, exceto percentuais)			
Total do Ativo	69.704,9	61.931,6	49.159,8
Patrimônio Líquido	5.738,5	4.981,3	4.425,9
Carteira de Crédito Ampliada ⁽¹⁾	55.453,8	46.715,3	36.747,5
Depósitos totais ⁽²⁾	17.864,9	17.281,0	14.027,6
Recursos de aceitação e emissão de títulos ⁽³⁾	23.079,5	20.160,3	17.923,8
Índice de Basileia ⁽⁴⁾	12,9%	13,0%	14,5%
Caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez	5.394,0	4.585,6	8.584,7
Provisão para perdas em empréstimos como uma percentagem do total da carteira de empréstimos	3,2%	3,5%	4,3%
Lucro Líquido do Exercício Recorrente ⁽⁵⁾	1.314,1	1.247,8	1.122,5
ROAE Ajustado ⁽⁶⁾	24,2%	25,0%	27,2%
ROAA Ajustado ⁽⁷⁾	2,0%	2,3%	2,8%
Índice de Eficiência ⁽⁸⁾	37,8%	29,9%	26,4%

(1) Carteira de crédito ampliada inclui operações de crédito e de outros créditos diversos, avais e fianças e títulos privados.

(2) Depósito à vista, a prazo, interfinanceiros e em moedas estrangeiras.

(3) Considera: letras de crédito imobiliário (LCI), letras de crédito do agronegócio (LCA), letras financeiras (LF) e títulos emitidos no exterior.

(4) O Índice de Basileia corresponde ao patrimônio de referência do Banco, dividido pelo ativo ponderado pelo risco, cada um conforme determinado de acordo com os regulamentos do Banco Central.

(5) Lucro Líquido do Exercício Recorrente contempla receitas/despesas de marcação a mercado de operações de hedge e receitas/despesas de variação cambial de dependência no exterior, que são efeitos temporários no resultado operacional do Banco.

(6) O retorno sobre o patrimônio líquido médio ajustado (ROAE Ajustado) corresponde ao lucro líquido do período, ajustado por receitas/despesas de marcação a mercado de operações de hedge e receitas/despesas de variação cambial de dependência no exterior, que são efeitos temporários no resultado operacional do Banco, dividido pelo patrimônio líquido médio do exercício atual comparado ao do exercício anterior. O ROAE Ajustado é calculado dividindo-se (a) o lucro líquido do exercício recorrente pelo (b) patrimônio líquido médio, que representa a soma do patrimônio líquido do encerramento do exercício atual com o patrimônio líquido do encerramento do exercício anterior, dividido por dois. **O retorno sobre o patrimônio líquido médio não é uma medida calculada de acordo com o BRGAAP ou o IFRS.**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

(7) O retorno sobre o ativo médio ajustado (ROAA Ajustado) corresponde ao lucro líquido do período, ajustado por receitas/despesas de marcação a mercado de operações de hedge e receitas/despesas de variação cambial de dependência no exterior, que são efeitos temporários no resultado operacional do Banco, dividido pelo ativo total médio do exercício atual comparado ao do exercício anterior. O ROAA Ajustado é calculado dividindo-se (a) o lucro líquido do exercício recorrente por (b) todo o ativo médio, que representa a soma do ativo total do encerramento do exercício atual com o ativo total do encerramento do exercício anterior, dividido por dois. **O retorno sobre o ativo médio não é uma medida calculada de acordo com o BRGAAP ou o IFRS.**

(8) O índice de eficiência é calculado dividindo-se (a) a soma das (i) despesas com pessoal, (ii) outras despesas administrativas, excluindo depreciação e amortização, e (iii) comissões pela (b) soma das (i) receitas brutas de intermediação financeira, (ii) receitas de serviços prestados, e (iii) receitas de compra de direitos creditórios, menos (iv) a variação cambial. O índice de eficiência não é calculado utilizando-se uma metodologia padrão e pode não ser comparável à definição de índice de eficiência ou a medidas com títulos semelhantes utilizadas por outros bancos. **O índice de eficiência não é uma medida calculada de acordo com o BRGAAP ou o IFRS.** O Banco acredita que o índice de eficiência proporciona uma compreensão útil do seu desempenho operacional, particularmente ao longo do tempo.

Em 2020 foi aprovado o pagamento de R\$ 173,6 milhões de JCP - Juros sobre o Capital Próprio - e deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 133,3 milhões como destinação do lucro líquido ajustado de 2020, o que corresponde a um "dividend payout" bruto de 26,0% no período.

Em 2021 foi aprovado o pagamento de R\$ 206,6 milhões de JCP - Juros sobre o Capital Próprio - e deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 160,2 milhões como destinação do lucro líquido ajustado de 2021, o que corresponde a um "dividend payout" bruto de 26,0% no período.

Em 2022 foi aprovado o pagamento de R\$336,5 milhões de JCP - Juros sobre o Capital Próprio, o que corresponde a um "dividend payout" bruto de 30,5% no período.

Portfólio de Produtos e Serviços

Oferecemos uma gama diversificada de produtos e soluções para indivíduos e entidades, conforme descrito abaixo.

Crédito Corporativo

Oferecemos uma vasta gama de produtos de crédito principalmente para pequenas e médias empresas, com receita bruta anual de até R\$300 milhões, bem como segmento corporate. No segmento corporativo, oferecemos empréstimos para capital de giro, desconto de duplicatas, compra de recebíveis, fianças, financiamento comercial, leasing bem como repasse de linhas do BNDES. Em 31 de dezembro de 2022, nossa carteira de crédito corporativa era de R\$ 41,5 bilhões, representando aproximadamente 74,8% do total de nossa carteira de crédito e um aumento de 14,8% em relação a 31 de dezembro de 2021.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nosso setor de crédito corporativo caracteriza-se por um alto índice de satisfação e recorrência de operações, o que nos coloca em uma posição privilegiada para continuar a expandir nossas operações para uma base significativa de clientes potenciais de pequenas e médias empresas. Nossa estratégia de crédito corporativo é baseada em um mercado favorável no Brasil, e correspondem a um importante foco de crescimento do país com a retomada da atividade econômica.

Crédito para Pessoas Físicas - Empréstimos Consignados, Financiamento para Compra de Veículos e Financiamento Imobiliários

No segmento de pessoa física, oferecemos empréstimos consignados, financiamento para compra de veículos, financiamento imobiliários, bem como prestamos outros serviços financeiros nos segmentos de serviços ao mercado de capitais, câmbio e gestão de ativos e de produtos de investimento.

O foco do nosso negócio de crédito consignado é baseado em convênios com órgãos públicos, onde originamos operações de crédito para pessoas físicas com garantia das averbações de uma fatia do salário. Operamos apenas com funcionários públicos ou aposentados do INSS, sendo que os convênios com órgãos públicos federais (o INSS, o Governo Federal e as Forças Armadas), em conjunto, representaram 65,0% da nossa carteira de crédito consignado em 31 de dezembro de 2022. No total, tínhamos 1.501 mil contratos ativos de crédito consignado em 31 de dezembro de 2022, o que representa um ticket médio de empréstimo de R\$ 7.425,1 e um prazo médio de 16 meses. A originação de empréstimos consignados é feita por meio de correspondentes bancários. Nosso correspondente próprio, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. opera por meio de 51 lojas Daycred em todo o país.

Ainda no segmento de varejo, concedemos financiamento para compra de veículos leves e pesados, especialmente usados. Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de crédito nesse segmento totalizava R\$ 2.101,4 milhões, um aumento de 46,2% em relação a 31 de dezembro de 2021.

No exercício de 2019, criamos o App Consignado com o objetivo de entregar soluções simples e ágeis aos nossos clientes e dar maior velocidade na liberação de recursos. Através do aplicativo é possível simular e contratar empréstimos e financiamentos, realizar refinanciamentos, acompanhar propostas e efetuar atualizações cadastrais.

Também em 2019, desenvolvemos o APP PromAuto, no intuito de atender a jornada do lojista e correspondente bancário de veículos. Por meio deste aplicativo, o lojista pode fazer simulações, bem como preencher e enviar propostas de clientes. Essa proposta chega até o correspondente bancário que, por sua vez, faz a análise prévia do crédito e encaminha a proposta à mesa de crédito.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Além dos produtos descritos acima, o Banco também oferece serviços de financiamento imobiliário, com um portfólio totalizando R\$ 162,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, em comparação com R\$ 102,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Nossos empréstimos imobiliários variam de R\$50 mil até R\$1 milhão e, em todos os casos, correspondem a montantes que representam não mais que 60% do valor total da propriedade. Esses empréstimos são garantidos com a propriedade subjacente mantida em nome do tomador.

Assessoria Financeira e Gestão de Ativos

Oferecemos aos nossos clientes serviços de assessoria no âmbito do mercado de capitais, câmbio e gestão de ativos e de produtos de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022, uma de nossas subsidiárias, a Daycoval Asset Management, focada na gestão de ativos e produtos de investimento, possuía aproximadamente R\$ 14.519,0 milhões em carteiras de investimentos e fundos sob gestão, contra R\$ 9.326,6 milhões e R\$ 6.049,6 milhão em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, contando com 82 fundos sob gestão.

Ainda no exercício de 2019, ampliamos o foco no segmento de serviços ao mercado de capitais, com novo time voltado aos segmentos de custódia e administração. Em 31 de dezembro de 2022, o montante em serviços de custódia e administração alcançou patrimônio sob gestão, administração, controladoria e custódia (inclusive por meio da Daycoval Asset) alcançou R\$ 78,5 bilhões, abrangendo 607 fundos.

No segmento de câmbio, prestamos serviços a clientes pessoa física por meio da nossa rede de agências e plataformas comerciais. No segmento de câmbio varejo, operamos através de 159 pontos de atendimento. Também prestamos serviços de câmbio por meio de parcerias com operadores e agências de turismo que nos proporcionam amplo acesso aos clientes e oferecem a estes flexibilidade e segurança na condução de suas operações. Em 2022, realizamos aproximadamente 3,9 milhões de operações de câmbio, por meio de remessas, cartões pré-pagos, dinheiro e cheques em diferentes moedas, com um valor total de R\$ 8,5 bilhões. A plataforma de câmbio fortalece a capilaridade da distribuição do Daycoval e representa um forte motor de cross-selling para o grupo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Base de Financiamento - Captação

Buscamos constantemente diversificar nossas fontes de captação de recursos no mercado nacional e internacional de modo a evitar desajustes entre as respectivas taxas de juros e prazos de vencimento das nossas captações e os empréstimos concedidos aos nossos clientes, além de obter a liquidez necessária para permitir que possamos capturar oportunidades de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2022, nossa base total de captação atingiu R\$ 50.196,5 milhões e nosso prazo médio de captação foi de 529 dias, enquanto o prazo médio da nossa carteira de crédito foi de 276 dias, garantindo um intervalo muito favorável entre ativos e passivos.

Nossas principais fontes de recursos são (i) depósitos totais, incluindo LCA e LCI, que totalizaram R\$ 22.026,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando 44,0% do total dos nossos recursos, (ii) letras financeiras, LFs, que totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 17.760,7 milhões (incluindo letras financeiras subordinadas + Perpétuas de R\$ 1.042,5 milhões), representando 35,0% do total dos nossos recursos, e (iii) recursos obtidos no mercado internacional e repasses, que totalizaram R\$ 10.409,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando 21,0% do total dos nossos recursos. Para maiores informações sobre nosso perfil de financiamento e de endividamento, consulte o item "2.1" deste Formulário de Referência.

Pontos Fortes

Acreditamos estar em posição singular para continuar a obter resultados expressivos como um dos principais bancos brasileiros de médio porte, com base em nossa longa trajetória de sucesso e no know-how de nossas tradicionais operações bancárias, combinada com uma plataforma digital madura. Acreditamos que os nossos principais pontos competitivos incluem:

Carteira de Crédito de Alta Qualidade Que Reflete a Nossa Longa História de Expertise no Segmento

Desenvolvemos uma presença significativa no segmento brasileiro de crédito para empresas, no qual atuamos desde 1989. Contando com o nosso vasto conhecimento do mercado, resultado do sucesso que obtivemos no segmento de crédito ao longo da história do Banco, acreditamos que somos capazes de utilizar a nossa experiência para precificar adequadamente os nossos produtos de acordo com o perfil de risco de nossos clientes e, geralmente, mitigar riscos através de boas margens, diversificação e garantias. Conhecemos nossa base de clientes e desenvolvemos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

relações estreitas com eles, oferecendo serviços de alta qualidade e uma ampla gama de produtos de crédito.

Em particular, acreditamos que a nossa rede de distribuição e nossa equipe especializada de vendas permite que respondamos de maneira eficaz às necessidades dos nossos clientes, inclusive mediante rápida aprovação de crédito, sem comprometer as políticas conservadoras de risco do Banco.

Acreditamos que a relação estreita com os nossos clientes em conjunto com uma esteira de crédito robusta, ágil e eficiente, desde a originação, precificação, seleção e validação de garantias até eventual cobrança, a qual é feita internamente por nossa equipe especializada resultou em uma carteira de crédito de alta qualidade e um baixo nível de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2022, a porcentagem da carteira de crédito representada por créditos AA a C, de acordo com o sistema de classificação de risco estabelecido pelo Banco Central, era de 95,9%, contra 96,7% e 96,0%, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Além disso, a nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa representava 3,2% da carteira total de crédito em 31 de dezembro de 2022, em comparação a 3,5% e 4,3% em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Desde 2018, o Banco adota uma provisão adicional relativa a empréstimos de categoria de risco A-C acima da provisão exigida para esses empréstimos pelo Banco Central.

Além disso, a maioria dos empréstimos que concedemos a empresas são com garantias que acreditamos ser de alta qualidade. Contamos com um modelo próprio de gestão de clientes e garantias, que nos garante agilidade e confiabilidade no controle e monitoramento das garantias dos empréstimos fornecidos.

Plataforma Omnichannel de Alcance Nacional

Contamos hoje com uma plataforma omnichannel, escalável e de baixo custo, o que acreditamos nos colocar em uma posição bastante privilegiada em relação a nossos concorrentes para absorção das oportunidades deste mercado. Para oferecer a melhor experiência ao cliente e oferta de produtos, implementamos a plataforma omnichannel utilizando canais físicos e digitais, fornecendo uma plataforma robusta com alcance nacional para atender de maneira ideal nossos clientes e apoiar o crescimento do Banco. Em particular, destacamos o seguinte:

- Uma rede nacional de 50 agências bancárias, lojas e pontos de venda em locais-chave em que é identificada uma procura significativa por parte dos nossos clientes;
- manutenção de uma rede de 1.328 correspondentes bancários de abrangência nacional;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- plataforma tecnológica de última geração com sistemas exclusivos diferenciados para avaliar e monitorar empréstimos, facilitar a originação e a capacidade de suportar um aumento significativo na base de clientes;
- experiência no desenvolvimento de canais de distribuição eficientes para produtos, o que acreditamos nos permitirá expandir ainda mais nossa participação de mercado dos produtos e a gama de produtos que oferecemos, a custos marginais reduzidos, facilitando nossa concorrência com bancos maiores; e
- recursos digitais robustos aprimorando nosso alcance e impulsionando o crescimento do Banco.

Estrutura Operacional Flexível e Agilidade e Desenvolvimento de Novos Produtos

Acreditamos que nossa estrutura operacional flexível, juntamente com a experiência de nossa administração, permitiu que desenvolvêssemos novos produtos e explorássemos rapidamente oportunidades de mercado a um custo relativamente baixo e em conformidade com nossos rigorosos critérios de retorno e exposição ao risco.

Por exemplo, em 2004, nós identificamos um potencial de crescimento substancial no segmento de crédito a pessoas físicas e começamos a oferecer empréstimos consignados.

Com isto, nós rapidamente implementamos uma estrutura operacional eficiente para oferecer esses empréstimos através de uma extensa rede de correspondentes bancários e, mais recentemente, das próprias lojas Daycred e de nossa plataforma digital.

Em 2010, tendo constatado uma demanda decorrente do aumento significativo das viagens internacionais, passamos a operar as casas de câmbio Daycoval Câmbio no Brasil e, além disso, trabalhar com uma extensa rede de correspondentes de câmbio e agentes de viagens para oferecer aos nossos clientes uma gama de opções para um serviço rápido e seguro ao comprar ou vender moeda estrangeira.

Ainda, em 2014, após a aquisição das operações brasileiras do banco americano CIT (*Commercial Investment Trust*), começamos a oferecer operações de *leasing* a empresas dos mais diversos setores, mais significativamente nos setores de tecnologia da informação (TI) e telecomunicações.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Os exemplos acima demonstram nossa capacidade de desenvolvimento de novos produtos para nos ajustarmos com sucesso à necessidade e demanda do mercado.

Posição Financeira Conservadora e Sólida

Temos mantido uma posição financeira sólida ao longo do tempo mediante a adoção de políticas conservadoras de crédito e investimento e a manutenção de níveis comparativamente elevados de liquidez e de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022, nosso patrimônio líquido era de R\$5.738,5 milhões e nosso índice da Basileia correspondeu a 12,9%, ou seja, significativamente superior à taxa de 8,0% exigida naquela data e na data deste Formulário de Referência pelo Banco Central.

Procuramos manter nossa liquidez com depósitos em caixa e equivalentes de caixa e outros recursos imediatamente disponíveis, como operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, incluindo captações no mercado internacional. Para minimizar os riscos de liquidez, também buscamos evitar desencontros entre a carteira de crédito e as fontes de financiamento, diversificando e prorrogando o vencimento dos nossos financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2022, nossos recursos de financiamento eram compostos por (i) letras financeiras (LFs), (ii) depósitos à prazo, incluindo LCA e LCI, depósitos à vista, depósitos interbancários e outros depósitos, (iii) títulos emitidos no mercado internacional, (iv) letras financeiras subordinadas, e (v) obrigações por empréstimos e repasses, totalizando R\$ 50.196,5 milhões.

Da mesma forma, acreditamos que nossa força financeira fica evidente em nossos ratings: (i) Ba2 em escala global pela Moody's, com uma perspectiva "estável"; (ii) BB- pela Fitch Ratings, com uma perspectiva "estável"; (iii) BB- pela Standard & Poor's, com uma perspectiva "estável".

Adicionalmente, acreditamos que nossa política de administração de riscos está alinhada às melhores práticas de mercado, tendo sido testadas em diversas condições de mercado. Diante dos fatores acima, acreditamos ser um Banco altamente eficiente e com modelo de operação de baixo custo, o que nos permite crescer a custos marginais. Nosso índice de eficiência se manteve altamente estável ao longo dos últimos três anos, sendo de 37,8%, 29,9% e 26,4% nos anos de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

Administração Experiente e Comprometida com Altos Padrões de Governança Corporativa

Nossos administradores têm experiência substancial no mercado financeiro brasileiro e estão totalmente comprometidos com nossos interesses e objetivos. O presidente

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

e os demais membros do conselho de administração e executivos têm mais de 50 anos de experiência no setor bancário brasileiro e mais de 25 anos de amplo conhecimento dos nossos negócios.

Nossos administradores estão entre o grupo de controle acionário do Banco e, ainda, são complementados por outros conselheiros e executivos com ampla experiência em outras instituições financeiras. Acreditamos que a nossa administração é capaz de identificar oportunidades potenciais de crescimento que surgem no mercado e estabelecer estratégias competitivas que aumentam a rentabilidade ao mesmo tempo que reduzem os custos e os riscos da nossa carteira. A nossa estrutura administrativa está baseada na estrita definição de atividades para cada uma das nossas áreas de atuação, o que melhora nosso eficiente processo de tomada de decisões. Procuramos estimular e reter colaboradores, oferecendo remuneração competitiva e um ambiente de trabalho positivo, o que contribuiu para nossa baixa rotatividade de colaboradores.

Também implementamos altos padrões de governança corporativa, como a inclusão, desde 2009, de dois conselheiros independentes com grande experiência nos mercados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022, éramos uma instituição formada por 3.432 colaboradores, uma estrutura 13,1% maior que no exercício anterior. Mais que apenas tamanho, ganhamos evidente robustez e qualidade profissional. Possuímos a Academia Daycoval, usufruída tanto pelos novos quanto pelos antigos colaboradores, que é responsável pelo intenso treinamento de tais pessoas, o que já nos demonstrou que gera alta motivação no time, que atualmente está estampada no selo Great Place To Work (GPTW) que conquistamos em 2020/2021 e 2021/2022.

Estratégia do Banco

Nós continuamos a crescer numa base sustentável e consistente e a criar valor para nossos acionistas através das seguintes estratégias:

Foco no Cliente do Segmento de Crédito Empresarial

Nossa principal estratégia está focada na manutenção e no desenvolvimento da nossa base de clientes empresariais no Brasil, tendo como principal estratégia o fornecimento de crédito aos nossos clientes corporativos. Acreditamos que existem inúmeros clientes potenciais nas regiões em que atuamos que estão mal servidos e pretendemos aproveitar as oportunidades de crescimento deste segmento, mediante:

- aumento da nossa base de clientes selecionados, continuando a aplicar rigorosos critérios de qualidade de crédito e garantias;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- crescimento e diversificação da estrutura de distribuição por meio da abertura de novas agências em locais atraentes. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha 50 agências localizadas em 31 cidades de 21 estados e no Distrito Federal, e uma filial nas Ilhas Cayman, que é um instrumento essencial tanto para a captação de recursos como para a abertura de linhas de crédito comercial e de relacionamento com bancos correspondentes;
- contínua ampliação e diversificação da gama de serviços e produtos de crédito que oferecemos aos nossos clientes empresariais;
- distinção de nossos concorrentes, pelo conhecimento de clientes e dos negócios, serviços personalizados, flexibilidade e capacidade de adaptar produtos e serviços especificamente às necessidades individuais. Buscamos manter um limite de clientes por gerente comercial, garantindo a excelência no atendimento; e
- investimento em pesquisa e desenvolvimento, para garantir a continuidade do aumento de eficiência de nossas operações. Um exemplo de resultado de nossos esforços nesse sentido é a criação do software proprietário de checagem eletrônica de recebíveis, que faz uso de inteligência artificial.

Em 2019, o Banco lançou uma nova funcionalidade para suas operações: o Giro Fácil Digital. Por meio deste novo canal digital é possível realizar simulações e contratações deste produto, sendo o Daygiro FGI um capital de giro para pequenas e médias empresas sem a necessidade de garantia real até o valor de R\$500 mil. Tal funcionalidade conta com o apoio do BNDES, o que acreditamos em nos diferencia de nossos concorrentes e diminui os riscos atrelados à concessão destes créditos. Os pré-requisitos para contratação do Daygiro FGI são, em especial: o cliente empresarial possuir faturamento anual entre R\$1 milhão e R\$ 90 milhões; estar constituído a, no mínimo, 5 anos, não sendo válidas para empresas MEI ou empresário individual.

Beneficiamento Contínuo de Oportunidades no Segmento de Crédito Pessoa Física

Pretendemos melhorar a nossa participação de mercado no segmento de crédito individual, valendo-nos de nossa experiência no mercado de crédito e da nossa estrutura operacional existente, oferecendo novos produtos que consideramos atrativos, mediante:

- um aumento do volume de empréstimos consignados principalmente por meio do aumento do número de correspondentes bancários que

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

distribuem esse tipo de produto, além da celebração de novos acordos com órgãos públicos, como o INSS e as forças armadas, e o uso de aplicativos de celular (App Consignado);

- um contínuo oferecimento de produtos de financiamento de veículos causado pela continuidade de nossa estratégia de parcerias com correspondentes bancários e uso de tecnologia, refletido na criação do aplicativo PromAuto;
- aprimoramento da plataforma de investimento online chamada Daycoval Digital, disponibilizando uma vasta gama de produtos (LF, LCI, LCA, CDB e crédito automático), onde os clientes têm um canal direto de comunicação com um de nossos especialistas de investimento via telefone, e-mail ou Whatsapp;
- a utilização de outros canais de distribuição existentes para desenvolver e oferecer novos produtos, a fim de realizar economias de escala e reduzir custos marginais; e
- a continuidade do processo de expansão do negócio de câmbio de moeda estrangeira, abrindo novas agências Daycoval Câmbio e expandindo a rede de correspondentes de câmbio e agentes de viagens com quem costumamos trabalhar.

Além disso, esperamos ampliar ainda mais as ofertas a clientes por meio de:

- cartões de crédito empresariais em associação com a Mastercard;
- cartões de crédito com desconto em folha;
- empréstimos para aquisição de imóveis;
- crédito com garantia de imóvel;
- serviços de gestão de ativos;
- uso de aplicativos com reconhecimento facial, assegurando segurança de dados pessoais, prevenção contra roubo de identidade e otimização de processos cadastrais; e
- plataforma aberta de investimentos oferecendo ampla gama de produtos de investimentos, crédito automático, aplicação automática, diversificação de portfólio e assessoria e atendimento.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Manutenção de Sólida Base Financeira e Acesso Contínuo a Fontes de Financiamento

Nós nos esforçamos para manter uma alta qualidade de nossos ativos, aplicando nossas políticas conservadoras de crédito e gestão de risco, que acreditamos ter sido indispensáveis para manter os níveis relativamente baixos de inadimplência de nossos clientes nos últimos anos.

Além disso, acreditamos que nosso alto nível de liquidez, capital e nossa forte base acionária, como comprovado pelo nosso Índice de Basileia, contribuíram para altos níveis de confiança em nossa condição financeira e também permitiu que nos beneficiássemos das oportunidades de crescimento. A nossa estratégia é continuar a manter uma liquidez adequada e compatível com os padrões de mercado e uma forte base de capital.

Adicionalmente, pretendemos continuar a manter uma base de financiamento diversificada e a expandir ainda mais as fontes e instrumentos de financiamento à medida que surjam oportunidades. Esperamos, ainda, continuar a nos financiar internamente no Brasil, principalmente através da nossa base de depósitos e emissões locais de instrumentos de dívida, e no exterior, mediante a emissão de títulos pela matriz ou filial nas Ilhas Cayman, conforme as condições do mercado permitam, e de empréstimos de bancos de desenvolvimento e outras instituições financeiras.

Histórico

O Banco foi constituído em 5 de agosto de 1968 como Daycoval Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 1989, após à obtenção da autorização do Banco Central para operar como um banco múltiplo, sua denominação social foi alterada para Banco Daycoval S.A. Desde então, o Banco oferece financiamento a empresas.

Em 1994, foi autorizado pelo Banco Central a operar carteiras comerciais e, em 1995, a realizar operações de câmbio para dar suporte às suas operações de crédito empresarial.

Em 2004, o Banco começou a operar no segmento de varejo, oferecendo empréstimos consignados e também expandiu suas atividades para a gestão de fundos, mediante a criação do Daycoval Asset Management.

Em 2006, expandiu suas operações no segmento de varejo para incluir o financiamento de veículos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em março de 2007, criou o Dayprev para operar no ramo de seguros. Além disso, em março de 2007, o Banco e seus acionistas concluíram uma reestruturação societária que resultou na criação da Daycoval Holding Financeira S.A., que detinha a maioria do seu capital social e era controlada pela família Dayan.

Em junho de 2007, o Banco concluiu seu IPO e captou aproximadamente R\$ 1,0 bilhão em capital. Listou suas ações preferenciais na BM&FBOVESPA (atualmente, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e aderiu à regulamentação do Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa em 2013. A Daycoval Holding Financeira S.A. vendeu posteriormente a totalidade das suas ações no capital social do Banco aos membros da família Dayan.

Em 2008, o Banco recebeu uma autorização do Banco Central para abrir uma filial no exterior, em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman.

Em 2014, o Banco adquiriu o Banco Commercial Investment Trust do Brasil S.A. (Banco CIT Brasil), uma subsidiária do CIT Group Inc., especializada no fornecimento de crédito a pequenas e médias empresas com foco em leasing de equipamentos, particularmente no segmento de TI.

Em 2016, o Banco e seus acionistas controladores fizeram uma oferta pública de aquisição conjunta para adquirir todas as ações preferenciais não pertencentes aos acionistas controladores. Após uma oferta pública de aquisição (OPA) bem-sucedida, o Banco resgatou as ações preferenciais que não foram adquiridas por acionistas não-controladores na oferta pública.

Em 2017, lançamos nossa plataforma digital (Daycoval Digital), que possibilita a contratação de diversos serviços financeiros aos clientes pessoa física, incluindo empréstimo consignado, crédito para veículos, produtos de investimento e câmbio, seguros, entre outros. Além disso, nossa assistente virtual Dayane auxilia nossos clientes nas mais diversas operações através do meio digital. A Dayane foi premiada como a melhor desenvolvimento de 'assistente virtual de inteligência artificial pela Oracle. Em 2019, mais de 190 mil clientes fizeram download do nosso aplicativo e mais de 300 mil interações.

Em 2018, o Banco complementou sua base de capital mediante a sua primeira emissão de dívida subordinada, reconhecida como capital Nível 2 pelo Banco Central e também recebeu o selo "Melhores Empresas para se Trabalhar" certificado pela Great Place to Work.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O ano de 2019 ficará marcado na história do Banco Daycoval. Se para muitos será lembrado ainda como parte de um período muito difícil no país, para nós será para sempre o ano em que nossa operação alçou outro patamar.

Em 2019, foi desenvolvido o Daycoval Digital, intuito de aprimorar a Jornada do Cliente e fortalecer a estratégia digital possibilitando aos nossos clientes maior agilidade e facilidade tanto na obtenção de empréstimos como na contratação de produtos e serviços financeiros. Por meio de uma ampla gama de produtos disponíveis (LCI, LCA, Letras Financeiras, Renda Fixa, CDB, Fundos e Crédito Automático), a plataforma Digital do Daycoval também oferece Assessoria e Atendimento através de canal direto com Especialistas em Investimentos, seja via fone, e-mail, whatsapp e a Dayane (assistente virtual).

Com um olhar mais voltado ao negócio e relacionamento, mantivemos o crescimento do Banco, encerrando o ano de 2022 com total de ativos de R\$ 69.704,9 milhões, alta de 12,6% comparado a 2021. Apesar da desaceleração econômica do País, impactada pela pandemia da Covid-19, o Daycoval manteve o compasso em 2022, principalmente, focado na rápida adaptação ao cenário atual, para estar cada vez mais próximo dos clientes e entender suas necessidades. Agilizamos processos, continuamos investindo em tecnologia e nas plataformas digitais.

Além disso, os clientes usufruem da convergência entre os canais de atendimento, que se complementam em uma plataforma de serviços financeiros, contando com aplicativo, internet banking, atendimento com uso de inteligência artificial (Dayane).

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 – Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. características do processo de distribuição

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. condições de competição nos mercados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. eventual sazonalidade

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. eventual volatilidade em seus preços

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor.

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável.

ii. Em favor de partidos políticos

Não aplicável.

iii. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Sim, o Banco Daycoval publica Relatório Anual desde 2015.

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento:

O documento é produzido de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) na sua versão mais atual, e busca oferecer uma visão integrada dos negócios, bem como dos indicadores econômicos, sociais e ambientais. É uma demonstração do compromisso com a transparência da gestão e incorporação da sustentabilidade à estratégia de geração de valor.

c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não.

d. A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Todos os relatórios de sustentabilidade estão disponíveis através do link: <https://ri.daycoval.com.br/pt/sobre-o-daycoval/sustentabilidade>.

e. Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Daycoval vem incorporando anualmente novos indicadores chaves-chave de desempenho ASG em seus painéis de acompanhamento operacional. Por intermédio destes indicadores avaliamos aspectos importantes como econômico, ambiental, social, clientes e colaboradores. Indicadores financeiros de crescimento, de exposição de risco ambiental na carteira de crédito, de impacto social, de diversidade da força de trabalho, de satisfação dos colaboradores, entre outros, são exemplos de indicadores materiais.

f. Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Daycoval relaciona as práticas de responsabilidade corporativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com ênfase nas ODS seguintes:

4 - Educação de qualidade

5 - Igualdade de gênero

6 – Água Potável e Saneamento

7 – Energia Limpa e Acessível

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

8 - Trabalho decente e crescimento econômico

9 - Indústria, inovação e infraestrutura

10 - Redução das desigualdades

12 - Consumo e Produção Responsáveis

13 - Ação contra a mudança global do clima

14 - Vida na Água

15 - Vida Terrestre

16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

g. Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Sim. O Banco Daycoval com o objetivo de melhorar a divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima tem constantemente buscado identificar como questões climáticas podem afetar as operações do Banco em termos de riscos e oportunidades e avaliar a magnitude e a probabilidade dos riscos climáticos e como mitiga-los.

h. Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não.

i. Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG

divulgadas

O Banco tem aprimorado seus indicadores ambientais, sociais e climáticos, levando em conta seus principais impactos, a materialidade do seu negócio e setor de atuação para futuramente avaliar a necessidade de realização de auditoria informações ASG.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

O Banco tem participado de grupo de trabalho externo (Febraban) para entender métodos de cálculo, publicações, divulgação de emissões e gerenciamento do impacto climático, e estuda fazer Inventário de GEE futuramente.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. - Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

(a) interesse público que justificou sua criação,

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a".

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.

e (c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que o Banco não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve aquisição e/ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Banco.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não aplicável, pois não houve operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o Daycoval.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não houve alteração no Acordo de Acionistas vigente.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houveram alterações significativas na condução de negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, Daycoval e suas controladas não celebraram contratos relevantes não relacionados com as atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas neste Formulário de Referência são derivadas das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As atuais condições financeiras e patrimoniais gerais são consideradas adequadas para assegurar a continuidade da implementação da estratégia de negócios do Banco nos diversos segmentos em que atua. Seguem os comentários dos diretores sobre os três últimos exercícios sociais:

2022

O Total de Ativos somou R\$70,7 bilhões ao fim do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com um crescimento de 12,1% em relação ao encerramento de 2021. A Carteira de Crédito avançou 15,7% em 2022, para R\$48,6 bilhões ante R\$42,0 bilhões em 2021.

O Banco manteve o crescimento acelerado em linha com o que tem registrado nos últimos anos, chegando ao último trimestre de 2022 com um Índice de Eficiência de 35,8%, ante 27,8% em 2021.

O Lucro Líquido diminuiu 22%, na comparação com 2021, para R\$1.102,9 milhões.

A Margem Financeira Líquida (NIM-AR) de 8,3%, ante 8,3% em 2021.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) diminuiu para 20,1%. O Patrimônio Líquido fechou 2022 em R\$5.825,1 milhões, com crescimento de 14,1% em 12 meses e Índice de Basileia 12,9%, ao fim de 2022.

Em 2022, chegamos à marca de 3.432 colaboradores localizados em todo o país, ajustando suas operações mesmo que remotamente e comprometidos em atender bem nossos clientes e dedicar esforços a alcançar resultados sustentáveis, o que é motivo de muito orgulho, pois o Daycoval é um Banco feito por pessoas e para pessoas. Inovações digitais e tecnológicas são outro foco importante, visando oferecer vantagens competitivas em relação ao mercado.

2021

O Total de Ativos somou R\$63,0 bilhões ao fim do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com um crescimento de 26,3% em relação ao encerramento de 2020. A Carteira de Crédito avançou 26,1% em 2021, para R\$41,9 bilhões ante R\$33,4 bilhões em 2020.

O Banco manteve o crescimento acelerado em linha com o que tem registrado nos últimos anos, chegando ao último trimestre de 2021 com um Índice de Eficiência de 27,8%, ante 21,7% em 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Lucro Líquido saltou 19,6%, na comparação com 2020, para R\$1.414,2 milhões. Um resultado que foi construído trimestre a trimestre, com a consistência que marca a trajetória de mais de 50 anos do Daycoval.

Esse ganho foi obtido com uma Margem Financeira Líquida (NIM-AR) de 8,3%, ante 11,9% em 2020.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 29,2%. O Patrimônio Líquido fechou 2021 em R\$5.104,7 milhões, com crescimento de 12,2% em 12 meses e Índice de Basileia 13,0%, ao fim de 2021.

Em 2021, éramos uma instituição formada por 3.000 pessoas, 17,5% maior que um ano antes. Mais que tamanho, ganhamos robustez e qualidade profissional, complementada com intenso treinamento, para quem chega e quem já está na casa, via Academia Daycoval. O resultado se faz sentir na satisfação demonstrada pelo cliente, seja com nossos canais de atendimento, seja via Daycoval Digital, nossa plataforma de negócios e investimentos. Mas também pela alta motivação do nosso time, estampada no selo Great Place To Work (GPTW), conquistado em 2018 e renovado em 2019, 2020 e em 2021.

2020

O Total de Ativos somou R\$49,9 bilhões ao fim do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com um crescimento de 50,0% em relação ao encerramento de 2019. A Carteira de Crédito avançou 34,6% em 2020, para R\$33,3 bilhões ante R\$24,8 bilhões em 2019.

O Banco manteve o crescimento acelerado em linha com o que tem registrado nos últimos anos, chegando ao último trimestre de 2020 com um Índice de Eficiência de 21,7%, ante 23,4% em 2019.

O Lucro Líquido saltou 15,9%, na comparação com 2019, para R\$1.182,6 milhões. Um resultado que foi construído trimestre a trimestre, com a consistência que marca a trajetória de mais de 50 anos do Daycoval.

Esse ganho foi obtido com uma Margem Financeira Líquida (NIM-AR) de 11,9%, ante 13,2% em 2019.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 28,5%. O Patrimônio Líquido fechou 2020 em R\$4.550,0 milhões, com crescimento de 18,8% em 12 meses e Índice de Basileia 14,5%, ao fim de 2020.

Em 2020, éramos uma instituição formada por 2.553 pessoas, 8,5% maior que um ano antes. Mais que tamanho, ganhamos robustez e qualidade profissional, complementada com intenso treinamento, para quem chega e quem já está na casa, via Academia Daycoval. O resultado se faz sentir na satisfação demonstrada pelo cliente, seja com nossos canais de atendimento, seja via Daycoval Digital, nossa plataforma de negócios e investimentos. Mas também pela alta motivação do nosso time, estampada no selo Great Place To Work (GPTW), conquistado em 2018 e renovado em 2019 e em 2020.

b. Estrutura de capital

No estatuto social do Daycoval, não há previsão de cláusulas de resgate de ações.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• Estrutura de Capital:

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Total do patrimônio líquido	5.845,9	5.124,4	4.550,0
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	5.825,1	5.104,7	4.549,0
Capital social	3.557,3	3.557,3	3.557,3
Reservas de capital	2,1	1,1	0,3
Reservas de lucros			
Reserva legal	185,0	129,8	59,1
Reserva estatutária	2.079,6	1.416,9	944,8
Ajustes de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	1,1	(0,4)	(12,5)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não-controladores	20,8	19,7	1,0
Total do patrimônio líquido	5.845,9	5.124,4	4.550,0
Capital de terceiros			
Depósitos totais	17.860,2	17.279,2	14.027,5
Letras de crédito imobiliário - LCI	1.754,1	1.464,8	825,2
Letras de crédito do agronegócio - LCA	2.406,1	2.390,2	1.364,3
Letras financeiras - LF	17.747,1	14.668,5	13.784,6
Emissões externas	7.564,8	8.864,2	5.538,0
Obrigações por empréstimos e repasses	2.819,7	2.602,2	1.529,1
Total de capital de terceiros	50.152,1	47.269,7	37.068,7
Total da estrutura de capital (próprio + terceiros)	55.998,0	52.394,1	41.618,7

2022	2021	2020
Total de Ações ON: 1.323.471.042	Total de Ações ON: 1.323.471.042	Total de Ações ON: 1.323.471.042
Total de Ações PN: 567.201.876	Total de Ações PN: 567.201.876	Total de Ações PN: 567.201.876
Ações PN em Tesouraria: -	Ações PN em Tesouraria: -	Ações PN em Tesouraria: -
Total de Ações ON + PN: 1.890.672.918	Total de Ações ON + PN: 1.890.672.918	Total de Ações ON + PN: 1.890.672.918

(1) Conforme AGE (Assembleia Geral Extraordinária) de 10 de fevereiro de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R\$1.303.665, mediante a incorporação das reservas de capital, legal e estatutárias, representadas por 84.291.724 ações ordinárias bonificadas aos atuais acionistas. Após o aumento de capital social, conforme AGE, em 05 de março de 2020, foi deliberado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da sociedade, de forma que cada 1 ação existente fosse substituída por 6 novas ações. O capital social passou a ser dividido de 315.112.153 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 220.578.507 ordinárias e 94.553.646 preferenciais para 1.890.672.918 ações, sendo 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

• Índice de Basileia

Em 1º de outubro de 2013 passou a vigorar um conjunto de normativos emitidos pelo Bacen, que regulamentou as recomendações do Comitê da Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III. As

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

novas regras buscaram aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

O Índice de Basileia III atingiu 12,9% em 31 de dezembro de 2022, 13,0% em 31 de dezembro de 2021 e 14,5% em 31 de dezembro de 2020, calculado com base na abordagem padronizada.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Daycoval apresenta plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros. Com um modelo de negócio que prioriza a preservação de recursos em caixa e a adequação entre seus ativos e passivos, o Daycoval busca sempre minimizar a exposição a eventuais descasamentos entre taxas e prazos obtidos em suas operações, em consonância com as estratégias estabelecidas na Política de Risco de Liquidez, como pode ser verificado no quadro abaixo:

(R\$ milhões, exceto dias)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Ativos líquidos (R\$ MM) ⁽¹⁾	15.702,3	13.685,1	10.473,7
Captação total (R\$ MM) ⁽²⁾	50.152,1	47.269,7	37.068,7
Carteira de crédito total (R\$ MM)	48.781,4	42.201,5	33.420,0
Prazo médio de captação (dias)	529	542	510
Prazo médio de carteira de crédito (dias)	279	297	418

(1) Compõem os ativos líquidos: caixa e equivalentes de caixa; aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários (exceto cotas de fundos de investimento).

(2) Compõem a captação total: depósitos; letras de crédito imobiliário; letras de crédito do agronegócio; letras financeiras; emissões externas e obrigações por empréstimos e repasses.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Depósitos à vista e outros depósitos

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía um total de R\$1.771,7 milhões em depósitos à vista e outros depósitos, em comparação com R\$1.547,3 milhões e R\$1.681,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Como o Banco não opera agências de varejo, não considera os depósitos à vista uma fonte significativa de financiamento.

Depósitos Interbancários

Os depósitos interbancários são basicamente aceitos como instrumentos na gestão das operações de tesouraria e não são considerados uma fonte significativa de financiamento. O saldo de depósitos interbancários era de R\$1.862,4 milhões, R\$988,2 milhões e R\$524,9 milhões em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Depósitos a prazo

Uma parcela significativa das captações do Banco é feita sob a forma de depósitos a prazo. Geralmente, esses depósitos resultam da venda de CDBs para empresas brasileiras, fundos de pensão e pessoas físicas. A maioria dos CDBs do Banco possui uma taxa de juros equivalente ao CDI mais um *spread*. Em geral os CDBs têm um custo médio mais baixo e um prazo médio mais longo do que os ativos do Daycoval. O saldo de depósitos a prazo era de R\$14.226,1 milhões, R\$14.743,7 milhões e R\$11.820,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas de captação no mercado

O Banco administra sua posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, geralmente com prazo de um dia útil, lastreadas em títulos do tesouro e compromissos de recompra. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as operações de captação no mercado totalizavam R\$6.832,0 milhões, R\$2.474,5 milhões e R\$1.951,7 milhões, respectivamente. O uso de captação no mercado varia de tempos em tempos, dependendo das necessidades de liquidez a curto prazo e de oportunidades de arbitragem no mercado.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O Daycoval prioriza a diversificação de suas fontes de captação, visando assegurar a adequação da captação com o perfil da carteira de crédito, com o objetivo de evitar descasamentos de prazos e taxas de juros e de garantir liquidez para usufruir das oportunidades de crescimento. Ao longo dos últimos anos, o Daycoval buscou oferecer novos produtos de *funding*, alinhado com sua estratégia de diversificação de suas fontes de captação. Dentre estes produtos destacam-se as letras de crédito imobiliário e do agronegócio e, especialmente, as letras financeiras.

O Daycoval utiliza-se, também, de captação de recursos no exterior, tanto por meio de linha de bancos estrangeiros para financiar as operações de exportação e importação de clientes, como por meio de emissão de *Eurobonds* e de empréstimos sindicalizados pelo Internacional Finance Corporation – IFC e Inter - American Development Bank – IDB.

Em 04 de fevereiro de 2020, houve nova emissão de bônus no mercado internacional, em complemento à anterior, no montante de US\$100 milhões também com vencimento em 13 de dezembro de 2024 e taxa de remuneração de 4,25% ao ano.

Em 08 de julho de 2020, o Daycoval captou junto ao International Finance Corporation - IFC, o montante de US\$100 milhões, objeto de hedge contábil. Em abril e em maio de 2021, o Daycoval captou, respectivamente, junto ao International Finance Corporation - IFC, o montante de US\$384 milhões e US\$16 milhões, objeto de hedge contábil. Em 13 de outubro de 2021, em complemento a captação no montante de US\$135 milhões, realizada em 30 de setembro de 2021, o Daycoval recebeu um empréstimo no montante de US\$16 milhões, objeto de hedge contábil, em recursos da International Finance Corporation - IFC, membro do Grupo Banco Mundial e da mobilização de outras dez instituições financeiras. Em 16 de dezembro de 2021, o Daycoval captou junto ao BID Invest, o montante de US\$300 milhões, objeto de hedge contábil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 03 de maio de 2022, o Banco concluiu a décima emissão de Letras Financeiras no montante de R\$1 bilhão, sendo três séries sendo a primeira no montante de R\$406 milhões para 2 anos, a segunda, para 3 anos, de R\$ 340,5 milhões, e a terceira, de R\$ 253,5 milhões, em 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2022, inclui operações de empréstimos no exterior, no montante de US\$1,1 bilhão objeto de hedge contábil de risco de mercado, cujo valor contábil e valor justo montam, respectivamente, R\$5.326,7 milhões e R\$5.389,9 milhões.

Essas captações irão ajudar o Daycoval, não somente a diversificar sua base de captação, mas também a alongar o prazo médio das operações.

Segue abaixo detalhamento das principais fontes de captação do Daycoval:

Captação (Funding) (R\$ MM)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Depósitos Totais	17.860,2	17.279,2	14.027,5
Depósitos à Vista + Dep. Moeda Estrangeira	1.771,7	1.547,3	1.681,8
Depósitos a Prazo e Interfinanceiros	16.088,5	15.731,9	12.345,7
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	1.754,1	1.464,8	825,2
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.406,1	2.390,2	1.364,3
Letras Financeiras - LF	17.747,1	14.668,5	13.784,6
Emissões Externas	2.180,0	2.564,9	2.395,2
Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.204,6	8.902,1	4.671,9
Total	50.152,1	47.269,7	37.068,7

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política de Risco de Liquidez do Banco que monitora o nível de liquidez, assim como realiza testes de estresse para avaliar a necessidade de possível acionamento do Plano de Contingência existente. Dentre as fontes para utilização em regime de contingência estão: (i) utilização do *funding* disponível, interno e /ou externo; (ii) redução das operações de crédito e (iii) realização de Cessão de Crédito.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O alinhamento e a adequação das fontes e prazos das operações de captação são de suma importância na visão estratégica do Daycoval, considerando as diferentes características das modalidades de operações de crédito realizadas. O nível de endividamento (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido) tem se situado em patamar baixo, correspondendo em 31 de dezembro de 2022 a 11,1 vezes o patrimônio líquido do Daycoval.

Outro método utilizado para verificação do nível de endividamento é a relação entre o montante de captação e a carteira de crédito.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Como também apresentado no item 2.1.d, o Daycoval possui uma estrutura diversificada de Funding. Abaixo, relacionamos as principais características das fontes de captação:

- **Depósitos**

O quadro, a seguir, apresenta a segregação dos depósitos e o seu prazo médio:

Segregação dos depósitos (R\$ MM)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Pessoas jurídicas + depósitos à vista	12.079,6	12.557,3	9.848,1
Fundações	0,2	0,7	15,9
Pessoas físicas	1.568,7	590,1	555,5
Instituições financeiras + depósitos interfinanceiros	3.322,7	3.203,5	2.302,7
Fundos de investimento	889,0	927,6	1.305,3
Total	17.860,2	17.729,2	14.027,5
Prazo médio dos depósitos a prazo (dias)	251	150	92

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

- **Emissões Externas / Obrigações por Empréstimos e Repasses**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	129,2	3.442,0	458,3	4.029,3
Obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior	8,0	25,7	2.199,9	2.233,6
Total	137,0	3.467,7	2.658,2	6.262,9

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Daycoval não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas acima.

iii. Grau de subordinação entre dívidas:

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas do Daycoval.

Em eventual concurso universal de credores, a ordem de precedência dos créditos será estabelecida de acordo com os dispositivos legais contidos na Lei 6.024 de 13 de março de 1974 e atual Lei de Recuperação Judicial e Falências nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, estando os créditos sujeitos à habilitação e à observância da ordem legal de preferência no concurso de credores, previstos nos artigos 34 da Lei 6.024/74 cumulados com as previsões contidas nos artigos 83 e 84 da Lei Falimentar vigente. Ressalte-se que o Decreto-lei n.º 7.661/45, foi revogado integralmente com o advento da Lei de Recuperação judicial (Lei 11.101/2005), mantendo-se assim para efeito de liquidação de instituição financeira, os mesmos critérios definidos na legislação em vigor.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As instituições financeiras autorizadas a funcionar no Brasil estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo CMN e pelo Banco Central, de acordo com a regulamentação em vigor, em particular a Lei Federal nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional ("SFN"), e a Resolução CMN nº 4.019/2011 do Banco Central, que prevê medidas prudenciais destinadas a garantir solidez, estabilidade e funcionamento regular do SFN.

Dentre os limites estabelecidos, os principais são: (i) patrimônio de referência compatível com as estruturas de gerenciamento e de controles internos do Banco; (ii) ativo imobilizado, que limita a 50% do valor do patrimônio de referência o total de recursos investidos no ativo imobilizado; (iii) exposição por cliente limitada ao máximo de 25% do valor do nível I do patrimônio de referência da exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para operação.

Além disso, o Banco é proibido de criar qualquer ônus, gravames ou encargos sobre qualquer uma de suas propriedades, direitos e ativos presentes ou futuros como garantia de quaisquer notas ou títulos denominados em uma moeda que não seja a moeda oficial do Brasil, listada em bolsa de valores, ou capaz de ser listada, a menos que as notas existentes sejam garantidas de forma proporcional por tal garantia, penhor ou encargo.

Em conexão com os contratos de empréstimo dos quais o Banco é parte, ele está sujeito aos seguintes índices:

- um índice de adequação de capital ponderado pelo risco igual ou superior a soma do índice de adequação obrigatória de capital mais a margem de adequação de capital ou 11%;
- um índice de adequação de capital ponderado pelo risco igual ou superior a 13,0%;
- provisão para devedores duvidosos/índice da carteira E-H superior a 100%;
- um rácio de crédito vencido para total de empréstimos igual ou inferior a 5%;
- um índice total de capital sobre ativos totais de pelo menos 5%;
- uma taxa de exposição do grupo econômico de pelo menos 15%;
- um índice agregado de grandes exposições inferior a 400%;
- uma taxa de exposição a partes relacionadas inferior a 15%;
- uma taxa de exposição de crédito inferior a 25%;
- um índice de ativos fixos mais participações acionárias inferior a 35%;
- um índice de risco cambial agregado inferior a 25%;
- uma taxa de risco cambial em moeda única inferior a 15%;
- uma taxa de risco de taxa de juros pelo menos 10% e menos de 10%, exceto pelo período correspondente a "De 1 a 3 anos" o qual a taxa de risco de Taxa de juros de pelo menos 15% e menos de 15%;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- uma taxa de risco de taxa de juros agregada de pelo menos 20% e menos de 25%;
- uma taxa de diferença de vencimento em moeda estrangeira de pelo menos 150%;
- um índice de maturidade negativo agregado de pelo menos 300%;
- uma taxa de gap de liquidez maior que zero; e
- um índice de eficiência igual ou inferior a 50%.

Na data deste memorando de oferta, estamos cumprindo todas as obrigações e limites estabelecidos por nossos contratos de empréstimo e pelos regulamentos em vigor.

O Daycoval observa o cumprimento de compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento, denominados "*financial covenants*", atrelados aos contratos de empréstimos com o *International Finance Corporation* - IFC e com o *Inter-American Development Bank* - IDB que, caso não sejam cumpridos, podem acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Daycoval e estas instituições.

A seguir, apresentamos as principais limitações às quais o Daycoval está exposto, em função dos contratos celebrados com as instituições acima mencionadas:

- Exposição de crédito a um único cliente ou clientes que sejam parte de um mesmo grupo;
- Exposição a partes relacionadas;
- Ativos fixos e investimento em ações;
- Posição de câmbio em aberto;
- Taxa de juros;
- Exposição à moeda estrangeira;
- Vencimento de ativos e vencimento de passivos;
- Índice de Basileia;
- Total de ativos que não sejam certos valores mobiliários sujeitos a contrato de recompra e valores mobiliários de curto prazo disponíveis para venda;
- Índices de liquidez;
- Operações vencidas;
- Operações classificadas nos níveis "D" a "H" nos termos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada; e
- Provisionamento dos valores das carteiras vencidas.

Índices Financeiros

O Banco vem cumprindo seus compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento, denominados *financial covenants*, atrelados aos contratos de empréstimos com o *International Finance Corporation* - IFC e com o *Inter-American Development Bank* - IDB que, caso não sejam cumpridos, podem acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Programa de emissão de títulos no exterior

Em 04 de fevereiro de 2020, houve nova emissão no montante de US\$100 milhões, com vencimento em 13 de dezembro de 2024, com taxa de remuneração de 4,25% ao ano, em complemento à emissão anterior, ocorrida em 13 de dezembro de 2019, no montante de US\$350 milhões.

Abaixo, informações dos Programas de "Eurobonds" em aberto nos últimos três exercícios sociais:

Valores em US\$ milhões

1) "Eurobonds"

Valor do Programa – US\$ 2,0 bilhões

Valores em US\$ milhões	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Saldo Anterior	450	450	350
Montante Captado	-	-	100
Montante Liquidado	-	-	-
Saldo em aberto	450	450	450
Percentuais de limite utilizados	23%	23%	23%

(*) Refere-se ao montante do principal captado.

As operações com o BNDES e FINAME encerraram o ano de 2022 com R\$389,4 milhões.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Com o objetivo de auxiliar na compreensão das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Daycoval, são apresentadas, a seguir, as alterações nos balanços patrimoniais dos exercícios de 2022, 2021 e 2020. Essas peças contábeis integram as Demonstrações Contábeis anuais consolidadas, que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), dos referidos exercícios, e são acompanhadas pelo relatório da administração e dos auditores independentes, e estão disponíveis no endereço eletrônico de Relações com Investidores do Daycoval (www.daycoval.com.br/ri).

Os comentários sobre as variações significativas dos itens que integram as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Daycoval foram efetuados considerando-se o balanço patrimonial de 2022 em comparação ao de 2021 e de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Ativo

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2022	% do total	2021	% do total	Variação (%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.523,2	3,6%	1.275,0	2,0%	97,9%
Ativos financeiros	60.867,3	86,1%	53.977,8	85,6%	12,8%
Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado	48.451,7	79,6%	42.979,7	79,6%	12,7%
Operações de crédito e arrendamento mercantil	48.781,4	100,7%	42.201,5	98,2%	15,6%
Provisão para perda esperada com ativos financeiros					
avaliados pelo seu custo amortizado	(1.788,2)	-3,7%	(1.586,2)	-3,7%	12,7%
Títulos emitidos por Governos de outros países	280,6	0,6%	16,8	0,0%	1570,2%
Aplicações no mercado aberto	1.177,9	2,4%	2.347,6	5,5%	-49,8%
Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo	12.415,6	20,4%	10.998,1	20,4%	12,9%
Por meio do resultado	6.373,3	51,3%	2.558,3	23,3%	149,1%
Títulos e valores mobiliários	5.958,9	93,5%	1.622,7	63,4%	267,2%
Derivativos	414,4	6,5%	935,6	36,6%	-55,7%
Por meio de outros resultados abrangentes (PL)	6.042,3	48,7%	8.439,8	76,7%	-28,4%
Títulos e valores mobiliários	6.042,3	100,0%	8.439,8	100,0%	-28,4%
Investimentos mantidos até o vencimento	64,9	0,1%	52,8	0,1%	22,9%
Outros créditos	5.437,7	7,7%	6.297,5	10,0%	-13,7%
Ativos não-correntes disponíveis para venda	86,7	1,6%	85,9	1,4%	0,9%
Outros créditos diversos	5.295,0	97,4%	6.176,5	98,1%	-14,3%
Direitos de uso (contratos de arrendamento)	56,0	1,0%	35,1	0,6%	59,5%
Ativos tributários diferidos	1.714,4	2,4%	1.372,2	2,2%	24,9%
Imobilizado de uso	61,1	0,1%	68,4	0,1%	-10,7%
Intangível	0,2	0,0%	0,3	0,0%	-33,3%
Total do ativo	70.668,8		63.044,0		

Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao aumento das operações de crédito e arrendamento mercantil, que, em 2022 monta R\$48.781,4 milhões apresentando aumento de 15,6% em relação a 2021 e aplicações no mercado aberto, que monta R\$1.177,9 milhões em 2022. As operações de crédito e arrendamento mercantil representam 100,7% dos ativos financeiros do Banco. Independente do crescimento apresentado, a postura da administração é a de manter perfil conservador da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, realizando operações com cautela e maior exigibilidade de garantias.

Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo

Em 2022, os ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo montam R\$12.415,6 milhões, apresentando aumento de 12,9% em relação a 2021 com R\$10.998,1 milhões. A carteira de derivativos que monta R\$414,4 em 2022, teve variação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

negativa de 55,7% em relação a 2021. Os instrumentos financeiros derivativos são representados, substancialmente, por operações de swap, utilizadas para proteção do patrimônio líquido do Daycoval contra as oscilações de indicadores de mercado, incluindo variação cambial, com reflexo sobre as emissões e captações junto a outros bancos, realizadas no exterior.

Outros créditos

Em relação à rubrica de "Outros créditos diversos", houve queda de 14,3%, que se refere substancialmente, à operações de câmbio e depósitos judiciais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2022	% do total	2021	% do total	Variação (%)
Passivos financeiros	57.533,8	88,8%	49.951,9	86,2%	15,2%
Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado	49.419,3	85,9%	40.880,1	81,8%	20,9%
Depósitos à vista e outros depósitos	1.771,7	3,6%	1.547,3	3,8%	14,5%
Depósitos a prazo e interfinanceiros	16.088,5	32,6%	15.731,9	38,5%	2,3%
Outros passivos financeiros	31.559,1	63,9%	23.600,9	57,7%	33,7%
Captações no mercado aberto	6.832,0	21,6%	2.474,5	10,5%	176,1%
Obrigações por emissão de títulos					
Letras de crédito imobiliário	1.754,1	5,6%	1.464,8	6,2%	19,8%
Letras de crédito do agronegócio	2.406,1	7,6%	2.390,2	10,1%	0,7%
Letras financeiras	17.747,1	56,2%	14.668,5	62,2%	21,0%
Obrigações por empréstimos e repasses					
No país	389,4	1,2%	195,6	0,8%	99,1%
No exterior	2.430,4	7,7%	2.406,7	10,2%	1,0%
Obrigações por venda ou transferência de ativos financeiros	-	0,0%	0,6	0,0%	-100,0%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado	8.114,5	14,1%	9.071,8	18,2%	-10,6%
Obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior	7.564,8	93,2%	8.864,2	97,7%	-14,7%
Derivativos	549,7	6,8%	207,6	2,3%	164,8%
Passivos tributários diferidos	772,1	1,2%	563,5	1,0%	37,0%
Provisões	3.183,5	4,9%	3.236,9	5,6%	-1,6%
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	194,9	6,1%	173,9	5,4%	12,1%
Provisões para compromissos e outras provisões	1.067,8	33,5%	1.249,1	38,6%	-14,5%
Provisões para riscos fiscais	1.920,8	60,3%	1.813,9	56,0%	5,9%
Obrigações de arrendamento	56,0	0,1%	22,2	0,0%	152,3%
Outros passivos e obrigações	3.277,7	5,1%	4.145,1	7,2%	-20,9%
Total do passivo	64.823,1		57.919,6		
Total do patrimônio líquido	5.844,8		5.124,4		
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	5.824,0	99,6%	5.104,7	99,6%	14,1%
Capital	3.557,3	61,1%	3.557,3	69,7%	0,0%
Capital social	3.557,3	100,0%	3.557,3	100,0%	0,0%
Reservas de capital	2,1	0,0%	1,1	2,5%	90,9%
Reserva legal	185,0	3,2%	129,8	6,7%	42,5%
Reserva estatutária	2.079,6	58,5%	1.416,9	39,8%	46,8%
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-	0,0%	(0,4)	0,0%	0,0%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não-controladas	20,8	0,0%	19,7	0,0%	0,0%
Participação de acionistas não-controladas	20,8	0,0%	19,7	0,0%	0,0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	70.667,9		33.282,3		49,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado

Os depósitos a prazo, fazem parte de uma das fontes de captação do Daycoval, representando 32,6% do total de depósitos, e são avaliados pelo seu custo amortizado. Em 2022, apresenta saldo de R\$16.088,5 milhões. Nesse segmento, foi mantida a diversificação entre pessoa jurídica, pessoa física, fundo de investimentos, instituições financeiras e fundações.

O total de passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado do Daycoval monta, em 2022, R\$49.419,3 milhões, sendo composto, substancialmente, da seguinte forma: (i) depósitos totais – R\$17.860,2 milhões; (ii) letras financeiras, de crédito imobiliário e do agronegócio – R\$21.907,3 milhões; (iii) obrigações por empréstimos e que incluem empréstimos no exterior junto a outras instituições financeiras – R\$2.819,8 milhões. Em relação a 2022, houve aumento de 20,9% para 2021.

Outros Passivos Financeiros

Em 2022, o saldo de outros passivos financeiros totalizou R\$31.559,1 milhões contra R\$23.600,9 milhões em 2021, apresentando um aumento de 33,7% que decorreu principalmente do aumento de 176,1% nas captações no mercado aberto, que totalizaram R\$6.832,0 milhões em 2022 contra R\$2.474,5 milhões em 2021.

Letras Financeiras

Em 2022, a captação por meio de emissões de Letras Financeiras apresentou aumento de 21,0% em relação a 2021, passando de R\$14.668,5 milhões em 2021 para R\$17.747,1 milhões em 2022, em razão de uma maior procura deste instrumento por parte dos investidores. Outro fator que contribuiu para a continuidade deste tipo de captação pelo Banco foi seu prazo médio de vencimento, que se apresenta mais longo que os demais instrumentos, algo em torno de 738 dias.

Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio

As Letras de Crédito Imobiliário ("LCI") e do Agronegócio ("LCA") montam, em 2022, R\$1.754,1 milhões e R\$2.406,1 milhões, respectivamente. Estes instrumentos possuem prazo médio de vencimento em torno de 313 dias contados a partir de 31 de dezembro de 2022, e representam, conjuntamente, 16,8% do total de obrigações por emissões de títulos do Daycoval.

Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado

Em 2022, o saldo de passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado monta R\$8.114,5 e está composto por: (i) obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior, que apresentou uma diminuição de 14,7% no exercício de 2022 em comparação a 2021, devido à variação negativa de 6,5% do dólar americano cotado a R\$/US\$5,2177 em 2022 e R\$/US\$5,5805 em 2021; (ii) derivativos, com saldo de R\$549,7 milhões no exercício de 2022, apresentando aumento de 164,8% em relação a 2021.

Outros passivos e obrigações

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As variações apresentadas neste item na comparação entre os exercícios de 2022 e de 2021, totalizam uma redução de 20,9% e referem-se substancialmente a: (i) redução de R\$1.071,1 milhões na rubrica "Carteira de Câmbio"; (ii) aumento de R\$104,0 milhões na rubrica de "Relações interfinanceiras e interdependências".

COMPARAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Ativo

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2021	% do total	2020	% do total	Variação (%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.275,0	2,0%	3.812,5	7,6%	-66,6%
Ativos financeiros	53.977,8	85,6%	40.022,9	80,2%	34,9%
Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado	42.979,7	79,6%	33.257,7	83,1%	29,2%
Operações de crédito e arrendamento mercantil	42.201,5	98,2%	33.420,0	100,5%	26,3%
Provisão para perda esperada com ativos financeiros					
avaliados pelo seu custo amortizado	(1.586,2)	-3,7%	(1.480,7)	-4,5%	7,1%
Títulos emitidos por Governos de outros países	16,8	0,0%	15,7	0,0%	7,0%
Aplicações no mercado aberto	2.347,6	5,5%	1.302,7	3,9%	80,2%
Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo	10.998,1	20,4%	6.765,2	16,9%	62,6%
Por meio do resultado	2.558,3	23,3%	1.647,6	24,4%	55,3%
Cotas de fundos de investimento	-	0,0%	218,1	13,2%	-100,0%
Títulos e valores mobiliários	1.622,7	63,4%	240,8	14,6%	573,9%
Aplicações no mercado aberto	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Ações de companhias abertas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Derivativos	935,7	36,6%	1.188,7	72,1%	-21,3%
Por meio de outros resultados abrangentes (PL)	8.439,8	76,7%	5.117,6	75,6%	64,9%
Cotas de fundos de investimento	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Títulos e valores mobiliários	8.439,8	100,0%	5.117,6	100,0%	64,9%
Ações de companhias abertas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos mantidos até o vencimento	52,8	0,1%	63,2	0,1%	-16,5%
Outros créditos	6.297,5	10,0%	4.563,1	9,1%	38,0%
Ativos não-correntes disponíveis para venda	85,9	1,4%	76,3	1,7%	12,6%
Outros créditos diversos	6.176,5	98,1%	4.440,8	97,3%	39,1%
Direitos de uso (contratos de arrendamento)	35,1	0,6%	46,0	1,0%	-23,7%
Ativos tributários diferidos	1.372,2	2,2%	1.385,9	2,8%	-1,0%
Imobilizado de uso	68,4	0,1%	69,7	0,1%	-1,9%
Intangível	0,3	0,0%	0,4	0,0%	-25,0%
Total do ativo	63.044,0		49.917,7		26,3%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao aumento das operações de crédito e arrendamento mercantil, que, em 2021 monta R\$42.201,5, milhões apresentando aumento de 26,3% em relação a 2020 e aplicações no mercado aberto, que monta R\$2.347,6 milhões em 2021. As operações de crédito e arrendamento mercantil representam 98,2% dos ativos financeiros do Banco. Independente do crescimento apresentado, a postura da administração é a de manter perfil conservador da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, realizando operações com cautela e maior exigibilidade de garantias.

Ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo

Em 2021, os ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo montam R\$10.998,1 milhões, apresentando aumento de 62,6% em relação a 2020 com R\$6.765,2 milhões. A carteira de derivativos que monta R\$935,7 em 2021, teve variação negativa de -21,3% em relação a 2020. Os instrumentos financeiros derivativos são representados, substancialmente, por operações de swap, utilizadas para proteção do patrimônio líquido do Daycoval contra as oscilações de indicadores de mercado, incluindo variação cambial, com reflexo sobre as emissões e captações junto a outros bancos, realizadas no exterior.

Outros créditos

Em relação à rubrica de "Outros créditos diversos", que se refere substancialmente, à operações de câmbio e depósitos judiciais, houve aumento de 39,1%. A variação apresentada refere-se substancialmente ao aumento de 52,0% da carteira de câmbio, que, em 2021, monta R\$3.556,2 milhões e ao saldo de depósitos judiciais, que aumentou 9,9% em relação a 2020, variando de R\$1.442,0 milhões para R\$1.585,4 em 2021. Os depósitos judiciais são para fazer frente aos questionamentos jurídicos impetrados pelo Daycoval.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2021	% do total	2020	% do total	Variação (%)
Passivos financeiros	49.951,9	86,2%	39.078,5	86,1%	27,8%
Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado	40.880,1	81,8%	33.482,4	85,7%	22,1%
Depósitos à vista e outros depósitos	1.547,3	3,8%	1.681,8	5,0%	-8,0%
Depósitos a prazo e interfinanceiros	15.731,9	38,5%	12.345,7	36,9%	27,4%
Outros passivos financeiros	23.600,9	57,7%	19.454,9	58,1%	21,3%
Captações no mercado aberto	2.474,5	10,5%	1.951,7	10,0%	26,8%
Obrigações por emissão de títulos					
Letras de crédito imobiliário	1.464,8	6,2%	825,2	4,2%	77,5%
Letras de crédito do agronegócio	2.390,2	10,1%	1.364,3	7,0%	75,2%
Letras financeiras	14.668,5	62,2%	13.784,6	70,9%	6,4%
Obrigações por emissões no exterior	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Obrigações por empréstimos e repasses					
No país	195,6	0,8%	164,9	0,8%	18,6%
No exterior	2.406,7	10,2%	1.352,4	7,0%	78,0%
Obrigações por venda ou transferência de ativos financeiros	0,6	0,0%	11,8	0,1%	-94,9%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado	9.071,8	18,2%	5.596,1	14,3%	62,1%
Obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior	8.864,2	97,7%	5.538,0	99,0%	60,1%
Derivativos	207,6	2,3%	58,1	1,0%	257,3%
Passivos tributários diferidos	563,5	1,0%	370,0	0,8%	52,3%
Provisões	3.236,9	5,6%	2.976,0	6,6%	8,8%
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	173,9	5,4%	243,2	8,2%	-28,5%
Provisões para compromissos e outras provisões	1.249,1	38,6%	1.075,4	36,1%	16,2%
Provisões para riscos fiscais	1.813,9	56,0%	1.657,4	55,7%	9,4%
Obrigações de arrendamento	22,2	0,0%	34,0	0,1%	-34,7%
Outros passivos e obrigações	4.145,1	7,2%	2.909,5	6,4%	42,5%
Total do passivo	57.919,6		45.368,0		
Total do patrimônio líquido	5.124,4		4.550,0		12,6%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	5.104,7	100,0%	4.549,0	100,0%	12,2%
Capital	3.557,3	69,7%	3.557,3	78,1%	0,0%
Capital social	3.557,3	100,0%	3.557,3	100,0%	0,0%
Reservas de capital	1,1	0,0%	0,3	0,0%	266,7%
Reserva legal	129,8	2,5%	59,1	1,3%	119,6%
Reserva estatutária	1.416,9	39,8%	944,8	26,6%	50,0%
Reserva especial de lucros	-	0,0%	-	0,0%	
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(0,4)	0,0%	(12,5)	-0,3%	-96,8%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não-controladas	19,7	0,0%	1,0	0,0%	1870,0%
Participação de acionistas não-controladas	19,7	0,0%	1,0	0,0%	1870,0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	63.044,0		49.918,0		

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado

Os depósitos a prazo, fazem parte de uma das fontes de captação do Daycoval, representando 38,5% do total de depósitos, e são avaliados pelo seu custo amortizado. Em 2021, apresenta saldo de R\$15.731,9 milhões. Nesse segmento, foi mantida a diversificação entre pessoa jurídica, pessoa física, fundo de investimentos, instituições financeiras e fundações.

O total de passivos financeiros avaliados pelo seu custo amortizado do Daycoval monta, em 2021, R\$40.880,1 milhões, sendo composto, substancialmente, da seguinte forma: (i) depósitos totais – R\$17.279,2 milhões; (ii) letras financeiras, de crédito imobiliário e do agronegócio – R\$18.523,5 milhões; (iii) obrigações por empréstimos e que incluem empréstimos no exterior junto a outras instituições financeiras – R\$2.602,3 milhões. Em relação a 2020, houve aumento de 22,1% para 2021.

Outros Passivos Financeiros

Em 2021, o saldo de outros passivos financeiros totalizou R\$23.600,9 milhões contra R\$19.454,9 milhões em 2020, apresentando um aumento de 21,3% que decorreu principalmente do aumento de 26,8% nas captações no mercado aberto, que totalizaram R\$2.474,5 milhões em 2021 contra R\$1.951,7 milhões em 2020.

Letras Financeiras

Em 2021, a captação por meio de emissões de Letras Financeiras apresentou aumento de 6,4% em relação a 2020, passando de R\$13.784,6 milhões em 2020 para R\$14.668,5 milhões em 2021, em razão de uma maior procura deste instrumento por parte dos investidores. Outro fator que contribuiu para a continuidade deste tipo de captação pelo Banco foi seu prazo médio de vencimento, que se apresenta mais longo que os demais instrumentos, algo em torno de 666 dias.

Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio

As Letras de Crédito Imobiliário ("LCI") e do Agronegócio ("LCA") montam, em 2021, R\$1.464,8 milhões e R\$2.390,2 milhões, respectivamente. Estes instrumentos possuem prazo médio de vencimento em torno de 253 dias contados a partir de 31 de dezembro de 2021, e representam, conjuntamente, 16,3% do total de obrigações por emissões de títulos do Daycoval.

Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado

Em 2021, o saldo de passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado monta R\$9.071,8 e está composto por: (i) obrigações por emissões, empréstimos e repasses no exterior, que apresentou aumento de 60,1% no exercício de 2021 em comparação a 2020, devido à variação de 0,07% do dólar americano cotado a R\$/US\$5,1967 em 2020 e R\$/US\$5,5805 em 2021; (ii) derivativos, com saldo de R\$207,6 milhões no exercício de 2021, apresentando aumento de 257,3% em relação a 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outros passivos e obrigações

As variações apresentadas neste item na comparação entre os exercícios de 2021 e de 2020, totalizam crescimento de 42,5% e referem-se substancialmente a: (i) aumento de R\$1.293,7 milhões na rubrica "Carteira de Câmbio"; (ii) redução de R\$10,6 milhões na rubrica de "Relações interfinanceiras e interdependências".

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2022	% do total	2021	% do total	Variação (%)
Receitas de juros e similares	8.235,5	100,0%	5.533,3	100,0%	48,8%
Despesas de juros e similares	(4.285,9)	52,0%	(1.794,6)	32,4%	138,8%
Resultado de juros e similares	3.949,6	48,0%	3.738,7	67,6%	5,6%
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	1,5	0,0%	305,1	8,2%	-99,5%
Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado	(938,8)	100,0%	681,3	100,0%	-237,8%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	348,1	-37,1%	121,8	17,9%	185,8%
Títulos e valores mobiliários	224,6	-23,9%	52,3	7,7%	329,4%
Derivativos	(1.511,5)	161,0%	507,2	74,4%	-398,0%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	415,6	-5,0%	(538,5)	9,7%	-177,2%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	415,6	-5,0%	(538,5)	9,7%	-177,2%
Resultado na alienação de ativos financeiros	14,2	0,2%	(7,4)	-0,1%	-291,9%
Resultado de operações de câmbio	510,5	6,2%	169,7	3,1%	200,8%
Receitas de tarifas e comissões	222,5	2,7%	165,1	3,0%	34,8%
Outras receitas operacionais	216,9	2,6%	80,8	1,5%	168,4%
Total de receitas operacionais	4.390,5	53,3%	4.289,7	77,5%	2,3%
Despesas administrativas	(1.781,8)	100,0%	(1.436,6)	100,0%	24,0%
Despesas de pessoal	(956,8)	53,7%	(771,6)	53,7%	24,0%
Despesas tributárias	(270,6)	15,2%	(241,1)	16,8%	12,2%
Outras despesas administrativas	(554,4)	31,1%	(423,9)	29,5%	30,8%
Despesas com outras provisões	(171,2)	9,6%	21,7	-1,5%	-888,9%
Outras despesas operacionais	(92,1)	5,2%	(13,7)	1,0%	572,3%
Perdas com ativos financeiros - impairment	(754,0)	42,3%	(443,2)	30,9%	70,1%
Empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro	(754,0)	42,3%	(443,2)	30,9%	70,1%
Resultado na alienação de ativos não-correntes disponíveis para venda	9,8	-0,6%	5,5	-0,4%	78,2%
Depreciações e amortizações	(16,5)	0,9%	(23,9)	1,7%	-31,0%
Total de despesas operacionais e administrativas	(2.805,8)	157,5%	(1.890,2)	131,6%	48,4%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	1.584,7	100,0%	2.399,5	100,0%	-34,0%
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(529,3)	100,0%	(989,6)	100,0%	-46,5%
Imposto de renda	(356,1)	67,3%	(454,5)	45,9%	-21,7%
Contribuição social	(304,2)	57,5%	(432,1)	43,7%	-29,6%
Ativo fiscal diferido	131,0	-24,7%	(103,0)	10,4%	-227,2%
Lucro líquido do exercício	1.055,4	100,0%	1.409,9	100,0%	-25,1%
Receitas de juros e similares					

O total de receitas de juros e similares está composto por rendas de empréstimos e recebíveis e rendas de ativos financeiros e apresentou aumento de 48,8% passando de R\$5.533,3 milhões no exercício social findo em 2021 para R\$8.235,5 milhões no exercício social findo em 2022, principalmente em decorrência de: (i) aumento de R\$1.901,6 milhões na renda de empréstimos e recebíveis, devido ao crescimento da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil em 15,6% passado de R\$42.201,5 milhões em 2021 para R\$48.781,4 milhões em 2022, como reflexo do crescimento das carteiras de empréstimos, financiamentos, leasing, financiamento de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

veículos e empréstimos consignados; (ii) aumento de R\$800,6 milhões na receita de ativos financeiros disponíveis para venda em decorrência da receita proveniente de títulos e valores mobiliários, substancialmente composta por títulos emitidos pelo governo brasileiro vinculados à SELIC.

Despesas de juros e similares

As despesas com juros e similares aumentaram 138,8%, passando de R\$1.794,6 milhões em 2021 para R\$4.285,9 milhões em 2022, principalmente em decorrência de (i) aumento de R\$1.602,1 milhões nas despesas com emissão de títulos de dívida; e (ii) aumento de R\$922,1 milhões nas despesas associadas a depósitos de instituições financeiras e de clientes.

Resultado de juros e similares

Com base nas variações acima, o resultado de juros e similares apresentou aumento de R\$210,9 milhões ou 5,6%, passando de R\$3.738,7 milhões em 2021 para R\$3.949,6 milhões em 2022.

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros reduziram R\$303,5 milhões, ou 99,5%, passando de R\$305,1 milhões em 2021 para R\$1,5 milhões em 2022, conforme demonstrado na tabela abaixo, que mostra a composição para cada um dos períodos indicados:

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2022	2021	Variação (%)
Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado	(938,9)	681,3	-237,8%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	348,1	121,8	185,8%
Títulos e valores mobiliários	224,6	52,3	329,4%
Derivativos	(1.511,6)	507,2	-398,0%
Swaps	(1.563,1)	100,7	-1652,2%
Operações a termo	168,8	19,5	765,6%
Mercado Futuro	(130,4)	384,7	-133,9%
Opções	13,1	2,3	469,6%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	415,6	(538,6)	-177,2%
Obrigações por empréstimos e repasses	216,1	(266,2)	-181,2%
Títulos emitidos no exterior	199,5	(272,4)	-173,2%
Ganhos (perdas) na venda de Ativos financeiros disponíveis para venda	14,2	(7,4)	-291,9%
Ganhos na alienação de ativos financeiros	14,7	1,6	818,8%
Perdas na alienação de ativos financeiros	(0,5)	(9,0)	-94,4%
Resultado de operações de câmbio	510,5	169,7	200,8%
Ganhos com operações de câmbio	1.498,3	883,3	69,6%
Perdas com operações de câmbio	(987,8)	(713,6)	38,4%
Total	1,4	305,0	-99,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos a valor justo por meio do resultado diminuíram R\$1.620,1 milhões, ou 237,8%, passando de R\$681,3 milhões em 2021 para R\$938,8 milhões negativos em 2022, em decorrência dos fatores descritos abaixo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

O resultado com operações interfinanceiras de liquidez apresentou variação positiva de R\$226,3 milhões ou 185,8%, passando de R\$121,8 milhões em 2021 para R\$348,1 milhões em 2022.

Títulos e valores mobiliários

As receitas com títulos e valores mobiliários apresentaram aumento de R\$172,3 milhões ou 329,4%. A carteira de títulos e valores mobiliários está substancialmente composta por títulos públicos federais indexados à variação da taxa Selic.

Derivativos

O resultado com operações de derivativos apresentou redução de 398,0%, passando de R\$507,2 milhões em 2021 para receita de R\$1.511,6 milhões em 2022, principalmente devido: (i) um aumento de R\$149,2 milhões no resultado líquido positivo de operações a termo; e (ii) resultado positivo com operações de swap no montante de R\$100,7 milhões ante resultado negativo líquido de R\$1.563,1 milhões em 2022. Os derivativos contratados pelo Daycoval têm como objetivo a proteção de seu patrimônio líquido contra oscilações de câmbio, que impactam diretamente as captações realizadas por meio de emissões de títulos (*Bonds*) e empréstimos junto a instituições financeiras sediadas no exterior.

Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo

As despesas com passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo apresentaram redução de R\$954,1 milhões passando de despesa de R\$538,6 milhões em 2021 para receita de R\$415,6 milhões em 2022, principalmente em decorrência de (i) um redução de R\$471,9 milhões em despesas decorrentes de títulos emitidos no exterior, passando de despesas de R\$272,4 milhões em 2021 para receitas de R\$199,5 milhões em 2022; e (ii) redução de R\$482,2 milhões nas despesas com captações no exterior, passando de despesas de R\$266,2 milhões em 2021 para receitas de R\$216,0 milhões em 2022.

Resultado de operações de câmbio

O resultado com operações de câmbio apresentou variação positiva de R\$340,8 milhões ou 200,8%, passando de R\$169,7 milhões em 2021 para R\$510,5 milhões em 2022, principalmente em decorrência da desvalorização do real perante ao dólar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas de tarifas e comissões

As receitas com tarifas e comissões aumentaram R\$57,4 milhões ou 34,8% passando de R\$165,1 milhões em 2021 para R\$ 222,5 milhões em 2022, principalmente em razão do crescimento a carteira de crédito e de arrendamento mercantil em 2021.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais aumentaram R\$136,0 milhões ou 168,4%, passando de R\$80,8 milhões em 2021 para R\$216,9 milhões em 2022, principalmente devido a redução de R\$26,5 milhões em reversão de provisões operacionais.

Como resultado do exposto acima o resultado operacional do Banco aumentou R\$100.864 milhões ou 2,3%, passando de R\$4.289,7 milhões em 2021 para R\$ 4.390,6 milhões em 2022.

Despesas administrativas

As despesas administrativas estão compostas por despesas de pessoal, despesas tributárias e outras despesas administrativas.

Despesas administrativas	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2022	% do total	2021	% do total	
Despesas de pessoal	(956,8)	53,7%	(771,6)	53,7%	24,0%
Despesas tributárias	(270,6)	15,2%	(241,1)	16,8%	12,2%
Outras despesas administrativas	(554,4)	31,1%	(423,9)	29,5%	30,8%
Total	(1.781,8)	100,0%	(1.436,6)	100,0%	24,0%

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram R\$185,2 milhões ou 24%, passando de R\$771,6 milhões em 2021 para R\$956,8 milhões em 2022, principalmente em razão de (i) aumento no valor da remuneração salarial devido ao acordo coletivo anual com o sindicato representante dos bancários; e (ii) contratação de novos colaboradores que fez com que o número total de empregados apresentasse variação de 13,1% em relação a 2021, passando de 3.035 para 3.432 colaboradores em 2022.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram R\$29,5 milhões ou 12,2% passando de R\$241,1 em 2021 para R\$270,6 milhões em 2022, principalmente em decorrência do aumento da receita tributável e, mais especificamente, do aumento de contribuições ao Cofins e ao Pis/Pasep, apresentando R\$220,3 milhões em 2022 ante R\$203,7 milhões em 2021.

Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas apresentaram aumento de R\$130,5 milhões ou 30,8% passando de R\$423,9 milhões em 2021 para R\$554,4 milhões em 2022,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente em razão de (i) um aumento de R\$31,4 milhões nas despesas de processamento de dados como resultado do esforço do Banco para melhorar seus sistemas de TI para oferecer qualidade e agilidade aos serviços prestados; e (ii) aumento de R\$5,7 milhões em despesas de contribuições ocorridas no período.

Despesas com outras provisões

As despesas com outras provisões apresentaram aumento de R\$192,6 milhões ou 140,2% passando de R\$21,7 milhões em 2021 para R\$171,2 milhões negativos em 2022.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais apresentaram aumento de R\$78,3 milhões passando de R\$13,7 milhões em 2021 para R\$92,1 milhões em 2022.

Perdas com ativos financeiros - impairment

As perdas com ativos financeiros são as perdas com empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro. Tal rubrica apresentou um aumento de R\$310,8 milhões ou 70,1%, passando de R\$443,2 milhões em 2021 para R\$754,0 milhões em 2022.

Depreciações e amortizações

As despesas de depreciação e amortização reduziram R\$7.405 milhões ou 31% passando de R\$23,9 milhões em 2021 para R\$16,5 milhões em 2021.

Total de despesas operacionais e administrativas

Como resultado do acima exposto, o total de despesas operacionais e administrativas apresentou um aumento de R\$915.508 milhões ou 48,4%, passando de R\$1.890,3 milhões em 2021 para R\$2.805,8 milhões em 2021.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Como resultado do acima exposto, nosso resultado antes dos impostos sobre o lucro apresentou uma diminuição de R\$814.644 milhões ou uma variação negativa de 34%, passando de R\$2.399,4 milhões em 2021 para R\$1.584,7 milhões em 2022.

Despesas de imposto de renda e de contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram uma diminuição de R\$226,3 milhões, passando de R\$886,6 milhões em 2021 para R\$660,3 milhões em 2022, principalmente devido ao impacto da majoração de 1% na alíquota de Contribuição Social, para bancos de qualquer espécie, passando de 20% para 21% conforme a lei 14.446/22, que resultou em receita reconhecida na rubrica de "Ativo fiscal diferido" nas demonstrações de resultado no montante R\$131 milhões.

Lucro líquido

Como resultado do acima exposto, o lucro líquido do Banco apresentou caiu de R\$354,5 milhões ou -25,1%, passando de R\$1.409,9 milhões em 2021 para R\$1.055,4 milhões em 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A seguir, são tecidos comentários sobre os principais componentes e fatores que impactaram o resultado operacional do Daycoval, de forma comparativa, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

COMPARAÇÃO ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2021	% do total	2020	% do total	Variação (%)
Receitas de juros e similares	5.533,3	100,0%	4.406,4	100,0%	25,6%
Despesas de juros e similares	(1.794,6)	32,4%	(975,3)	22,1%	84,0%
Resultado de juros e similares	3.738,7	67,6%	3.431,1	77,9%	9,0%
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	305,1	8,2%	199,8	5,8%	52,7%
Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado	681,3	100,0%	1.398,5	100,0%	-51,3%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	121,8	17,9%	164,5	11,8%	-26,0%
Títulos e valores mobiliários	52,3	7,7%	4,3	0,3%	1116,3%
Derivativos	507,2	74,4%	1.229,7	87,9%	-58,8%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	(538,5)	9,7%	(1.339,9)	30,4%	-59,8%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	(538,5)	9,7%	(1.339,9)	30,4%	-59,8%
Resultado na alienação de ativos financeiros	(7,4)	-0,1%	(0,5)	0,0%	1380,0%
Resultado de operações de câmbio	169,7	3,1%	141,7	3,2%	19,8%
Receitas de tarifas e comissões	165,1	3,0%	136,0	3,1%	21,4%
Outras receitas operacionais	80,8	1,5%	117,8	2,7%	-31,4%
Total de receitas operacionais	4.289,7	77,5%	3.884,7	88,2%	10,4%
Despesas administrativas	(1.436,6)	100,0%	(1.185,3)	100,0%	21,2%
Despesas de pessoal	(771,6)	53,7%	(624,6)	52,7%	23,5%
Despesas tributárias	(241,1)	16,8%	(206,0)	17,4%	17,0%
Outras despesas administrativas	(423,9)	29,5%	(354,7)	29,9%	19,5%
Despesas com outras provisões	21,7	-1,5%	(53,9)	4,5%	-140,3%
Outras despesas operacionais	(13,7)	1,0%	(78,6)	6,6%	-82,6%
Perdas com ativos financeiros - impairment	(443,2)	30,9%	(683,9)	57,7%	-35,2%
Empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro	(443,2)	30,9%	(683,9)	57,7%	-35,2%
Resultado na alienação de ativos não-correntes disponíveis para venda	5,5	-0,4%	(0,8)	0,1%	-787,5%
Depreciações e amortizações	(23,9)	1,7%	(24,6)	2,1%	-2,8%
Total de despesas operacionais e administrativas	(1.890,2)	131,6%	(2.027,1)	171,0%	-6,8%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	2.399,5	100,0%	1.857,6	100,0%	29,2%
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(989,6)	100,0%	(692,6)	100,0%	42,9%
Imposto de renda	(454,5)	45,9%	(388,8)	56,1%	16,9%
Contribuição social	(432,1)	43,7%	(330,6)	47,7%	30,7%
Ativo fiscal diferido	(103,0)	10,4%	26,7	-3,9%	-485,8%
Lucro líquido do exercício	1.409,9	100,0%	1.165,0	100,0%	21,0%

Receitas de juros e similares

O total de receitas de juros e similares está composto por rendas de empréstimos e recebíveis e rendas de ativos financeiros e apresentou aumento de 25,6% passando de R\$4.406,4 milhões no exercício social findo em 2020 para R\$5.533,3 milhões no exercício social findo em 2021, principalmente em decorrência de: (i) aumento de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$872,7 milhões na renda de empréstimos e recebíveis, devido ao crescimento da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil em 26,8% passado de R\$33.420,0 milhões em 2020 para R\$42.201,5 milhões em 2021, como reflexo do crescimento das carteiras de empréstimos, financiamentos, leasing, financiamento de veículos e empréstimos consignados; (ii) aumento de R\$254,2 milhões na receita de ativos financeiros disponíveis para venda em decorrência da receita proveniente de títulos e valores mobiliários, substancialmente composta por títulos emitidos pelo governo brasileiro vinculados à SELIC.

Despesas de juros e similares

As despesas com juros e similares aumentaram 84,0%, passando de R\$975,3 milhões em 2020 para R\$1.794,6 milhões em 2021, principalmente em decorrência de (i) aumento de R\$492,9 milhões nas despesas com emissão de títulos de dívida; e (ii) aumento de R\$349,6 milhões nas despesas associadas a depósitos de instituições financeiras e de clientes.

Resultado de juros e similares

Com base nas variações acima, o resultado de juros e similares apresentou aumento de R\$307,6 milhões ou 9,0%, passando de R\$3.431,1 milhões em 2020 para R\$3.738,7 milhões em 2021.

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros aumentaram R\$105,3 milhões, ou 52,7%, passando de R\$199,8 milhões em 2020 para R\$305,1 milhões em 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo, que mostra a composição para cada um dos períodos indicados:

(R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Variação (%)
Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado	681,3	1.398,5	-51,3%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	121,8	164,5	-26,0%
Títulos e valores mobiliários	52,3	4,3	1116,3%
Derivativos	507,2	1.229,7	-58,8%
Swaps	100,7	1.163,8	-91,3%
Operações a termo	19,5	248,1	-92,1%
Mercado Futuro	384,7	(166,3)	-331,3%
Opções	2,3	(15,9)	-114,5%
Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo	(538,6)	(1.339,8)	-59,8%
Obrigações por empréstimos e repasses	(266,2)	(656,6)	-59,5%
Títulos emitidos no exterior	(272,4)	(683,2)	-60,1%
Ganhos (perdas) na venda de Ativos financeiros disponíveis para venda	(7,4)	(0,5)	1380,0%
Ganhos na alienação de ativos financeiros	1,6	0,5	220,0%
Perdas na alienação de ativos financeiros	(9,0)	(1,0)	100,0%
Resultado de operações de câmbio	169,7	141,6	19,8%
Ganhos com operações de câmbio	883,3	884,6	-0,1%
Perdas com operações de câmbio	(713,6)	(743,0)	-4,0%
Total	305,0	199,8	52,7%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos a valor justo por meio do resultado diminuíram R\$717,2 milhões, ou 51,3%, passando de R\$1.398,5 milhões em 2020 para R\$681,3 milhões em 2021, em decorrência dos fatores descritos abaixo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

O resultado com operações interfinanceiras de liquidez apresentou variação negativa de R\$42,7 milhões ou 26,0%, passando de R\$164,5 milhões em 2020 para R\$121,8 milhões em 2021.

Títulos e valores mobiliários

As receitas com títulos e valores mobiliários apresentaram aumento de R\$48,0 milhões ou 1116,3%. A carteira de títulos e valores mobiliários está substancialmente composta por títulos públicos federais indexados à variação da taxa Selic.

Derivativos

O resultado com operações de derivativos apresentou redução de 58,8%, passando de R\$1.229,7 milhões em 2020 para receita de R\$507,2 milhões em 2021, principalmente devido: (i) uma redução de R\$228,6 milhões no resultado líquido positivo de operações a termo; e (ii) resultado positivo com operações de swap no montante de R\$1.163,8 milhões ante resultado positivo líquido de R\$100,7 milhões em 2021. Os derivativos contratados pelo Daycoval têm como objetivo a proteção de seu patrimônio líquido contra oscilações de câmbio, que impactam diretamente as captações realizadas por meio de emissões de títulos (*Bonds*) e empréstimos junto a instituições financeiras sediadas no exterior.

Passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo

As despesas com passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo apresentaram redução de R\$801,3 milhões passando de R\$1.339,9 milhões em 2020 para R\$538,5 milhões em 2021, principalmente em decorrência de (i) um redução de R\$410,8 milhões em despesas decorrentes de títulos emitidos no exterior, passando de despesas de R\$683,2 milhões em 2020 para despesas de R\$272,4 milhões em 2021; e (ii) redução de R\$390,5 milhões nas despesas com captações no exterior, passando de despesas de R\$656,6 milhões em 2020 para despesas de R\$266,2 milhões em 2021.

Resultado de operações de câmbio

O resultado com operações de câmbio apresentou variação positiva de R\$28,1 milhões ou 19,8%, passando de R\$141,7 milhões em 2020 para R\$169,7 milhões em 2021, principalmente em decorrência da desvalorização do real perante ao dólar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas de tarifas e comissões

As receitas com tarifas e comissões aumentaram R\$29,1 milhões ou 21,4% passando de R\$136,0 milhões em 2020 para R\$165,1 milhões em 2021, principalmente em razão do crescimento a carteira de crédito e de arrendamento mercantil em 2021.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais diminuíram R\$37,0 milhões ou 31,4%, passando de R\$117,8 milhões em 2020 para R\$80,8 milhões em 2021, principalmente devido a redução de R\$26,5 milhões em reversão de provisões operacionais.

Como resultado do exposto acima o resultado operacional do Banco aumentou R\$405,0 milhões ou 10,4%, passando de R\$3.884,7 milhões em 2020 para R\$4.289,7 milhões em 2021.

Despesas administrativas

As despesas administrativas estão compostas por despesas de pessoal, despesas tributárias e outras despesas administrativas.

Despesas administrativas	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de				
	2021	% do total	2020	% do total	Variação (%)
Despesas de pessoal	(771,6)	53,7%	(624,6)	52,7%	23,5%
Despesas tributárias	(241,1)	16,8%	(206,0)	17,4%	17,0%
Outras despesas administrativas	(423,9)	29,5%	(354,7)	29,9%	19,5%
Total	(1.436,6)	100,0%	(1.185,3)	100,0%	21,2%

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram R\$147,0 milhões ou 23,5%, passando de R\$624,6 milhões em 2020 para R\$771,6 milhões em 2021, principalmente em razão de (i) aumento no valor da remuneração salarial devido ao acordo coletivo anual com o sindicato representante dos bancários; e (ii) contratação de novos colaboradores que fez com que o número total de empregados apresentasse variação de 18,4% em relação a 2020, passando de 2.533 para 3.035 colaboradores em 2021.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram R\$35,1 milhões ou 17,0% passando de R\$206,0 em 2020 para R\$241,1 milhões em 2021, principalmente em decorrência do aumento da receita tributável e, mais especificamente, do aumento de contribuições ao Cofins e ao Pis/Pasep, apresentando R\$203,7 milhões em 2021 ante R\$176,3 milhões em 2020.

Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas apresentaram aumento de R\$69,2 milhões ou 19,5% passando de R\$354,7 milhões em 2020 para R\$423,9 milhões em 2021, principalmente em razão de (i) um aumento de R\$23,7 milhões nas despesas de processamento de dados como resultado do esforço do Banco para melhorar seus sistemas de TI para oferecer qualidade e agilidade aos serviços prestados; e (ii)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento de R\$10,5 milhões em despesas de contribuições ocorridas no período.

Despesas com outras provisões

As despesas com outras provisões apresentaram redução de R\$75,6 milhões ou 140,3% passando de R\$53,9 milhões negativos em 2020 para R\$21,7 milhões em 2021 positivo, principalmente devido à redução na constituição de provisões para avais e fianças, e reversão nas provisões cíveis, ocorrendo também uma redução de R\$5,4 milhões nas despesas com provisões de ativos não-correntes disponíveis para venda.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais apresentaram redução de R\$64,9 milhões ou 82,6%, passando de R\$78,6 milhões em 2020 para R\$13,7 milhões em 2021.

Perdas com ativos financeiros - impairment

As perdas com ativos financeiros são as perdas com empréstimos e recebíveis e arrendamento mercantil financeiro. Tal rubrica apresentou redução de R\$240,6 milhões ou 35,2%, passando de R\$683,9 milhões em 2020 para R\$443,2 milhões em 2021, principalmente em decorrência da melhora da qualidade creditícia dos clientes do Banco.

Depreciações e amortizações

As despesas de depreciação e amortização reduziram R\$0,7 milhões ou 2,8% passando de R\$24,6 milhões em 2020 para R\$23,9 milhões em 2021.

Total de despesas operacionais e administrativas

Como resultado do acima exposto, o total de despesas operacionais e administrativas apresentou redução de R\$136,9 milhões ou 6,8%, passando de R\$2.027,1 milhões em 2020 para R\$1.890,2 milhões em 2021.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Como resultado do acima exposto, nosso resultado antes dos impostos sobre o lucro apresentou aumento de R\$541,9 milhões ou 29,2%, passando de R\$1.857,6 milhões em 2020 para R\$2.399,5 milhões em 2021.

Despesas de imposto de renda e de contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram aumento de R\$297,0 milhões ou 42,9% passando de R\$719,3 milhões em 2020 para R\$886,6 milhões em 2021, principalmente devido ao impacto da majoração de 5% na alíquota de Contribuição Social, para bancos de qualquer espécie, passando de 15% para 20% conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº103/19, que resultou em receita reconhecida na rubrica de "Ativo fiscal diferido" nas demonstrações de resultado no montante R\$103,0 milhões.

Lucro líquido

Como resultado do acima exposto, o lucro líquido do Banco apresentou aumento de R\$244,8 milhões ou 21,0%, passando de R\$1.165,0 milhões em 2020 para R\$1.409,9 milhões em 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações abaixo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

(R\$ milhões)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2022	% do total	2021	% do total	Variação (%)	2020
Receitas de juros e similares	8.235,5	99,9	5.533,3	83,5	48,8	4.406,4
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	348,1	4,2	121,8	1,8	185,8	164,5
Receita de títulos e valores mobiliários	224,6	2,7	52,3	0,8	329,4	4,3
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	-1.511,5	-18,3	507,2	7,6	-398,0	1.229,7
Resultado de operações de câmbio	510,5	6,2	169,7	2,6	200,8	141,7
Receitas de serviços e comissões	222,5	2,7	165,1	2,5	34,8	136,0
Outras receitas operacionais	216,9	2,6	80,8	1,2	168,4	117,8
Receitas Totais	8.246,6	100,0	6.630,2	100,0	124,4	6.200,4

(1) Receitas provenientes dos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil concedidos pelo Daycoval.

(2) Receitas de taxas e comissões, que incluem tarifas bancárias, taxas de administração de fundos de investimentos e outras.

(3) Resultado líquido de operações com derivativos, principalmente, contratos de swap e de mercado futuro, substancialmente, contratados com o objetivo de proteção das captações e de parte da carteira de crédito contra oscilações de indicadores de mercado.

Variações na receita do Banco estão intrinsecamente relacionadas à variação das taxas de juros e na variação da demanda por crédito.

Os resultados operacionais do Banco são oriundos principalmente das operações do Banco, através dos produtos do crédito empresas e crédito consignado e arrendamento mercantil.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Como uma instituição financeira no Brasil, os resultados operacionais do Daycoval são afetados pelas condições macroeconômicas, políticas e sociais, bem como pela performance econômica dos mercados emergentes.

Em 2020 o PIB do Brasil diminuiu 3,3% e o real se desvalorizou 28,7% em relação ao dólar, atingindo R\$5,19 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2020. Durante o ano, o Banco Central reduziu a taxa SELIC de 4,50% para 2,00% em 31 de dezembro de 2020, atingindo o nível mais baixo de todos os tempos. Em 2020, a taxa de inflação, medida pelo IPCA e IGP-M, foi de 4,52% e 23,14%, respectivamente.

Em 2021 o PIB do Brasil cresceu 5,2% e o real se desvalorizou 7,5% em relação ao dólar, atingindo R\$5,58 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2021. Durante o ano, o Banco Central aumentou a taxa SELIC de 2,00% para 9,25% em 31 de dezembro de 2021, atingindo o nível mais baixo de todos os tempos. Em 2021, a taxa de inflação, medida pelo IPCA e IGP-M, foi de 10,06% e 17,79%, respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 2022 o PIB do Brasil cresceu 2,9% e o real se apreciou 6,5% em relação ao dólar, atingindo R\$5,22 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2022. Durante o ano, o Banco Central aumentou a taxa SELIC de 9,25% para 13,75% em 31 de dezembro de 2022. Em 2022, a taxa de inflação, medida pelo IPCA e IGP-M, foi de 5,79% e 5,45%, respectivamente.

A tabela a seguir mostra o crescimento do PIB, as taxas de câmbio do dólar americano, a inflação e as taxas de juros no Brasil para os períodos apresentados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,9%	5,2%	-3,3%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	5,45%	17,79%	23,14%
Inflação (IPC-A) ⁽³⁾	5,79%	10,06%	4,52%
CDI ⁽⁴⁾	12,38%	4,42%	2,75%
TJLP ⁽⁵⁾	7,20%	5,32%	4,55%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar	6,50%	-7,50%	-28,70%
Cotação do dólar no fechamento (R\$ / US\$1,00)	R\$ 5,22	R\$ 5,58	R\$ 5,19
Taxa Média de Câmbio (R\$ / US\$1,00) ⁽⁶⁾	R\$ 5,16	R\$ 5,40	R\$ 5,16

(1) Para 2022, conforme estimado pelo Banco Central em março de 2023.

(2) IGP-M é o índice geral de preços de mercado medido pela FGV.

(3) IPC-A é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.

(4) CDI é o índice médio de certificados de depósitos interbancários aplicável no Brasil (acumulado ao final de cada mês e anualmente).

(5) A TJLP representa as taxas de juros aplicadas pelo BNDES para financiamento de longo prazo (final do período).

(6) Média da taxa de câmbio para cada dia de cada mês durante o período.

Fontes: BNDES, Banco Central, IBGE e FGV.

Crescimento do PIB

O crescimento do PIB do Brasil pode impactar os resultados operacionais do Daycoval, uma vez que esse crescimento geralmente afeta o volume geral de transações de crédito no país, inclusive de seus clientes corporativos e individuais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o PIB do Brasil cresceu 2,9% e 5,25 respectivamente, após ter contraído 3,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Efeitos da flutuação das taxas de juros sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Geralmente, um aumento nas taxas de juros resulta em um aumento na receita de operações de crédito do Banco devido às taxas mais altas que podem ser cobradas. No entanto, esse aumento pode afetar adversamente nossos resultados operacionais, como resultado da redução da demanda geral por empréstimos e do maior risco de inadimplência dos clientes. Além disso, o aumento das taxas de juros afeta os custos de captação do Banco, principalmente depósitos a prazo e depósitos interbancários, e pode afetar adversamente sua lucratividade se o Banco não conseguir repassar os aumentos dos custos de captação para os clientes. Por outro lado, uma redução nas taxas de juros pode reduzir a receita de operações de crédito como resultado de taxas mais baixas nos empréstimos concedidos. Essa redução de receita, no entanto,

2.2 Resultados operacional e financeiro

pode eventualmente ser compensada por um aumento no volume de empréstimos, resultante do aumento da demanda por empréstimos e/ou uma redução nos custos de captação.

Além disso, mudanças nas taxas de juros podem afetar o valor da carteira de valores mobiliários, e, portanto, a condição financeira e os resultados operacionais do Banco. No entanto, o efeito dessas flutuações pode ser limitado pelo uso de instrumentos de derivativos para fins de *hedge*.

Inflação

O lucro líquido do Banco pode ser adversamente afetado por taxas de inflação mais altas no Brasil, que geralmente aumentam os custos operacionais. Além disso, uma taxa de inflação mais alta costuma ocasionar um aumento nas taxas de juros pelo Banco Central para controlar a inflação. A inflação também pode contribuir para um aumento da volatilidade do mercado, causando incerteza econômica e reduzindo os níveis gerais de consumo, o crescimento do PIB e a confiança do consumidor.

Regulamento Governamental

Requisitos de depósito compulsório

O Banco Central do Brasil impõe exigências de depósito compulsório às instituições financeiras por ele autorizadas a funcionar, para controlar a liquidez dentro do sistema financeiro brasileiro. Sempre que o Banco Central modifica esses requisitos, o saldo dos ativos e passivos remunerados do Banco é afetado, o que, por sua vez, afeta suas receitas e despesas com juros.

Os percentuais de depósitos compulsórios se aplicam ao volume total de depósitos geridos pelo Banco, e os valores relativos ao compulsório devem ser depositados no Banco Central. Os principais requisitos de depósito compulsório que afetam o Banco são os seguintes:

- De acordo com a Resolução BCB nº189, de 23 de fevereiro de 2022, bancos e outras instituições financeiras são obrigados a manter uma reserva obrigatória de 21,0% do saldo médio diário dos valores de seus depósitos e de determinados valores que ultrapassarem R\$500 milhões.
- De acordo com a Resolução BCB nº 145, os bancos estão sujeitos a uma reserva obrigatória de 20,0% do saldo médio diário de seus depósitos a prazo e de determinados montantes, que superarem R\$30,0 milhões, em valor superior a: (i) R\$3,6 bilhões, para instituições financeiras com componentes de Nível I de capital regulatório inferior a R\$3,0 bilhões; (ii) R\$2,4 bilhões, para instituições financeiras, como o Banco, com um componente de Nível I de capital regulatório igual ou superior a R\$3,0 bilhões e inferior a R\$10,0 bilhões; (iii) R\$1,2 bilhão, para instituições financeiras com componentes de Nível I de capital regulatório igual ou superior a R\$10,0 bilhões e inferior a R\$15,0 bilhões; e (iv) zero, para instituições financeiras com componentes de Nível I de capital regulatório superior a R\$15,0 bilhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos depósitos compulsórios do Daycoval no Banco Central era de R\$222,1 milhões, comparado a R\$417,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$197,1 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Requisitos de capital

Como instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil, o Banco deve cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central e pelo CMN semelhantes às normas da Basileia III sobre adequação de capital, testes de estresse e risco de liquidez de mercado. O Daycoval fornece ao Banco Central as informações necessárias para o desempenho de suas funções de supervisão, que incluem a supervisão dos movimentos de solvência ou adequação de capital dos bancos.

O capital regulatório do Banco é calculado usando os critérios estabelecidos pelo Acordo da Basileia III, conforme aplicável no Brasil, que prevê que o Capital Regulatório e o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (MRRE) sejam calculados em relação aos Ativos ponderados pelo risco (RWA).

O Acordo de Basileia III exige que os bancos mantenham: (i) um índice de capital ordinário mínimo de 4,5%; (ii) um índice mínimo de Capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) índice de capital regulatório mínimo de 8,0%. Como o índice de capital regulamentar mínimo estabelecido em Basileia III foi escalonado com base em um calendário anual, o índice de capital regulamentar mínimo aplicável foi reduzido de 11,0% em 2015 e nos anos anteriores para 9,875% em 2016, 9,25% em 2017, 8,625% em 2018, e na data deste Formulário de Referência está definido em 8,0%.

Além dos requisitos mínimos de capital, o Acordo de Basileia III exige um "buffer de capital adicional" composto por um buffer de conservação e um buffer anticíclico de 2,5% cada. O buffer de capital adicional restringe certas distribuições discricionárias (como bônus à administração, dividendos, redução de capital e recompra de ações). O buffer de capital adicional de Basileia III foi escalonado com base em um calendário anual para coincidir com a redução no índice de capital regulatório. O buffer de conservação começou em 0,625% em 2016, 1,25% em 2017, 1,875% em 2018, 2,5% em 2019, em 2020 1,25%, em 2021 2,0%, e em 2022 aumentou para 2,5% a partir do mês de abril. O buffer contracíclico, conforme determinado pelo Banco Central, é de 0%. O índice de Basileia III do Banco era de 12,9%, 13,0% e 14,5% em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

Regulamento de Empréstimos Consignados

O governo brasileiro e o Ministério da Economia supervisionam as atividades de crédito oferecidas aos beneficiários de aposentadoria e aposentados que recebem benefícios do INSS. Atualmente, o Banco não tem permissão para cobrar uma taxa de abertura de crédito para empréstimos consignados com dedução de folha de pagamento dos beneficiários do INSS. Além disso, o INSS pode revisar sua política relacionada a deduções de empréstimos das folhas de pagamento e emitir novos regulamentos que imponham limitações e/ou modificações nos termos e condições em que os empréstimos consignados podem ser oferecidos aos beneficiários do INSS.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Perdas em Empréstimos

Um aumento no volume dos empréstimos inadimplentes pode resultar em uma redução da receita de operações de crédito, pois pode exigir que o Banco faça provisões adicionais para perdas com empréstimos ou que utilize tais provisões para baixas de empréstimos, afetando adversamente sua condição financeira e os resultados operacionais do Banco.

Alterações na regulamentação tributária

Os resultados operacionais do Banco são afetados por alterações na legislação e regulamentação tributária e nos regimes tributários aplicáveis ao Banco e aos seus clientes. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e critérios de avaliação tributária e a imposição de taxas temporárias, cujos recursos são destinados a fins governamentais específicos.

Volatilidade do real em relação a moedas estrangeiras, como o dólar americano

A depreciação ou valorização do real pode afetar adversamente a condição financeira e resultados operacionais do Banco, na medida em que ele possui operações denominadas ou indexadas a moeda estrangeira, principalmente o dólar norte-americano. A exposição do Banco a flutuações da taxa de câmbio é reduzida pelo uso de instrumentos derivativos ou por meio da política de evitar descasamentos entre os financiamentos denominados em moeda estrangeira (principalmente o dólar americano) e investimentos vinculados ao exterior realizados pelo Banco, que servem como *hedge* natural.

Quando o real se deprecia, o Banco, em geral, sofre perdas em seus passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras, como o endividamento de curto e longo prazo, denominado em dólares norte-americanos e outras fontes de fundos internacionais, porque incorre em uma despesa com a reavaliação desses passivos em reais e o custo em reais para atender a esse endividamento aumenta. Contudo, o Banco também tem ganhos derivados de seus ativos denominados ou indexados a moedas estrangeiras, uma vez que a receita decorrente de principal e de juros sobre esses ativos, quando calculada em reais, aumenta à medida que o real se deprecia.

Inversamente, quando o real se valoriza, o Banco, em geral, obtém ganhos dos passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras na reavaliação desses passivos em reais e no custo em reais para atender a essas dívidas que diminui. No entanto, o Banco também incorre em perdas decorrentes dos ativos denominados ou indexados a moedas estrangeiras porque a receita de principal e juros sobre esses ativos, quando calculada em reais, diminui.

Além de impactar o valor dos ativos e passivos indexados ou denominados em moeda estrangeira, as flutuações do real em relação a outras moedas estrangeiras podem, entre outros fatores, aumentar ou diminuir a demanda dos clientes por empréstimos indexados em moeda estrangeira e o percentual de empréstimos não recuperáveis.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Banco:

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve pronunciamentos contábeis, porém não produziram efeitos nas demonstrações contábeis do Daycoval. São eles:

- Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase II – Alterações no IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 – Arrendamentos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: As alterações resumem-se em:

(i) Modificação de ativos e passivos financeiros: permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;

(ii) Hedge accounting: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para hedges de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de hedge;

(ii) Divulgação: requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes que examinaram as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades do Banco nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte do Banco.

c. eventos ou operações não usuais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não ocorreu nenhum evento ou operação não usual no Banco que tenha causado ou que se espera que venha causar algum impacto significativo em seus resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) valor das medições não contábeis

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Seguem informações sobre a política de destinação de resultados adotada pelo Daycoval nos três últimos exercícios sociais.

a. Regras sobre retenção de lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme disposto no Estatuto Social do Banco Daycoval, terá as seguintes destinações:

- 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, destinados ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas;
- Importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado conforme descrito acima poderá, por proposta do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros - Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais ao Banco Daycoval. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social integralizado.

A parcela dos lucros que ainda remanescer, após as deduções previstas acima, terá a destinação que vier a ser deliberada pela Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração.

Com relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, de 2021 e de 2020, apresentamos no quadro abaixo as destinações do Lucro Líquido, conforme propostas do Conselho de Administração referendadas em Assembleia Geral Ordinária:

No quadro a seguir, são apresentadas as informações derivadas das demonstrações financeiras individuais auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 do Daycoval, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, conforme alterada e as normas estabelecidas pelo Banco Central ("BACEN GAAP").

Em reais (R\$)	31 de dezembro de					
	2022	%	2021	%	2020	%
Lucro Líquido	1.102.926.569,58		1.414.198.512,05		1.182.615.602,48	
Reserva Legal	55.146.328,48	5,0%	70.709.925,60	5,0%	59.130.780,12	5,0%
Reserva Estatutária	711.251.805,73	64,5%	976.621.693,36	69,1%	816.581.886,70	69,0%
Juros sobre o Capital Próprio	336.528.435,37	30,5%	206.631.643,21	14,6%	173.544.867,14	14,7%
Dividendos obrigatórios (complemento)	-	-	160.235.249,88	11,3%	133.358.068,52	11,3%

2.7 Destinação de resultados

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

Do resultado do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais. Os dividendos mínimos obrigatórios corresponderão a, no mínimo, 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as referidas deduções (artigos 40 e 41 do Estatuto Social).

Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Revertem em favor do Banco Daycoval os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Por deliberação da Diretoria "ad referendum" da Assembleia Geral, poderão ser distribuídos lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, em substituição total ou parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários. Os valores pagos aos acionistas a títulos de juros sobre o capital próprio, após a dedução do imposto de renda na fonte, serão computados para efeito da apuração do valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício.

c. Periodicidade da distribuição de dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendos será anual, podendo também o Conselho de Administração declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao Daycoval, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, e não há restrições a distribuição de dividendos.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Banco Daycoval não possui política específica que trate sobre destinação de resultados, apenas as regras de distribuição de resultados descritas em seu Estatuto Social e informadas no item 2.4.a.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. contratos de construção não terminados

Não aplicável.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

a) investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Continuamos em 2022 a concentrar nossos investimentos em tecnologias que permitam ganhos de produtividade, associados sempre a melhorias na jornada do usuário, seja ele interno ou externo.

Investimos também na tecnologia RPA ("Robotic Process Automation" ou Automatização de Processos Robotizado), com objetivo de causar um marco no ganho de produtividade. Dessa forma, processos manuais complexos passaram a ser automatizáveis, com segurança, trazendo reduções consideráveis de tempo em diversas atividades.

Continuamos investindo na exposição das nossas API's, abrindo a plataforma de serviços financeiros do Daycoval para diversos parceiros de negócios.

O Dayconnect, nosso Internet Banking, mereceu atenção especial. Novas funcionalidades foram agregadas, e melhorias consideráveis de usabilidade, performance e segurança foram implementadas. Vale citar o processo de autenticação facial e o novo design dos aplicativos que estarão disponíveis em breve.

Foi feito um incremento nos nossos controles de segurança de rede, através da contratação de três sistemas de proteção contra negação de serviços (Anti - DDOS), junto a empresas com cobertura global.

Nossos investimentos futuros devem focar cada vez mais em tecnologias e processos disruptivos, pois de acordo com os resultados que temos obtidos, fica claro que este é o caminho para um crescimento sustentável e efetivo.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para realização dos investimentos, o Daycoval utiliza sua relevante posição de caixa disponível, que em dezembro de 2022, situava-se em R\$ 5,5 bilhões.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há neste momento nenhuma informação divulgada quanto à aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Daycoval.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo Daycoval no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No ano de 2022, foram gastos cerca de R\$44 milhões para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não aplicável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

O ano de 2022 foi pautado por uma série de eventos que tornaram o cenário complexo. O fato de termos a volta à normalidade, após o início da pandemia de Covid-19, foi um deles. Também contribuíram para este cenário: eleições, polarização política, juros altos no Brasil e Exterior. Tudo isso contribuiu para que este fosse um ano único e desafiador.

Diante dessa conjuntura, muitas empresas, sejam elas de grande, médio ou de pequeno porte, tiveram que encontrar soluções para os desafios que surgiram no âmbito econômico, empresarial, social e cultural. Diante deste cenário e reforçando a experiência do Daycoval na concessão de crédito, encerramos o ano de 2022 com um total de R\$ 55.453,8 milhões de Carteira de Crédito Ampliada, representando aumento de 18,7% em relação ao ano de 2021. Esse crescimento não afetou a qualidade da carteira que encerrou o ano com Índice de Inadimplência de 1,5%, enquanto o saldo de PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) encerrou com R\$ 1.796,0 milhões, já abrangendo provisão adequada para eventual perda de crédito relacionada ao Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023 por cliente do segmento Empresas.

Concluimos o exercício de 2022 com Lucro Líquido de R\$ 1.102,9 milhões, 22,0% menor na comparação com 2021. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 20,3% no exercício de 2022, redução de 8,0 p.p. em relação ao ano anterior. O Patrimônio Líquido fechou 2022 em R\$ 5.738,5 milhões, com crescimento de 15,2% em 12 meses e Índice de Basileia de 12,9%, ao fim do exercício, o que reflete a alta base de capital do Banco.

No âmbito da Captação, encerramos com montante de R\$ 50.196,5 milhões, crescimento de 6,0% nos últimos 12 meses. Concluimos o ano com gap positivo de 254 dias entre os vencimentos do ativo e do passivo. Emitimos a décima segunda oferta pública de Letras Financeiras (LFs), um total de R\$ 1,0 bilhão, dividido em 3 séries, sendo a mais longa no prazo de 4 anos.

Continuamos evoluindo no quesito ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) com critérios, práticas e métricas muito mais estruturados. Além disso, o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais e concluiu a renovação de sua operação com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, que resultou em uma transação adicional de US\$ 100 milhões, pelo prazo de até 3 anos. Os recursos destinam-se ao estímulo do crédito ao empreendedorismo feminino de pequenas e médias empresas.

Nossa trajetória de mais de 50 anos é marcada por ultrapassar barreiras e criar alternativas para inovar e evoluir. Em 2022 chegamos à marca de 3.432 colaboradores localizados em todo o país, ajustando suas operações mesmo que remotamente e comprometidos em atender bem nossos clientes e dedicar esforços a alcançar resultados sustentáveis, o que é motivo de muito orgulho, pois o Daycoval é um Banco feito por pessoas e para pessoas. Inovações digitais e tecnológicas são outro foco importante, visando oferecer vantagens competitivas em relação ao mercado.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Sobre o Banco Daycoval

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

No exercício findo em 2022, o Daycoval, que tem sede em São Paulo -SP e conta com uma equipe de 3.432 profissionais, atingiu R\$ 55.453,8 milhões de carteira de crédito ampliada, R\$ 69.704,9 milhões de ativos totais, R\$ 5.738,5 milhões de patrimônio líquido e R\$ 1.102,9 milhões de lucro líquido. Tais resultados, refletem o fruto de sua estratégia conservadora, obtendo destaque por sua baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia III de 12,9%.

Principais Indicadores 2022

Principais Indicadores	2022
Ativos Totais - R\$ milhões	69.704,9
Carteira de Crédito Ampliada - R\$ milhões	55.453,8
Captação Total - R\$ milhões	50.196,5
Lucro Líquido - R\$ milhões	1.102,9
Patrimônio Líquido - R\$ milhões	5.738,5
Retorno sobre PL Médio (ROAE) (% a.a.)	20,3%
Retorno s/ Ativos Médios (ROAA) (% a.a.)	1,7%
Margem Financeira Líquida (NIM) (% a.a.)	7,3%
Índice de Eficiência	37,8%
Índice de Basileia III	12,9%

Distribuição

Coerente com a proposta de crescer com diversificação, o Banco Daycoval possui atualmente 50 agências estabelecidas em 21 Estados, mais o Distrito Federal. O Daycoval conta ainda com uma agência nas Ilhas Cayman, que representa um instrumento essencial, tanto para a captação de recursos, quanto para a abertura de linhas comerciais e de relacionamento com bancos correspondentes.

No exercício findo em 2022, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda., empresa do Grupo Daycoval, voltada para o fomento das operações com crédito consignado, respondeu por aproximadamente 16,3% da originação total das operações do Banco. A IFP conta com 51 lojas em todo o país. Para melhorar sua produtividade, a IFP também presta serviços para outras instituições financeiras.

O Daycoval Câmbio encerrou o ano de 2022 com 159 pontos de atendimento. O Banco atua também por meio de parcerias com operadoras e agências de turismo, com o objetivo de facilitar o acesso aos clientes, oferecer maior flexibilidade para realizar suas operações e proporcionar atendimento rápido e seguro.

Rating

A classificação obtida pelo Banco Daycoval nos ratings comprova o baixo nível de risco e a solidez conquistada nas operações. As informações apuradas pelas

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

respectivas agências são amplamente consideradas pelo mercado financeiro, mas não devem, para todos os efeitos, serem compreendidas como recomendação de investimento.

De acordo com os relatórios divulgados, os ratings refletem o entendimento das agências sobre o Banco Daycoval:

- I) AA (bra), em escala Nacional pela Fitch Rating com perspectiva “estável”;
- II) AA.br, em escala Nacional pela Moody’s com perspectiva “estável”;
- III) brAA+, em escala Nacional pela Standard&Poor’s com perspectiva “estável”.

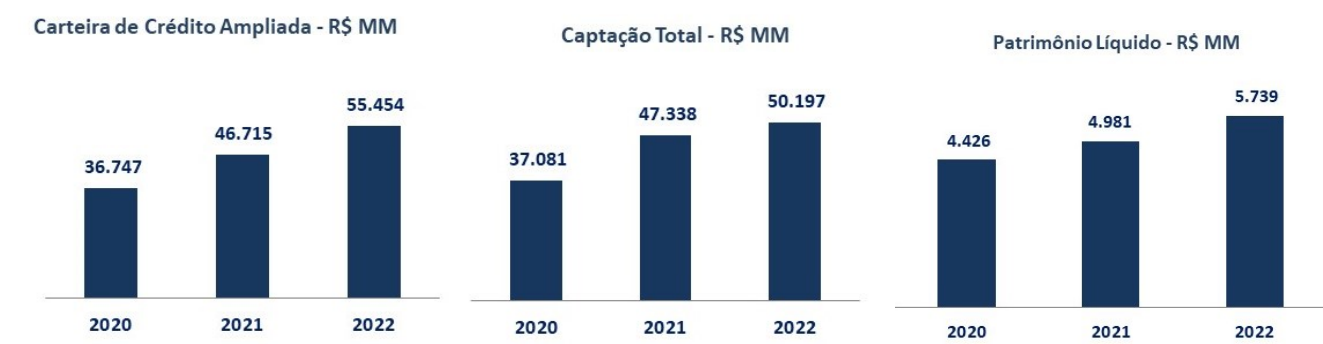
Desempenho Operacional e Financeiro

O Banco Daycoval adota a estratégia de diversificar suas captações, seja do ponto de vista de fonte como de instrumento, para assim estar alinhado com a esperada evolução da carteira de crédito, sempre buscando o casamento de ativos e passivos e a eficiência nos custos. Em 2022 a captação evoluiu em linha com o crescimento da carteira de crédito e somou R\$ 50.196,5 milhões ao final do ano, representando crescimento de 6,0%, se comparado com o mesmo período de 2021.

O Banco Daycoval finalizou a sua décima segunda oferta pública de Letras Financeiras (LFs), emitindo um total de R\$ 1,0 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira no valor de R\$ 406,0 milhões para 2 anos; a segunda de R\$ 340,5 milhões para 3 anos; e a terceira de R\$ 253,5 milhões para 4 anos.

A carteira de crédito ampliada encerrou 2022 com saldo de R\$ 55.453,8 milhões, 18,7% superior a 2021. O segmento de crédito para empresas, principal negócio do Banco, cresceu 14,8% no ano.

O lucro líquido alcançou R\$ 1.102,9 milhões em 2022, 22,0% inferior a 2021. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 20,3% a.a., o Retorno sobre os Ativos Médios (ROAA) foi de 1,7% a.a., o Índice de Eficiência registrou 37,8% no ano e a Margem Financeira Líquida (NIM) foi de 7,3% a.a.



Governança

Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

com as melhores práticas de mercado. O Banco busca, frequentemente, aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004, atual Resolução 4.190 de 27 de maio de 2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Banco entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor ao Daycoval, aos acionistas, aos colaboradores e aos clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental, climático e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações. O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, por meio de sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta, ainda com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas, de forma a garantir a adequada gestão de riscos e uma governança eficiente.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Social, Ambiental e Climático, Risco de Mercado e Liquidez, Risco de Crédito e de Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos Comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri.

Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Grupo Daycoval, uma força se destaca: as pessoas. Ter uma equipe engajada é fator decisivo para tornar o Daycoval uma das melhores empresas para se trabalhar, certificado desde 2018 pela Great Place to Work, sendo um dos nossos princípios acreditar que o capital humano é fundamental para um bom desempenho dos negócios. Desta forma, investe

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

continuamente na capacitação e no bem-estar de seus colaboradores. Para estimulá-los, o Grupo proporciona oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e com remuneração justa.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Grupo dispunha de uma equipe talentosa e engajada de 3.432 profissionais. Estamos crescendo, bom para o negócio e bom para as pessoas, pois mais oportunidades e novos desafios são apresentados a todos. Dentre as principais iniciativas voltadas ao desenvolvimento contínuo, destaca-se o Programa Daycoeduca, que oferece bolsas de estudo para Graduação, Pós-Graduação ou MBA. Em 2022 foram 154 colaboradores contemplados com esta estratégia de desenvolvimento.

No ano de 2022 foram realizadas 21.280 horas de treinamento envolvendo 3.941 participantes, abrangendo programas nas áreas de informática, prevenção à lavagem de dinheiro, sustentabilidade, custódia, processos internos, certificações e gerenciamento de riscos e cursos especiais para gestores sobre Liderança. Desenvolver nossos colaboradores para os desafios de hoje e prepará-los para o amanhã é uma das estratégias de gestão de pessoas adotada.

A Diretoria Executiva continua aproveitando a plataforma de comunicação e todo trimestre apresenta os resultados e perspectivas aos colaboradores. Esta é uma estratégia importante quando falamos de engajamento e alinhamento.

O Banco conta com equipe qualificada e busca sempre profissionais dispostos a enfrentar desafios. Reconhece o potencial dos profissionais, oferecendo desenvolvimento e crescimento profissional e pessoal. Nossos colaboradores estão distribuídos em diferentes gerações: 54% de geração Y, 30% de X, 12% de Z e aproximadamente 4% de Baby Boomers. O Programa de Estágio continua captando mais e mais jovens com potenciais, fechando o ano de 2022 com 73 estagiários, pois é preciso criar um pipeline de talentos.

O Grupo Daycoval também é integrante do programa Jovem Aprendiz por intermédio de convênio com a ESPRO (Ensino Social Profissionalizante) e com a CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), além de oferecer programas de assistência social e ginástica laboral.

Sustentabilidade

O ano de 2022 reuniu diversos acontecimentos que contribuíram para que o ano fosse único e desafiador. O fato de termos a volta à normalidade, após o início da pandemia de covid-19, foi um deles. O Daycoval deu prosseguimento a seu planejamento estratégico, intensificando suas ações para expandir seu portfólio de clientes e buscar superar cada vez mais suas expectativas nos âmbitos econômico, empresarial, social e cultural.

No pilar ESG, o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais e concluiu a renovação de sua operação com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, que resultou em uma transação adicional de US\$ 100 milhões, pelo prazo de até 3 anos. Os recursos destinam-se ao estímulo do crédito ao empreendedorismo feminino de pequenas e médias empresas.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Um ambiente acolhedor, ético e diverso permite atrair e reter os talentos alinhados com a cultura do Daycoval. Desta forma, o Banco investe fortemente na qualificação de seu quadro de colaboradores e atingiu, em 2022, a marca de 3.432 colaboradores em todo o país.

Na busca constante de gerar valor para a sociedade, ativamos ações de solidariedade com participação dos colaboradores, complementada por contrapartida do Daycoval. No ano de 2022 foram arrecadadas por colaboradores de todo o Brasil, por meio de mais uma edição da Campanha Conexão do Bem, 1.250 peças entre cobertores, agasalhos e calçados. Pelo lado do Banco, o valor estimado destas doações foi convertido em montante financeiro que foi destinado à distribuição de cestas básicas para comunidades carentes. É sempre uma corrente interligada, os colaboradores se engajam e o Banco faz a contrapartida.

Em 2022 iniciamos um grupo de afinidade com foco em pessoas com deficiência. O objetivo do grupo é oferecer um espaço seguro e inclusivo para que possamos compartilhar nossas experiências, apoiar uns aos outros e evoluir nossa jornada dentro do Grupo Daycoval. Também com foco na diversidade temos o projeto social Dando Asas, em parceria com a SER ESPECIAL, com a inclusão de trabalho apoiado de pessoas com deficiência intelectual.

Para o bem-estar dos colaboradores e seus familiares são realizadas campanhas de vacinação, cursos que envolvem ações de saúde, vida social e apoio pessoal. Adicionalmente, buscando maior incentivo à qualidade de vida, são promovidas aulas de música e treinamento de corrida.

Responsabilidade Social

Em 2022 foram apresentados avanços significativos em projetos e ações de responsabilidade social. Cerca de R\$ 13,3 milhões foram investidos por intermédio de leis de incentivo fiscal e R\$ 24,5 milhões em doações diretas, totalizando R\$ 37,8 milhões na promoção de iniciativas culturais, de educação, esportes e ações voltadas à saúde e qualidade de vida. Destaque para algumas instituições como: Graac, Gol de Letra, Verdescola, Hospital Pequeno Príncipe, Instituto Mano Down, Hospital do Câncer de Barretos.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3 – PROJEÇÕES

3.1 – Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções, conforme lhe faculta o artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4 – FATORES DE RISCO

4.1 - Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, que o Banco acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos pelo Banco. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pelo Banco podem ser adversamente afetados.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão do Banco, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas do Banco.

Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que o Banco conhece e que acredita que podem afetá-lo adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pelo Banco atualmente, ou que o Banco considera irrelevante na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetá-lo adversamente.

a. Com relação ao Daycoval

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco ("Risk weighted assets" ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,0% que acrescido de parcela Adicional de Capital Principal – Conservação de 2,5%, totalizando uma exigência mínima de 10,5%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para

4.1 Descrição dos fatores de risco

realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.640, de 4 de março de 2013 e as Resoluções CMN nº 4.955 e CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, o Banco Central exige que os bancos reservem uma parte de seus ativos para cobrir riscos operacionais (ou seja, perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação de procedimentos internos, pessoal ou sistemas, incluindo aqueles devidos a eventos externos). O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior e do Daycoval Leasing. O índice de capital requerido exigido pelo Banco Central, é de 8,0% da exposição baseada no risco.

O Nível 1 tem um piso de 6,0%, dividido, nos termos da Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em duas partes: capital principal (capital social e reservas de lucros, entre outras inclusões e deduções) de pelo menos 4,5% e capital complementar (dívida híbrida e instrumentos de capital autorizados pelo Banco Central, com determinadas deduções). O Nível 2 consiste principalmente de instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central, com certas deduções, de 2,0%.

Devido a mudanças nas regras relativas aos requisitos mínimos de capital ou decorrentes do desempenho da economia brasileira como um todo, as reservas de capital do Banco podem ser afetadas negativamente. O Banco também pode ser obrigado a limitar suas operações de crédito, alienar alguns de seus ativos e/ou tomar outras medidas que podem afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira do Banco.

Se, como resultado dos limites de capital do Regulamento de Basileia III, aumentarmos nossos limites de capital, isso poderá afetar negativamente nossos resultados operacionais e dificultar o cumprimento de tais limites.

O Banco pode ter, no futuro, insuficiência de capital para se enquadrar às regras de capital mínimo estabelecidas pelo CMN e pelo Banco Central, de tempos em tempos.

As instituições financeiras brasileiras devem observar diretrizes impostas pelo CMN e pelo Banco Central, inclusive no que se refere ao capital mínimo. O Banco não pode garantir que terá no futuro recursos suficientes ou meios disponíveis para se capitalizar e, assim, cumprir com as suas obrigações regulatórias. Ademais, as

4.1 Descrição dos fatores de risco

instituições financeiras somente poderão distribuir resultados, a qualquer título, em montante superior àquele porventura exigido em lei ou na regulamentação aplicável, caso essa distribuição não venha a comprometer o cumprimento das exigências de capital e patrimônio líquido. O Banco não pode garantir que terá, no futuro, recursos suficientes ou meios disponíveis para se capitalizar e, assim, se enquadrar às regras de capital mínimo impostas pelo CMN e pelo Banco Central. Além disso, a adequação às regras de capital mínimo poderá afetar negativamente a capacidade do Banco de distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

Em complemento, os reguladores brasileiros podem aplicar sanções devido às regras de capital mínimo, incluindo processos administrativos, multas, desqualificação da administração e até o cancelamento das operações licenciadas, que podem afetar negativamente nossas operações e nossa condição financeira.

Qualquer desequilíbrio entre a carteira de crédito do Banco e suas fontes de captação de recursos poderá afetar adversamente, especialmente seus resultados operacionais e sua capacidade de ampliar suas operações de crédito.

O Banco está exposto a determinados desequilíbrios entre créditos que concede e suas obrigações decorrentes de captação de recursos com relação às taxas de juros, de câmbio e prazos de vencimento praticados. Parte da carteira de crédito do Banco é formada por créditos com juros fixos e a rentabilidade das suas operações de crédito depende de sua capacidade de equilibrar o custo para obtenção de recursos com as taxas de juros cobradas de seus clientes. Um aumento nas taxas de juros de mercado no Brasil poderia aumentar seu custo de captação, em especial o custo dos depósitos a prazo, ou pode forçar o Banco a reduzir o *spread* que pratica sobre seus créditos, afetando-o adversamente.

Qualquer descasamento entre o vencimento de suas operações de crédito e de suas fontes de recursos potencializaria o efeito de qualquer desequilíbrio nas taxas de juros, representando, ainda, risco de liquidez caso o Banco não tenha uma captação de recursos contínua. Adicionalmente, parte da captação de recursos do Banco é proveniente de títulos emitidos no exterior e denominados em dólares com *hedge* que poderá não ser suficiente para a integral proteção contra oscilações no mercado cambial. Uma desvalorização do real frente ao dólar poderia aumentar o custo de obtenção dos recursos provenientes da emissão desses títulos. Um aumento no custo total de suas fontes de captação poderá implicar um aumento nas taxas de juros que cobra sobre os créditos que concede, podendo, conseqüentemente, afetar sua capacidade de atrair novos clientes. Uma queda no crescimento das suas operações de crédito poderá afeta-lo de forma adversa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dificuldades na captação de recursos podem afetar negativamente o Banco.

As fontes de captação de recursos representam fator importante nos negócios do Banco. A capacidade do Banco em obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do seu desempenho e das condições de mercado no futuro. O Banco não pode assegurar que continuará captando recursos em condições favoráveis e nos mesmos níveis praticados atualmente. Se não conseguir obter novos recursos, o Banco pode não ter condições de manter ou de ampliar sua carteira de crédito ou de responder, de forma eficaz, a mudanças nas condições de negócios e pressões competitivas do mercado. Ademais, na hipótese de haver uma redução do volume de cessões de crédito em decorrência de mudanças adversas nas condições demandadas pelos cessionários de crédito, mudanças nas regulamentações que limitem a capacidade do Banco de conceder créditos, ou que modifiquem o tratamento contábil das cessões de crédito, sua capacidade de captação de recursos, liquidez e receita seriam adversamente afetados.

Se o Banco não for capaz de obter fundos adequados para satisfazer suas necessidades de capital, pode ser necessária a realização de um aumento de capital. Além disso, podemos optar por buscar capital adicional se nossa administração entender que as condições de financiamento serão mais vantajosas. Além disso, o Banco pode vir a optar por buscar capital adicional, se sua administração entender que as condições de captação serão mais vantajosas. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumentos no capital, incluindo outras transações no mercado de capitais, pode diluir a participação dos acionistas do Banco caso eles não participem proporcionalmente de tais aumentos de capital, ou se tais aumentos de capital forem realizados por meio de ofertas públicas sem o direito de preferência.

O Banco pode não ser capaz de recuperar os valores decorrentes de empréstimos inadimplidos por seus mutuários ou de apossar-se de bens dados em garantia nesses contratos, ou ainda, que essas garantias ao serem executadas serão suficientes para cobrir o montante das respectivas operações, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

Quando mutuários se tornam inadimplentes em contratos de empréstimo ou financiamento, o Banco precisa tomar medidas judiciais e extrajudiciais para realizar a cobrança dos valores devidos. Neste sentido, não há como garantir que as medidas utilizadas nos procedimentos de cobrança e execução das garantias vinculadas a esses empréstimos e/ou financiamentos serão as mais adequadas, ou ainda, que resultarão na recuperação eficaz dos valores devidos e não pagos. Na medida em que o Banco pode não ser capaz de recuperar os valores devidos em um volume substancial, os seus resultados poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Uma deterioração de sua classificação de crédito poderá aumentar o seu custo de captação, o que poderá afetar o Banco de forma adversa.

Os custos de captação de recursos do Banco são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de seu controle, tais como as condições macroeconômicas e o ambiente regulatório para os bancos brasileiros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo em sua classificação de crédito, o que poderia restringir a capacidade do Banco de tomar recursos emprestados, ceder carteiras de crédito ou emitir títulos e valores mobiliários em termos aceitáveis, aumentando o seu custo de captação de recursos.

O Banco pode não ser bem-sucedido na implementação de sua estratégia, o que poderá causar um efeito adverso sobre si.

O Banco tem revisado sua estratégia de negócios de forma a se adequar à realidade do setor bancário e alguns dos elementos dessa estratégia são recentes e estão em processo de implementação e, neste processo entre suas novas estratégias o Banco pretende consolidar e expandir sua participação no segmento de empresas ampliando sua carteira de clientes, melhorando a estrutura de distribuição e oferecendo serviços e produtos desenvolvidos sob medida para esses clientes, além de expandir sua participação no mercado de crédito a pessoas físicas, tanto por meio da expansão dos produtos existentes, quanto pelo oferecimento de novos produtos. Não pode garantir que será bem-sucedido na implementação de sua estratégia ou que a concentração de suas atividades em segmentos específicos não o afetará adversamente.

Falhas ou violações dos sistemas operacionais ou de segurança do Banco podem interromper temporariamente seus negócios, aumentando os custos e causando perdas.

Os negócios do Banco são realizados eminentemente por meio de sistemas informáticos, que envolvem processos financeiros, de contabilidade, sistemas de processamento de dados ou outros sistemas e instalações operacionais podem parar de funcionar adequadamente por um período determinado ou ficarem desativados ou serem danificados temporariamente como resultado de vários fatores como: interrupções no fornecimento de energia elétrica ou de serviços de telecomunicações; avarias, falhas no sistema ou outros eventos que podem afetar terceiros com os quais o Banco se relaciona ou que facilitam as atividades comerciais do Banco, incluindo câmbio, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou fornecedores que prestam serviços; eventos decorrentes de questões políticas ou sociais locais ou em larga escala e ataques cibernéticos. Interrupções ou falhas temporárias no processo físico, na infraestrutura ou nos sistemas operacionais que suportam os negócios e clientes do Banco, ataques cibernéticos ou quaisquer divulgações não autorizadas de

4.1 Descrição dos fatores de risco

informações pessoais em posse do Banco podem resultar em ações judiciais, multas regulatórias, multas ou intervenções, reembolso ou outros custos de compensação.

A falta de proteção contra ataques cibernéticos pode levar à perda de receita e danos à reputação do Banco, prejudicando suas operações ou resultando em divulgação não autorizada de informações.

O Banco gerencia e armazena várias informações confidenciais e dados sensíveis ou confidenciais relacionados às suas operações. A infraestrutura de TI do Banco está sujeita a ataques cibernéticos que consistem em tentativas intencionais de acessar, alterar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas.

Programadores e hackers experientes podem entrar na rede do Banco e apropriar-se ou comprometer suas informações confidenciais ou de terceiros, criar interrupções, acessar, alterar, destruir nossos sistemas ou causar shutdowns. Os programadores e hackers também podem desenvolver e implantar vírus e outros programas de software disfarçados que atacam os produtos do Banco ou exploram quaisquer vulnerabilidades de segurança de seus produtos. Além disso, softwares e aplicativos sofisticados de hardware e sistema operacional que o Banco produz ou adquire de terceiros podem conter defeitos de design ou fabricação, incluindo "bugs" e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação do sistema. Estes ataques cibernéticos podem resultar na indisponibilidade dos serviços, contaminação do banco de dados, corrupção dos dados armazenados, vazamento de informações de segurança e disponibilização de dados confidenciais, que podem afetar adversamente o Banco. Os custos para eliminar ou solucionar os problemas de segurança e vulnerabilidades citados acima podem ser significativos.

Nossos esforços de remediação podem não ser eficazes e resultar em indisponibilidade de serviços, atrasos ou paralisação de serviços, contaminação do banco de dados, corrupção de informações armazenadas, violação de segurança de dados ou divulgação não autorizada de informações de nossos clientes.

Além disso, violações das medidas de segurança do Banco e a disseminação de informações confidenciais ou dados confidenciais sobre o Banco, seus clientes ou terceiros podem expor o Banco, assim como seus clientes ou terceiros afetados a um risco de perda ou uso indevido dessas informações, resultando em possíveis litígios e potencial responsabilidade ao Banco, o que pode afetar nossa marca e reputação ou prejudicar os negócios do Banco. Pode-se dizer, também, que o Banco depende de capacidades limitadas de terceiros provedores de gerenciamento de dados, cujos possíveis problemas e vulnerabilidades de segurança podem ter efeitos semelhantes sobre o Banco.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Banco está sujeito a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetado adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções, incluindo de natureza reputacional.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), que entrará em vigor no mês de agosto de 2020 e transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso não estejam em conformidade com a LGPD, o Banco e suas controladas podem estar sujeitos a sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, o Banco pode ser responsabilizado por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelo banco e solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelas suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pelo Banco, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar em multas elevadas para o Banco, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, bem como afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

O não aprimoramento da infraestrutura de tecnologia da informação do Banco vinculados à sua operação ou a sua incapacidade de realizar os investimentos necessários para acompanhar a evolução tecnológica do mercado bancário poderão afetar adversamente as suas operações.

Considerando que as atividades do Banco estão ligadas a um ambiente digital de evolução constante, a habilidade do Banco em manter sua competitividade e expandir seus negócios depende de sua habilidade em se manter atualizado em relação as inovações tecnológicas e responder rapidamente a evolução do setor, incluindo, entre outros, aprimorar e atualizar os seus sistemas de tecnologia da informação e aumentar sua capacidade operacional. Em razão disso, o Banco tem a necessidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

de realizar investimentos de maneira contínua para melhorias significativas em sua infraestrutura de tecnologia da informação, de modo a se manter competitivo. Não é possível garantir que no futuro haverá recursos disponíveis para manter o nível de investimento necessário para respaldar a melhoria ou atualização de sua infraestrutura tecnológica, o que pode acarretar uma perda de competitividade frente a seus principais concorrentes, bem como uma incapacidade do Banco em conseguir acompanhar a evolução do setor e as necessidades dos clientes.

Além disso, não é possível prever os efeitos das mudanças tecnológicas nos negócios do Banco. O Banco depende, em parte, de terceiros para o desenvolvimento e acesso a novas tecnologias. Os serviços e tecnologias aplicáveis à indústria bancária podem surgir e tornar obsoletas as tecnologias atualmente utilizadas em seus produtos e serviços. Desenvolver e incorporar novas tecnologias em seus produtos e serviços podem exigir investimentos substanciais e um tempo considerável e, em última análise, podem não ser bem-sucedidas. Além disso, a capacidade do Banco de implementar novos produtos e serviços e desenvolver novas tecnologias pode ser inibida por padrões da indústria, mudanças em leis e regulamentações, resistência de clientes, direitos de propriedade intelectual de terceiros ou outros fatores. O sucesso do Banco dependerá da sua capacidade de desenvolver e incorporar novas tecnologias, enfrentar os desafios representados pelo mercado em rápida evolução para serviços financeiros prestados por meio eletrônico e de adaptação a mudanças tecnológicas, e, se não puder fazê-lo de forma oportuna ou rentável, seus negócios e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

O Banco pode falhar em manter um sistema eficaz de controles internos, o que poderá impedir de reportar de maneira tempestiva e precisa seus resultados financeiros e nos afetar adversamente.

Os controles internos do Banco podem não evitar ou detectar distorções em tempo hábil, devido a limitações inerentes, incluindo erro humano, evasão, sobreposição de controles ou fraude. Não é possível ter certeza de que, em algum momento no futuro, uma deficiência significativa não será identificada ou de que seus controles internos não deixarão de detectar um problema que eles devem evitar, e a falha em remediar essas deficiências significativas pode resultar em distorção relevante nas suas demonstrações contábeis, podendo incorrer em impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Controles internos podem falhar e, portanto, fornecer apenas uma garantia razoável com relação à preparação e apresentação adequada das demonstrações contábeis. Se o Banco não conseguir manter a adequação de seus controles internos, seus relatórios financeiros podem ser divulgados intempestivamente ou com imprecisões, e poderia o levar ao descumprimento das suas obrigações de relatório financeiro e dessa forma ser adversamente afetado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os riscos associados às atividades de tesouraria e atividades de mercado aberto podem ter um efeito adverso na condição financeira do Banco.

Nos últimos anos, a maior parte da receita bruta e lucro do Banco derivaram das operações de crédito, e parte da receita bruta e lucro operacional foi derivada de operações de mercado conduzidas pelo departamento de tesouraria. Tais operações geralmente envolvem a negociação de uma variedade de títulos e instrumentos financeiros do governo brasileiro. Existem vários riscos associados a essas atividades, incluindo riscos de mercado e contrapartes. O Banco busca ativamente expandir as operações de crédito e a gama de produtos bancários para diversificar a base da receita. Enquanto o Banco julgar que há oportunidades para operações de tesouraria, e considerar tais atividades interessantes, tais operações podem continuar a ser realizadas. Em razão disso, a condição financeira e o lucro líquido do Banco em períodos futuros continuarão expostos aos riscos inerentes a essas atividades, que podem ter um efeito adverso sobre seus resultados operacionais e sobre sua condição financeira.

O Banco pode ficar exposto ao risco de crédito de contrapartes no curso normal das atividades, sendo que qualquer deficiência ou insolvência dessas contrapartes poderá prejudicar a eficácia das operações de *hedging* e outras estratégias de gestão de risco.

O Banco pode ficar exposto ao risco de contrapartes no setor de serviços financeiros no curso normal das atividades. Essa exposição ao risco pode se originar de negociação, concessão de crédito, captação de depósitos, compensação e liquidação, entre outras atividades e relacionamentos. Entre tais contrapartes estão corretoras e operadores, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e outros clientes institucionais. Esses relacionamentos expõem o Banco ao risco de crédito em caso de inadimplemento de uma contraparte. Ademais, o risco de crédito do Banco poderá ser intensificado quando a garantia detida não puder ser efetivada ou for liquidada a preços não suficientes para recuperar o montante integral do crédito ou derivativo devido à Companhia. Muitas das operações de *hedging* e outras estratégias de gestão de risco utilizadas pelo Banco envolvem operações com contrapartes de serviços financeiros. Qualquer deficiência ou insolvência dessas contrapartes poderá prejudicar a eficácia das operações de *hedging* e outras estratégias de gestão de risco.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional do Banco podem não ser totalmente eficazes para atenuar a sua exposição a riscos não identificados ou imprevistos e os sistemas e métodos de identificação, análise, gerenciamento e controle de riscos do Banco podem não ser suficientes para evitar perdas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional do Banco, incluindo suas ferramentas de modelos estatísticos, tais como o *value at risk* ("VaR"), o teste de estresse e as análises de sensibilidade, podem não ser totalmente eficazes em relação a sua exposição ao risco em todos os ambientes econômicos ou contra todos os tipos de riscos, incluindo riscos que o Banco não consegue identificar ou prever. Alguns de seus instrumentos qualitativos e quantitativos para o gerenciamento de risco são baseados nas observações do Banco do comportamento histórico do mercado.

O Banco aplica ferramentas estatísticas, entre outras, a estas observações para quantificar o seu risco de exposição. Essas ferramentas qualitativas e quantitativas podem não prever todo tipo de exposição de risco futuro. Essas exposições ao risco poderiam, por exemplo, ser decorrentes de fatores que não foram previstos ou avaliados corretamente em seus modelos estatísticos, o que limitaria sua capacidade de administrar seus riscos. Suas perdas, portanto, poderiam ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, sua modelagem quantitativa não leva em consideração todos os riscos. A abordagem qualitativa do Banco para a gestão desses riscos pode se revelar insuficiente expondo-o a perdas inesperadas relevantes. Se os clientes existentes ou potenciais acreditarem que a sua gestão de riscos é inadequada, podem realizar seus negócios em outra instituição, o que poderia prejudicar a sua reputação, bem como as suas receitas e lucros.

Além disso, seus negócios dependem da capacidade de processar um grande número de transações de forma segura, eficiente e precisa. Pessoas despreparadas, sistemas e procedimentos de controles internos inadequados ou falhos, falhas de sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações normais do negócio podem resultar em perdas. O Banco também enfrenta o risco de que a estrutura de seus controles e procedimentos de risco operacional se revelem insuficientes ou sejam incontornáveis. Antes de realizar quaisquer operações de tesouraria e crédito, o Banco realiza a análise do perfil de crédito de cada um de seus clientes, de forma a avaliar os riscos a que cada operação submete o Banco. O Banco não pode garantir que seus sistemas de gestão de risco e análise de crédito serão suficientes para evitar perdas em decorrência da não identificação de todos os riscos relativos à sua carteira e às carteiras de seus clientes, ou em decorrência da análise dos riscos identificados ou da resposta direcionada a tais riscos ser inadequada, incorreta ou intempestiva, o que poderá ter um efeito material adverso sobre as condições operacionais e financeiras do Banco.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A perda de qualquer um dos principais administradores, incluindo os controladores do Banco, bem como a incapacidade do Banco de atrair e reter pessoal administrativo adicional pode afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira do Banco.

A capacidade de manter a posição competitiva do Banco frente a seus concorrentes e implementar sua estratégia de crescimento depende muito dos executivos do Banco, alguns dos quais também são controladores do Banco. Muitos dos executivos sêniores e outros administradores-chave permanecem historicamente por muitos anos no Banco, sendo alguns deles inclusive controladores, não é possível garantir que o Banco não perderá nenhum de seus executivos sêniores ou administradores-chave atuais ou que o Banco será bem-sucedido em atrair e reter substitutos ou pessoal qualificado. A perda de parte dos administradores, incluindo dos administradores que são controladores do Banco, ou sua incapacidade de reter e atrair pessoal qualificado pode ter um efeito adverso relevante em sua operação e em sua capacidade de implementar as estratégias de negócio.

A originação de créditos consignados por meio de parcerias com correspondentes bancários apresenta riscos aos negócios do Banco e pode acarretar efeitos materiais adversos nos resultados financeiros do Banco.

Atualmente, parte relevante da contratação de créditos consignados do Banco é efetuada por correspondentes bancários parceiros sem obrigação de exclusividade, o que pode comprometer nossas operações ou resultar em perdas de receita. Estes correspondentes bancários atuam como agentes intermediários para oferecer aos clientes do Banco serviços, assim, o Banco pode ser responsabilizado pelo descumprimento dos seus procedimentos de venda ou regulamentações aplicáveis por estes agentes.

Os correspondentes bancários são remunerados por meio de comissões pagas em função do volume de captação de novos contratos e, eventualmente, na tentativa de aumentar sua remuneração, tais correspondentes bancários podem tentar fraudar documentos e políticas relacionadas à concessão de crédito a pessoas, sem sua solicitação ou anuência. Eventuais procedimentos de cobrança adotados em face dessas pessoas em razão da concessão de créditos não solicitados, podem acarretar a responsabilização civil do Banco em processos judiciais, o que pode afetar adversamente seus resultados financeiros e operacionais, vez que o Banco poderia incorrer em custos não apenas decorrentes da inadimplência do crédito, mas também de despesas financeiras com indenizações pecuniárias e por danos morais aos indivíduos lesados.

Não há como garantir que os mecanismos de controle adotados pelo Banco serão suficientes para detectar ações fraudulentas ou inadimplementos legais, regulatórios

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou contratuais por parte dos correspondentes bancários. Tais ocorrências podem afetar a imagem do Banco perante seus clientes e o mercado em geral, afetando adversamente seus resultados financeiros e operacionais.

Adicionalmente, a infraestrutura de tecnologia da informação adotada pelos correspondentes bancários está sujeita a falhas em sua segurança cibernética e não há como garantir que será suficiente para evitar ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão de sistemas e plataformas que tenham por objetivo acessar, alterar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas, além do acesso a, ou divulgação não autorizada, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes ativos e potenciais antes da efetiva formalização de uma eventual operação.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos dos quais o Banco, suas controladas ou seus administradores são ou possam ser partes podem causar efeitos adversos relevantes.

O Banco, suas controladas e seus administradores são partes de vários processos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros.

As provisões constituídas e que venham a ser constituídas no âmbito desses processos podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, o Banco não pode garantir que novos processos relevantes, judiciais ou administrativos, contra ele, suas controladas e seus administradores não venham a surgir, podendo estar sujeito a contingências que o obrigue a dispendar valores significativos.

No caso de decisões judiciais desfavoráveis ao Banco, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados, poderá se observar efeito adverso nos resultados do Banco, bem como os negócios, sua situação financeira e reputacional e o valor de mercado das ações do Banco podem ser adversamente afetados.

Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais o Banco tenha realizado provisão em valor significativamente inferior ao montante da perda em questão, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, o Banco pode sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios. Ademais, decisões desfavoráveis em eventuais processos movidos em face de administradores do Banco podem também vir a inabilitá-los para atuarem como administradores do Banco, bem como afetar a imagem e os negócios do Banco.

Adicionalmente, eventuais matérias veiculadas na mídia com informações sobre o supostos envolvimento do Banco ou dos administradores do Banco em processos ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

investigações, em curso ou potenciais, poderão expor a imagem do Banco de forma negativa e ainda gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores do Banco, principalmente em relação ao conteúdo e fontes de tais informações, o que poderá afetar tanto a reputação do banco, quanto a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores do Banco.

Além disso, decisões desfavoráveis em processos movidos em face de administradores do Banco, relacionados ou não às suas funções no Banco, podem também vir a afetar a imagem e os negócios do Banco, na medida em que processos envolvendo administradores do Banco podem exigir que haja um maior grau de envolvimento destes administradores no imbróglio em detrimento da condução de suas atividades ordinárias, bem como um maior dispêndio financeiro por parte do Banco caso o Banco venha a ser considerado solidária ou subsidiariamente responsável pelos danos eventualmente causados por seus administradores.

Em 31 de dezembro de 2022, as provisões relacionadas a essas ações totalizavam R\$ 2.116 milhões e os depósitos judiciais totalizavam R\$ 1.799 milhões. Resultados desfavoráveis em um ou mais desses processos podem tornar as provisões insuficientes e afetar adversamente seus negócios e sua condição financeira.

O crescimento da carteira de operações de crédito do Banco pode levar a um aumento da inadimplência.

O aumento da carteira de crédito do Banco pode causar o aumento da alavancagem financeira do Banco e, eventualmente, ter como consequência o aumento do nível de inadimplência e das despesas de provisão, o que pode afetar de forma adversa os resultados operacionais e a capacidade financeira do Banco.

O Banco está sujeito a perdas associadas à carteira de crédito.

A qualidade da carteira de crédito do Banco está associada ao risco de inadimplência dos segmentos nos quais atua. Quaisquer alterações no perfil dos negócios do Banco, decorrentes da disponibilização de novos produtos e serviços aos clientes ou do crescimento orgânico de suas operações, podem revelar imprecisões nos modelos e políticas de crédito atualmente utilizados pelo Banco, ocasionando a concessão de crédito inadequada e, conseqüentemente, eventual inadimplência, aumentando os níveis de perdas e prejuízos em suas operações.

Adicionalmente, qualquer alteração nas condições macroeconômicas e políticas que afetem a propensão ao consumo, o nível de demanda e a capacidade de pagamento dos clientes, bem como quaisquer alterações regulatórias ou mercadológicas, como a mudança das taxas praticadas pelos concorrentes, podem afetar negativamente o

4.1 Descrição dos fatores de risco

crescimento e a composição de nossa carteira de crédito, podem ter efeito material adverso sobre as condições operacionais e financeiras do Banco.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A família Dayan detém 100% do controle do Daycoval e também são administradores do Banco. Os controladores possuem o direito a eleger os membros do Conselho de Administração. A este Conselho cabe a responsabilidade pela eleição da diretoria, a definição dos princípios gerais da política de gestão de risco da organização, a orientação geral dos negócios da sociedade, e a criação de mecanismos internos para a verificação do cumprimento de suas determinações. Equívocos na definição das políticas e na orientação dos negócios do Banco, bem como deficiências apresentadas na aplicação dessas e de outras responsabilidades do Conselho, poderiam trazer como consequência a piora das condições financeiras do Banco, ou até mesmo impactar na sua solvência.

Os interesses dos acionistas do Banco, podem conflitar com os interesses da Administração do Banco.

Os acionistas controladores do Banco, desde 2016, a família Dayan detém 100% do controle do Daycoval, têm o poder de, dentre outros, eleger os membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, além de determinar o resultado das deliberações societárias do Banco, incluindo, por exemplo, reorganizações societárias, venda de ativos, distribuição e pagamento de dividendos. Os interesses dos acionistas controladores do Banco podem ser conflitantes com os interesses da Administração do Banco e podem não resultar em melhorias nos seus resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso para o Banco. Adicionalmente, qualquer mudança no controle poderá afetar materialmente a estratégia, a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira do Banco.

O Banco pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.

O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social do Banco é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral e dependerá de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, as condições financeiras, as necessidades de caixa e as perspectivas futuras do Banco, inclusive para atendimento às normas regulamentares, como as regras sobre capital mínimo, além daqueles que o Conselho de Administração e os acionistas do Banco julguem relevantes. O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou então vir a ser retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro

4.1 Descrição dos fatores de risco

disponível para a declaração e/ou o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais ao mínimo obrigatório previsto em seu Estatuto Social.

c. Com relação a suas controladas e coligadas

O Daycoval não vislumbra a existência de riscos relacionados exclusivamente às suas controladas e coligadas.

d. seus administradores

e. Com relação a seus fornecedores

A perda do relacionamento e/ou falência dos prestadores de serviços, inclusive com relação a serviços de tecnologia da informação, ou de suporte para manter os produtos e serviços do Banco, ou de apoio às suas operações de crédito a pessoas físicas pode provocar uma ruptura nas suas operações ou resultar em perda de receita.

O Banco utiliza serviços prestados por terceiros para auxiliar, apoiar e manter alguns setores de *back-office*, bem como alguns de seus sistemas de comunicação, tecnologia de informação e pontos de venda. A falta desses terceiros para cumprir obrigações de auxílio, apoio e manutenção poderiam levar a um impacto negativo em suas operações. Além disso, as suas receitas com operações de crédito pessoal com consignação dependem, em parte, da vontade e capacidade de correspondentes bancários e agentes autônomos por estes contratados para encontrar clientes que celebrem operações de crédito pessoal com consignação com o Banco. O seu relacionamento com correspondentes bancários não é exclusivo e, portanto, eles podem originar operações para outros bancos. A perda do relacionamento com esses correspondentes bancários, e destes com agentes autônomos, bem como a impossibilidade de substituí-los por novos correspondentes bancários e agentes pode causar a perda de clientes e reduzir substancialmente as receitas e ganhos do negócio de crédito pessoal com consignação, que poderá afetar adversamente o Banco.

Impactos decorrentes de atividades dos fornecedores do Banco, incluindo a prestação de armazenamento de dados, podem afetar adversamente as operações do Banco.

O Banco utiliza uma ampla rede de fornecedores e prestadores de serviços, os quais exercem atividades relevantes para a condução de seus negócios, como, por exemplo, sistemas de tecnologia de informações e serviços de armazenamento de dados e contratos de suas operações. Além disso, na atuação com parceiros comerciais, são capturados dados cadastrais de potenciais clientes por tais parceiros, antes da efetiva formalização de uma operação com o Banco. Desse modo, eventuais

4.1 Descrição dos fatores de risco

descumprimentos de obrigações legais ou contratuais, falhas ou interrupções das atividades de tais fornecedores podem acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, interrupções temporárias nas operações do Banco, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados por tais ocorrências, o que pode afetar negativamente as operações do Banco e, conseqüentemente, seus resultados.

Adicionalmente, caso o Banco não seja capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais fornecedores e prestadores de serviços, poderão ocorrer dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, podendo resultar em problemas operacionais. Tal substituição, ainda, pode não ocorrer em tempo hábil ou ocasionar falhas no período de transição, podendo causar impactos relevantes nas operações do Banco.

f. Com relação a seus clientes

Um aumento na carteira de operações de crédito a empresas pode afetar adversamente o Banco.

O aumento da carteira de crédito para empresas pode levar o Banco a uma gestão menos conservadora das operações, acarretando em aumento da inadimplência e dos níveis de provisões para devedores duvidosos. O relacionamento próximo com as empresas clientes é fator importante no desempenho comercial neste segmento. O aumento do volume de operações de crédito e do número de clientes pode implicar na queda do nível de relacionamento, fazendo com que perca oportunidades de novos negócios e se distancie de seus clientes.

A maior parte dos clientes do segmento de crédito para empresas são empresas de pequeno e médio porte, que usualmente apresentam menores níveis de governança corporativa e em razão disso podem fornecer informações incorretas para o Banco, o que poderia levar o Banco a conceder créditos a empresas que não atendam aos critérios normalmente adotados na concessão de crédito, podendo resultar na concessão de crédito para empresas que não estão dentro dos critérios adotados normalmente, o que pode afetar negativamente o Banco.

A capacidade do Banco de cobrar os pagamentos devidos oriundos de operações de crédito pessoal com consignação depende da eficácia e validade de convênios firmados com empregadores de nossos mutuários, bem como dos mutuários conservarem seus empregos.

Uma parcela relevante de receita do Banco é oriunda dos pagamentos devidos sob operações de crédito pessoal com consignação, valores esses que são deduzidos diretamente das respectivas pensões ou contracheques dos mutuários. Essas

4.1 Descrição dos fatores de risco

deduções de pensões ou contracheques podem ser interrompidas se convênios firmados com empregadores dos mutuários ou entes do setor público forem rompidos, bem como se um empregado ou funcionário do setor público ou privado pedir demissão ou for afastado, e ainda no caso de falecimento do mutuário.

No caso de rompimento de convênios, a sua sistemática de cobrança de créditos pessoais com consignação ficará comprometida, havendo a necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz, ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Neste caso o Banco poderá sofrer uma redução das suas operações relacionadas ao convênio rompido. Nas hipóteses de demissão, afastamento ou falecimento do mutuário, o pagamento do empréstimo com dedução na folha de pagamento poderá depender exclusivamente da capacidade financeira do mutuário ou de seus herdeiros. Não pode garantir que recuperará todo ou parte de seu crédito nessas circunstâncias.

Além disso, se um mutuário cujas contraprestações devidas são deduzidas de sua folha de pagamento se divorcia ou se separa legalmente, em certas circunstâncias, de acordo com a lei brasileira, a pensão alimentícia devida pelo mutuário pode ser deduzida direto da sua folha de pagamento. Estas deduções na folha de pagamento podem ter prioridade sobre outras dívidas do mutuário (inclusive perante o Banco) e, como resultado disto, o Banco pode não receber todo ou parte do crédito devido nestas circunstâncias.

Qualquer dos riscos acima pode resultar num aumento no perfil de risco de sua carteira de crédito pessoal e pode resultar em uma maior porcentagem de perdas em operações desta natureza, bem como no aumento das despesas de administração e outras despesas relacionadas a cobranças de pagamentos devidos, inclusive com relação a adoção de eventual nova sistemática de cobrança em vista de rompimento de convênios, e assim afetar adversamente o Banco.

Uma deterioração na qualidade de crédito dos sacados na carteira de garantia de recebíveis, ou dificuldades em executar as garantias recebidas pelo Banco relativas a empréstimos vencidos e não pagos podem afetar de maneira adversa suas operações de crédito a empresas.

Parte substancial de suas operações de crédito a empresas, em particular para empresas de médio porte, encontra-se garantida por recebíveis detidos pelos respectivos mutuários em face de terceiros (sacados). Qualquer mudança desfavorável na qualidade de crédito destes terceiros devedores poderá afetar de forma negativa a sua capacidade de recebimento dos valores devidos por seus clientes, o que pode afetar o Banco de forma adversa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, alguns empréstimos concedidos pelo Banco, tais como financiamentos de veículos são garantidos por garantias reais vinculadas aos bens financiados, que na maioria das vezes apresentam custos elevados para excussão, bem como para seu armazenamento e manutenção até que sejam leiloados. Diante do vencimento antecipado de empréstimos dessa natureza o Banco pode enfrentar dificuldades para retomar os bens recebidos ou para executar outras garantias. Um aumento no índice de inadimplência desses empréstimos historicamente experimentado pelo Banco pode tornar os valores provisionados para este tipo de ocasião insuficientes para cobrir as despesas e pode afetar adversamente os resultados e a situação econômica do Banco.

Os Depósitos representam uma importante fonte de captação de recursos para o Banco, assim o Banco não pode garantir que esses recursos continuarão disponíveis no futuro em condições favoráveis.

Os depósitos totais, as LF's (letras financeiras), as LCI's (letras de crédito imobiliário) e LCA's (letras de crédito do agronegócio) representam uma importante fonte de captação de recursos para o Banco. No passado recente, o Banco tem aumentado de forma significativa sua emissão de LF's, LCI's e LCA's no mercado nacional de valores mobiliários, fazendo com que elas se tornassem a maior parte de sua fonte de financiamento nacional, juntamente com os depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía R\$ 17.684,9 milhões em depósitos totais, R\$ 17.760,7 milhões em letras financeiras, letras de crédito do agronegócio, os quais representavam 35,6% e 35,0% do total das captações do Banco, respectivamente.

Sua capacidade de obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do seu desempenho e das condições de mercado no futuro, bem como das questões regulatórias envolvendo a emissão de LCI's e LCA's. O Banco não pode assegurar que essas fontes continuarão disponíveis em termos favoráveis. Se o Banco não conseguir obter novos recursos, ou se alterações regulatórias atualmente aplicáveis a tais produtos tornarem impraticável a emissão de novos mobiliários, ele poderá não ter condições de continuar a manter ou ampliar sua carteira de crédito ou responder de forma eficaz a mudanças nas condições de negócio e pressões competitivas, o que poderá ter um efeito adverso sobre suas operações.

O aumento da inadimplência dos tomadores de crédito do Banco poderá afetar seus resultados.

A capacidade conjunta dos tomadores de crédito do Banco de honrar pontualmente suas obrigações está diretamente relacionada ao desempenho da atividade econômica e da renda no País. Situações de crise econômica, o fraco desempenho da

4.1 Descrição dos fatores de risco

economia, aumento do desemprego, a perda de vínculo dos servidores públicos com o governo federal ou, ainda, a perda de benefícios, no caso dos aposentados e pensionistas do INSS, poderá gerar aumento da inadimplência das operações de crédito, que, por sua vez, pode resultar no aumento das perdas operacionais e afetar adversamente os negócios e situação financeira do Banco.

g. Com relação aos setores da economia nos quais o Daycoval atua

O ambiente cada vez mais competitivo do setor bancário no Brasil e a crescente concorrência no segmento de Empresas poderão afetar adversamente o Banco.

O mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil é altamente competitivo. O Banco enfrenta significativa competição de outros bancos brasileiros e internacionais, tanto públicos quanto privados. A indústria bancária brasileira passou por um período de consolidação nos anos 90, quando vários bancos brasileiros foram liquidados e outros importantes bancos estatais e privados foram vendidos. A competição aumentou significativamente durante esse período, dado que bancos estrangeiros entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de instituições financeiras locais. A privatização dos bancos estatais também fez com que o mercado bancário brasileiro e o mercado de outros serviços financeiros ficassem mais competitivos.

Tradicionalmente, seus principais concorrentes nos segmentos em que atua têm sido bancos de médio porte especializados. Alguns desses bancos têm adotado estratégias de capitalização similares à do Daycoval, inclusive a abertura de capital. Não é possível assegurar que conseguirá continuar a concorrer adequadamente com outros bancos e instituições financeiras nos mercados para produtos específicos, como o segmento de Empresas e de crédito consignado, particularmente com o ingresso de instituições financeiras nacionais e estrangeiras de maior porte, que dispõem de quantidade maior de recursos do que o Banco e de uma extensa rede de agências e outros canais de distribuição próprios.

Em anos anteriores, foram anunciadas as aquisições pelo Banco Bradesco S.A. do Banco BMC S.A., um banco de médio porte focado no segmento de crédito consignado, e a aquisição, pelo Banco Société Générale Brasil S.A., do Banco Cacique S.A., banco especializado no crédito ao consumidor, com atuação relevante no segmento de crédito consignado. Nos últimos anos, outras transações foram realizadas entre controladores de grupos financeiros ocorridas no setor bancário, tais como (i) a aquisição pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A. junto ao Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (Citibank) dos negócios de varejo (voltados a pessoas físicas) conduzidos pelo Citibank no Brasil; (ii) operações significativas do Banco BMG; (iii) a aquisição, pelo Bradesco, das

4.1 Descrição dos fatores de risco

operações bancárias brasileiras do HSBC Brasil S.A.; (iv) a aquisição, pelo Banco do Brasil S.A., do Banco Nossa Caixa e de uma participação de 50% no Banco Votorantim; (v) a aquisição pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal do Banco Panamericano S.A.; (vi) a aquisição pelo Banco Santander Brasil S.A. das operações do Banco ABN AMRO S.A.; e (vii) da união do Banco Itaú S.A. unindo-se ao Banco Unibanco S.A. Essas aquisições/fusões podem ser seguidas por outros bancos de grande porte (nacionais ou estrangeiros), podendo representar o início de um novo processo de consolidação, que poderá alterar de maneira relevante o atual cenário competitivo do setor bancário.

Não é possível ao Banco garantir que concorrerá com sucesso com esses bancos, principalmente porque eles têm mais recursos e uma ampla rede de filiais e canais de distribuição

Além disso, os negócios do Daycoval no segmento de crédito consignado poderão ser afetados adversamente caso seus concorrentes obtenham contratos de exclusividade com entidades governamentais ou empresas privadas para oferecer esse tipo de empréstimo a seus empregados. A concorrência na atividade de concessão de créditos a beneficiários do INSS tem sido particularmente agressiva, com o uso de campanhas publicitárias de alcance nacional e premiações.

O aumento da concorrência pode afetar adversamente o Banco em virtude, dentre outros fatores, da limitação da capacidade do Banco de aumentar a base de clientes e expandir suas operações, resultando na redução de sua margem de lucro sobre suas atividades, e aumentando a disputa pelas oportunidades de investimento.

O Daycoval está altamente exposto ao risco de crédito do Governo Federal e de outras entidades do setor público. Qualquer redução na qualidade de crédito dessas entidades poderá afeta-lo de forma adversa.

O Banco investe em títulos de dívida do Governo Federal, que são, em sua maioria, de longo prazo e alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco detinha R\$ 9.348,9 milhões em títulos da dívida do Governo Federal, contra R\$ 8.406,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida do setor público brasileiro, de acordo com os indicadores econômicos divulgados pelo Banco Central, era de R\$ 5,7 trilhão, ou 57,5% do PIB. Caso o Governo Federal deixe de efetuar os pagamentos dentro dos prazos desses títulos, os resultados operacionais e situação financeira do Banco poderão ser afetados negativamente em virtude da remarcação a mercado desses títulos.

Ademais, o Banco está exposto ao risco de crédito do Governo Federal e de entidades públicas, inclusive o INSS, as quais seus tomadores de crédito consignado estão vinculados. Em 31 de dezembro de 2021, 37,0% da carteira de crédito consignado

4.1 Descrição dos fatores de risco

do Banco era formada por créditos de convênios com o INSS. Qualquer declínio na atividade econômica poderá afetar adversamente a arrecadação de tributos por essas entidades do setor público, sua principal fonte de receita e, consequentemente, poderá resultar em um aumento nas perdas relativas à sua carteira de crédito consignado. Um aumento nas perdas relativas à carteira de crédito consignado do Banco poderá influenciar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

h. Com relação à regulação dos setores em que o Daycoval atua

Mudanças promovidas pelo Banco Central na taxa básica de juros podem afetar adversamente o Banco.

O Comitê de Política Monetária ("COPOM") estabelece periodicamente a taxa SELIC, a taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, que serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias. O COPOM tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão de incertezas econômicas e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal. A taxa SELIC historicamente tem flutuado. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a taxa SELIC correspondia a, respectivamente, 13,75%, 9,25% e 2,0%. Aumentos na taxa básica de juros podem afetar adversamente o Banco, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e aumento do risco de inadimplência dos clientes, dentre outros. Por outro lado, reduções na taxa básica de juros podem afetar adversamente o Banco, por meio da redução da receita proveniente dos ativos geradores de receita e diminuição das margens, dentre outros.

O Governo Federal regulamenta as operações dos bancos brasileiros e quaisquer modificações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos poderá afetar adversamente as operações e receitas do Banco.

Os bancos brasileiros estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização por parte do Banco Central. O Daycoval não pode prever quando o Governo Federal, por meio do CMN ou do Banco Central, irá alterar ou elaborar novas regulamentações que se aplicam a todas ou parte de suas operações, inclusive no que diz respeito a:

- Exigências de capital mínimo;
- Exigências de depósitos compulsórios;
- Limites de empréstimos e outras restrições de crédito;
- Limites de exposição em moedas estrangeiras; e
- Exigências contábeis e estatísticas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A estrutura da regulamentação aplicável às instituições financeiras brasileiras evolui frequentemente. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados, a maneira como as leis e regulamentos são aplicados ou interpretados pode mudar e novas leis e novos regulamentos podem vir a ser adotados. Essas mudanças podem afetar adversamente o Banco. Em particular, o Governo Federal, numa tentativa de implementar políticas econômicas, tem historicamente promulgado regulamentações que afetam as instituições financeiras. Essas regulamentações são usadas pelo Governo Federal para controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no País, através, inclusive, da imposição de exigências de recolhimentos compulsórios por instituições financeiras, o que reduz o volume de recursos disponíveis para a realização de empréstimos e investimentos. O Daycoval não pode assegurar que o Banco Central não aumentará ou criará novas exigências de reservas ou depósitos compulsórios. Essas mudanças podem afetar adversamente o Banco, uma vez que o rendimento dos valores mantidos como depósito compulsório em geral é inferior ao rendimento dos seus outros investimentos e depósitos. Além disso, o Banco Central pode decidir implementar determinadas diretrizes previstas no Novo Acordo da Basiléia, as quais podem acarretar uma gestão de risco mais rígida, restringindo a utilização de seus recursos.

Mudanças nas exigências de depósitos compulsórios podem afetar sua lucratividade.

Historicamente o depósito compulsório tem sido utilizado pelo BACEN para controlar a liquidez do mercado bancário brasileiro, como parte de sua política monetária, e atualmente tem sido utilizado também como instrumentos para assegurar a estabilidade do sistema financeiro brasileiro. Periodicamente, o nível de depósitos compulsórios a serem mantidos pelas instituições financeiras no Brasil com o Banco Central tem sido alterado. Desde 2008 o Banco Central do Brasil revogou e alterou diversas regras a respeito do depósito compulsório para reduzir o impacto da crise financeira internacional. Em 2018, o Banco Central aumentou e reestabeleceu os requisitos do depósito compulsório. O Banco Central pode aumentar as exigências de depósito compulsório no futuro ou impor novas exigências de depósito compulsório.

Os depósitos compulsórios geralmente não apresentam o mesmo rendimento que os outros investimentos e depósitos do Banco porque:

- Parte dos depósitos compulsórios não rendem juros;
- Parte dos depósitos compulsórios devem ser mantidos em títulos e valores mobiliários do Governo Federal; e
- Parte dos depósitos devem ser destinados a financiamento imobiliário e rural.

Com base na legislação em vigor, o Banco está situado na faixa de isenção de recolhimento de depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo, mas continua

4.1 Descrição dos fatores de risco

obrigado a recolher o depósito compulsório sobre o depósito à vista. O aumento ou alterações nas exigências de depósitos compulsórios pode reduzir sua capacidade de conceder empréstimos e de fazer outros investimentos, inclusive aqueles relacionados com suas estratégias, e, conseqüentemente, podem afetar adversamente o Banco.

Limitações nas taxas máximas de juros aplicáveis às entidades com as quais o Banco mantém convênios para concessão de crédito consignado poderão afeta-lo adversamente.

O Banco está sujeito à imposição de limites nas taxas de juros que cobra em seus empréstimos aos pensionistas e aposentados do INSS e aos funcionários públicos das demais entidades governamentais com as quais celebra convênios para a disponibilização de crédito. Não pode garantir que as entidades com as quais celebra convênios irão manter as taxas máximas de juros aplicáveis nos atuais patamares. A taxa máxima de juros aplicável aos empréstimos para aposentados e pensionistas, determinada pelo INSS, era de 2,14% a.m. em dezembro de 2022. Caso o INSS ou qualquer dessas outras entidades decida reduzir ainda mais os limites das taxas de juros aplicáveis ou estabelecer qualquer tipo de tabelamento de taxas de juros, poderá ser afetado adversamente.

A concessão de crédito consignado está sujeita a mudanças nas leis e regulamentos, interpretações dos tribunais ou políticas de entidades públicas relativas ao desconto em folha de pagamento.

O mecanismo de desconto em folha de pagamento utilizado nas operações de crédito consignado é regulado por diversas leis e regulamentos, na esfera federal, estadual e municipal, que estabelecem limites de descontos e preveem a irrevogabilidade da autorização dada por um funcionário ou beneficiário do INSS para dedução de valores para quitação do empréstimo.

Dessa maneira, a edição de qualquer nova lei ou regulamento, ou mudança, revogação ou nova interpretação das leis ou regulamentos existentes que resulte em proibição, restrição ou que possa afetar adversamente a capacidade do Banco de efetuar essas deduções diretas poderá aumentar o perfil de risco da sua carteira de crédito, aumentando a taxa de juros de seus empréstimos ao consumidor e conduzindo a um percentual mais alto de perdas com empréstimos. Não pode assegurar que as leis e os regulamentos relativos ao desconto direto em folha de pagamento ou no benefício do INSS não serão alteradas ou revogadas no futuro.

Ademais, sentenças desfavoráveis, administrativas ou judiciais relacionadas a este segmento, incluindo, mas não se limitando àquelas impondo restrições quanto a possibilidade de nos envolver nesse segmento da maneira que fazemos atualmente

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderiam levar a um aumento do perfil de risco da sua carteira de crédito, e também a um incremento em suas despesas relacionadas a estas operações, que pode afetar adversamente o Banco.

Além disso, a concessão do crédito consignado a funcionários públicos e aposentados e pensionistas do INSS depende da autorização das entidades públicas a que tais pessoas estejam vinculadas. O Governo Federal ou outras entidades governamentais podem alterar a regulamentação dessas autorizações. Outros órgãos governamentais poderão impor regulamentações futuras que restrinjam ou impeçam o Banco de oferecer créditos consignados a seus funcionários. Atualmente, o Banco não detém autorização para oferecer crédito consignado aos funcionários de determinados governos estaduais ou municipais, porque as leis desses Estados e Municípios permitem apenas que bancos estatais concedam este tipo de empréstimo. Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de crédito consignado do Banco era quase totalmente composta por empréstimos consignados a funcionários públicos, aposentados e beneficiários de pensões do INSS e quaisquer alterações ou implementação de novas leis ou regulamentos que restrinjam ou impeçam o Banco de conceder esse tipo de empréstimos pode afetar adversamente os resultados dos negócios do Banco e sua situação econômica.

Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderá afetar adversamente o Banco.

O Governo Federal implementa regularmente mudanças na legislação fiscal, previdenciária e outras leis e regimes de tributação que afetam ao Daycoval e aos seus clientes. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e, ocasionalmente, o estabelecimento de alíquotas temporárias, cujos recursos são destinados a determinados fins governamentais. Algumas dessas medidas, como o Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") sobre transações realizadas em moeda estrangeira em determinados tipos de operações financeiras, poderão resultar em aumento dos pagamentos de impostos, o que poderia afetar adversamente o Banco. Por exemplo, não pode assegurar que terá condições de manter sua lucratividade de anos anteriores, caso ocorram aumentos substanciais nos impostos incidentes sobre o Daycoval, suas subsidiárias e suas operações.

Adicionalmente, no passado as reformas fiscais trouxeram incertezas para o sistema financeiro nacional, aumentando o custo dos créditos e contribuindo para aumentar a inadimplência em sua carteira de crédito, o mesmo podendo ocorrer no futuro. Não é possível prever o efeito de reformas fiscais que possam vir a ser implementadas pelo Governo Federal. Não pode assegurar que qualquer reforma fiscal que venha a ser empreendida no futuro não tenha um efeito adverso sobre o Banco.

Quaisquer restrições nas taxas de juros de empréstimos bancários podem afetar adversamente o Banco, diminuindo suas receitas e limitando sua capacidade de conceder empréstimos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, conforme alterado, também conhecida como Lei de Usura ("Lei de Usura"), impede qualquer pessoa ou entidade de cobrar taxas de juros superiores a 12,0% ao ano. No entanto, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (a "Lei de Reforma Bancária"), juntamente com as recentes decisões judiciais, isentaram os bancos desta proibição. Quaisquer alterações na interpretação dos tribunais da isenção ou uma emenda nas leis e regulamentos aplicáveis que limitam as taxas de juros que podem ser cobradas pelo Banco em suas operações empréstimos podem afetar adversamente seus resultados e condição financeira.

O aumento da regulamentação após eventos recentes nos mercados globais pode afetar adversamente os resultados operacionais do Banco.

A turbulência vivida nos mercados financeiros globais, que teve suas raízes na crise do *subprime* nos Estados Unidos em 2008 e na crise da dívida que afetou determinados países da União Européia a partir de 2009, levou a um aumento significativo no envolvimento de várias instituições governamentais e autoridades reguladoras no setor financeiro e nas operações de instituições financeiras. Em particular, as autoridades governamentais e reguladoras da União Europeia e seus membros, dos Estados Unidos e de outros países aumentaram o controle regulatório em seus respectivos setores bancários, particularmente no que se refere a transações de derivativos e de reporte de informações, e implementaram medidas para fortalecer instituições financeiras incluindo a garantia obrigatória de certos tipos de transações e requisitos de capital aprimorados. Não é possível prever como o arcabouço regulatório mais rigoroso afetará as instituições financeiras, inclusive o Banco. Também não é possível prever se novos requisitos regulatórios (inclusive de adequação de capital) serão introduzidos nesses países ou em outros lugares, incluindo o Brasil.

O Banco pode não ser capaz de detectar lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outras atividades ilegais ou impróprias total ou pontualmente, o que pode afetar o Banco e sua reputação de forma adversa e submetê-lo a responsabilização.

O Banco é obrigado a cumprir as leis e a regulamentação aplicáveis quanto ao combate à lavagem de dinheiro, à corrupção, ao terrorismo e a outras atividades ilegais ou impróprias nas jurisdições em que opera. Essas leis e regulamentos exigem que, entre outras coisas, o Banco adote e aplique políticas e procedimentos de "*know your client*" e reporte transações volumosas e suspeitas às autoridades reguladoras aplicáveis. Essas leis e regulamentos tornaram-se cada vez mais complexos e detalhados ao longo do tempo, exigindo sistemas aprimorados, exigindo pessoal sofisticado de monitoramento e *compliance* e sujeita o Banco a uma supervisão mais rigorosa por parte das autoridades reguladoras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As políticas e procedimentos destinados a detectar e impedir o uso da rede do Banco, de seus produtos e serviços para lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo e outras atividades ilegais ou impróprias podem não eliminar completamente os casos em que a rede bancária do Banco pode ser utilizada por seus empregados, representantes ou outras partes para participar de tais atividades. Na medida em que o Banco deixar de cumprir totalmente as leis e regulamentos aplicáveis, os órgãos governamentais aos quais o Banco se reporta podem impor multas e outras penalidades, incluindo a revogação de licenças de operação, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais, a reputação e a condição econômico-financeira do Banco.

Além disso, os negócios e a reputação do Banco podem ser afetados negativamente se sua rede bancária for usada para lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo ou outras atividades ilegais ou impróprias. A análise das políticas e procedimentos internos de suas contrapartes em relação a esses assuntos antes de iniciar negócios com eles pode não ser suficiente, assim como nessas contrapartes para manter e aplicar adequadamente seus próprios procedimentos de controle. As medidas e procedimentos de controle do Banco podem não ser completamente eficazes para impedir que terceiros usem seus processos, produtos e serviços (e de nossas contrapartes) como instrumento de lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo ou outras atividades ilegais ou impróprias sem o conhecimento do Banco (e de suas contrapartes).

Se o Banco estiver associado, ou mesmo se for acusado de se associar ou se tornar parte de lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo ou outras atividades ilegais ou impróprias, sua reputação poderá sofrer e/ou o Banco pode ficar sujeito a multas, sanções e/ou restrições legais, o que poderia acarretar um efeito adverso nos resultados operacionais, financeiros e perspectivas do Banco.

O Banco pode não ser capaz de impedir que seus empregados ou terceiros agindo em seu nome se envolvam em situações que se qualificam como corrupção no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, o que poderia expor o Banco a sanções administrativas e judiciais, além de afetar material adversamente seus resultados operacionais e sua situação econômica e financeira.

O Banco está sujeito a legislação anticorrupção brasileira e legislação anticorrupção nas outras jurisdições em que opera ou participa de transações de âmbito transnacional. Essas leis exigem a adoção de procedimentos de integridade para mitigar o risco de que qualquer pessoa que atue em nome do Banco possa oferecer uma vantagem imprópria a um agente público, a fim de obter benefícios de qualquer tipo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A legislação transnacional, como a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* e a *U.K. Bribery Act*, bem como a legislação brasileira aplicável, exigem, entre outras coisas, a manutenção de políticas e procedimentos destinados a impedir atividades ilegais ou impróprias relacionadas à corrupção em entidades governamentais e funcionários, a fim de garantir qualquer vantagem comercial e obriga o Banco a manter registros precisos e um sistema de controles internos para garantir a precisão de nossos livros e a prevenção de atividades ilegais.

Se as políticas e procedimentos projetados para impedir suborno e outras práticas corruptas adotados pelo Banco não forem capazes de impedir ações voluntárias ou inadvertidas de administradores, empregados ou terceiros agindo em nome do Banco, que se enquadram nas definições aplicáveis de corrupção, as agências reguladoras aplicáveis têm o poder e autoridade para impor multas e outras penalidades. Além disso, os negócios e a reputação do Banco podem ser afetados se ele figurar como investigado ou como réu em investigações relacionadas à corrupção. A análise pelo Banco das políticas e procedimentos internos de suas contrapartes relevantes em relação aos procedimentos de integridade, assim como os nossos procedimentos de integridade antes de iniciar qualquer negociação, em grande parte, é necessário contar com o cumprimento das regras por essas contrapartes. Tais procedimentos e controles podem não ser completamente eficazes para impedir que as contrapartes usem os relacionamentos estabelecidos com o Banco para praticar atos de corrupção.

Se o Banco estiver envolvido, associado a, ou mesmo acusado de estar associado a práticas corruptas, sua reputação poderá sofrer danos e o Banco ficará sujeito a multas, sanções e/ou aplicação de penalidades previstas em lei, qualquer uma das quais poderá ter um efeito material adverso nos resultados operacionais, condição financeira e perspectivas do Banco.

A liquidez e a situação financeira do Banco podem ser adversamente afetadas em consequência de futuras intervenções do Banco Central em outras instituições financeiras brasileiras.

Bancos brasileiros de médio porte podem sofrer uma redução nos depósitos em razão de determinadas situações e fatos no mercado financeiro brasileiro, principalmente preocupações quanto à saúde financeira dessas instituições. Tal situação pôde ser observada em 2008, quando a crise no mercado americano atingiu de forma severa a disponibilidade de liquidez para os bancos brasileiros originadores de crédito.

Não é possível garantir que o Banco Central não intervirá em outras instituições financeiras. Caso o Banco Central realize uma intervenção, mesmo que em outras instituições financeiras não integrantes de grupo econômico do Banco, o Banco

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderá sofrer saques inesperados de recursos que poderão afetar adversamente seus resultados operacionais e condições financeiras.

Risco de Liquidez

Além do controle e mensuração do Risco de Mercado, o Banco está sujeito também ao Risco de Liquidez o qual pode decorrer de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ter origem externa ou interna:

Principais Fatores de riscos externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de *ratings*: risco soberano e risco do Banco; e
- Escassez de recursos no mercado.

Principais fatores de riscos internos:

- Appetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito
- *Covenants* assumidos pelo Banco: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez; e
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos e prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto nos médio e longo prazos.

Risco de Crédito

É possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Classificação das Operações

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Modelos de Credit Scoring Daycoval

São modelos desenvolvidos com abordagem Estatística e utilizados para Classificação de Risco no processo de Concessão de Crédito e utilizados após a aplicação das Políticas de Crédito pré-analisadas e aprovadas.

Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta por diversas áreas e comitês que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Banco.

i. Com relação aos países estrangeiros onde o Daycoval atua

A atuação do Daycoval no exterior está concentrada nas Ilhas Cayman, por meio de sua dependência denominada Banco Daycoval S.A. – Cayman Branch e mudanças adversas que afetem a economia dessa localidade podem impactar os resultados da dependência.

Adicionalmente, alterações na legislação e na regulamentação locais podem afetar a controlada do Banco e, por consequência, afetar seus resultados operacionais e sua situação econômico-financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos socioambientais e climáticos do Banco podem não ser totalmente eficazes para prevenir e/ou minimizar a sua exposição a riscos não identificados ou imprevistos.

Clientes, fornecedores e parceiros do Banco podem realizar atividades que gerem danos socioambientais e climáticos, tais como, mas não se limitando, desmatamento ilegal, contaminação de águas e do solo, descarte inadequado de lixo, esgoto e/ou resíduos, caça ou pesca ilegal, uso de mão de obra infantil, uso de mão de obra classificada como análoga à escrava, ou atividades consideradas como fomentadoras, ainda que de forma indireta, da prostituição e/ou do tráfico ou consumo de drogas, entre outras. Estes eventos, se financiados com recursos do Banco, podem afetar negativamente sua imagem, suas operações e indiretamente impactos negativos de difícil mensuração financeira ou gastos decorrentes de ações tomadas em função de algum evento de impacto social, ambiental e climático ocorrido.

O Banco não pode assegurar que seus métodos de controle de crédito ou procedimentos e políticas de gestão de risco socioambiental e climático as respostas aos questionários sejam totalmente fidedignas e que elimine a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais e climáticos, tais como: uso indevido de equipamentos financiados pelo banco, contaminação ou embargo de imóvel garantidor após efetivação da operação de crédito; superendividamento por contratação e operações superior à capacidade de pagamento.

O Daycoval assume a definição de Risco Social, Ambiental e Climático, de acordo com sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), como sendo, a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados, à:

j. questões sociais

Risco Social é definido como: a violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

k. questões ambientais

O Banco define Risco Ambiental como: degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

E risco climático (em suas vertentes), é definido como: o Risco de transição: ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o Risco físico: a intempéries frequentes e

4.1 Descrição dos fatores de risco

severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O Banco tem evoluído no aprimoramento da condução dos pilares econômicos, sociais e ambientais nas relações que temos com os negócios, os colaboradores e os clientes, na medida em que estabelecemos diretrizes na PRSAC para nortear as atividades do nosso negócio e a relação com as partes interessadas e mitigar riscos. Com efeito: (i) Todos os clientes do segmento Empresas têm atribuição do nível de impacto ambiental, (ii) os contratos de operações de crédito têm cláusulas específicas quanto ao compromisso e obrigatoriedade de cumprir rigorosamente a legislação socioambiental e trabalhista e (iii) Os imóveis em garantia são avaliados por empresa especializada que considera a regularidade do imóvel, incluindo aspecto socioambiental, nos órgãos federais e estaduais competentes.

m. Com relação a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente o Banco.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal e alta volatilidade nas condições econômicas, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, controle de salários e de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. O Banco não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

Inflação descontrolada, significativas variações na taxa de câmbio, instabilidade social e outros eventos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do Governo Federal a estes eventos, podem afetar negativamente o Banco. Ademais, incerteza referente às diretrizes das políticas econômicas pode contribuir para a falta de confiança e o aumento da volatilidade no mercado de capitais brasileiro, assim como no preço de valores mobiliários dos emissores brasileiros. Não é possível controlar ou prever com alguma certeza, se a aprovação de importante reformas, como a reforma trabalhista, reforma da previdência, reforma política e até a reforma tributária serão suficientes para a recuperação da economia brasileira.

Podem ser adversamente afetados em razão de mudanças nas políticas públicas em nível federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores, tais como:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Variação nas taxas de câmbio;
- Avanço no crescimento econômico brasileiro;
- Ambiente regulatório relacionado às atividades do Banco;
- Inflação;
- Redução no nível dos salários e da renda
- Políticas de restrição e controle cambial;
- Aumento na taxa de desemprego;
- Taxas de juros;
- Medidas macroeconômicas
- Liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de crédito;
- Inadimplência dos consumidores;
- Políticas monetárias e fiscais, assim como mudanças no regime tributário;
- O downgrade do Brasil nas agências de crédito;
- A queda na confiança do consumidor na indústria;
- Políticas trabalhistas e de previdência social;
- Alegações de corrupção contra partidos políticos, civis e outros;
- Política fiscal e regime tributário; e
- Medidas de cunho político, social e econômico que ocorram e que possam afetar o Brasil.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Por exemplo, a deterioração dos governos federais, estaduais e municipais, e os resultados fiscais do governo municipal nos últimos anos levou a um aumento do endividamento bruto inédito, assim como a dívida bruta em relação ao PIB, que levou o Brasil a uma perda na classificação de investimentos em agências de crédito, diminuição na entrada de capital estrangeiro e contribuiu para um nível menor de atividade econômica. Neste cenário, o Governo Federal pode encontrar dificuldades em honrar suas obrigações de pagar as parcelas do crédito deduzidas dos salários dos seus empregados, aumentando nossas provisões de crédito no geral.

O Banco não é capaz de estimar o impacto geral em suas operações e atividades de crédito da macroeconomia brasileira e dos desdobramentos políticos ou das mudanças nas políticas regulatórias econômicas. O Banco também não pode prever como será o futuro das medidas implementadas pelos responsáveis pelas políticas regulatórias que podem impactar suas atividades. Além disso, a atual instabilidade política aumenta o nível de incerteza com relação a políticas econômicas futuras e o Banco não pode prever qual destas políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se estas políticas irão afetar adversamente o Banco ou até a economia brasileira. Qualquer mudança nos requisitos de capital obrigatório, requisitos mínimos ou regulamentações que regem os produtos e serviços do Banco, por exemplo, ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

incerteza continuada nas políticas, podem afetar adversamente as atividades do Banco.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira do Banco e suas controladas.

O cenário político brasileiro tem historicamente influenciado, e continua influenciando, a performance econômica do país. Crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança do investidor e o público em geral, o que historicamente resultou na desaceleração da economia e agravou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

O Brasil passou por política instável, assim como alta volatilidade, como resultado de inúmeras investigações pelo Ministério Público por alegações de lavagem de dinheiro e corrupção, incluindo dentre outras investigações como, a *Cui Bono*, *A Origem*, *Sepsis*, *Patmos*, *Zelotes* e *Greenfield*, assim como a maior delas a Operação Lava Jato. Estas investigações têm impactado negativamente a economia brasileira e o cenário político e tem contribuído para o declínio na confiança no mercado brasileiro.

Como resultado destas investigações, membros do Governo Federal, do legislativo e do funcionalismo público, em conjunto com executivos, e agentes do Estado e do setor privado, estão sendo processados. Adicionalmente, certos indivíduos que foram condenados por variadas acusações de corrupção fizeram acordos de delação premiada com as autoridades e/ou foram resignados ou removidos de suas posições. Estes indivíduos envolvidos nestas atitudes antiéticas e ilegais identificadas durante investigações relevantes alegaram ter aceitado suborno de contratos e feitos entre governos e diversas companhias de infraestrutura, petróleo, gás e construção civil, além de outros crimes cometidos ao longo dos anos. Os lucros obtidos por meio dos subornos alegados financiaram campanhas políticas de partidos políticos, recursos estes que não foram divulgados. Estes recursos ainda eram destinados para enriquecimento de certos indivíduos. O Banco não pode assegurar que qualquer indivíduo ou entidade, direta ou indiretamente, relacionado a nós, sejam empregados, diretores ou fornecedores, incluindo parceiros, fizeram parte desta investigação ou investigações similares.

O potencial resultado da operação Lava Jato assim como as outras investigações são incertas, mas eles têm e já tiveram grande impacto na imagem e reputação das companhias envolvidas, e ainda a percepção geral de mercado da política, economia e do mercado de capitais. Em novembro de 2019, o STF mudou o entendimento sobre a Constituição Federal e deste modo permitiu que os acusados respondessem em liberdade as acusações feitas nas investigações. Como resultado, o presidente à época Luiz Inácio Lula da Silva foi solto da prisão em novembro de 2019.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Banco não tem nenhum controle sobre as investigações e não pode prever as instabilidades econômicas e políticas que elas podem causar, se por exemplo novas alegações podem ser apresentadas contra agentes do governo e afetar negativamente o Banco. Ademais, os controladores do Banco e algumas de suas afiliadas foram, diretamente ou indiretamente, referidos nas investigações, e o Banco não pode assegurar que o resultado destas investigações ou o desenvolvimento de novas, envolvendo o governo brasileiro, empresas estatais, ou outras companhias afiliadas ao governo não terão um impacto negativo no Banco e no valor de negociação das ações de emissão do Banco.

Adicionalmente, em 1º de janeiro de 2019, um novo governo tomou posse e o Presidente Jair Bolsonaro assumiu o poder. Não está claro se e por quanto tempo, as divisões políticas que surgiram antes desta eleição serão uma característica da política brasileira no mandato de Jair Bolsonaro. Também não é claro quais serão os efeitos, e se haverá algum, desta divisão política na atuação do Presidente em implementar reformas e governar. Incertezas sobre as implementações de mudanças na política monetária, fiscal e de previdência, assim como as legislações relevantes, podem contribuir para a instabilidade econômica. Qualquer continuidade na divisão política pode resultar em impasses no Congresso brasileiro, instabilidade política e protestos massivos ou greves.

Qualquer um dos fatores acima pode criar uma incerteza política adicional, que pode afetar negativamente a economia brasileira e, conseqüentemente, o negócio do Banco e o valor das ações do Banco no mercado.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações do Banco.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de *rating* de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subseqüentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de *rating*.

A Standard & Poor's inicialmente reduziu o *rating* de crédito brasileiro de BBB negativo para BB positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o *rating* de crédito brasileiro de BB para BB- com uma

4.1 Descrição dos fatores de risco

perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os *ratings* de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, em fevereiro de 2016, rebaixou os *ratings* de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras, e reconfirmou sua posição em abril de 2018. Em seguida, em abril de 2018 Moody's classificou o risco soberano como estável.

A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB positivo+ em dezembro de 2015 com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Já em maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas, e reconfirmou sua posição em agosto de 2018. Em novembro de 2021, Standard & Poor's firmou o risco soberano em BB-negativo com perspectiva estável. Em maio de 2019, Moody's firmou o risco soberano do Brasil em Ba2. Também em maio de 2019, Fitch firmou o risco soberano do Brasil em BB-negativo com perspectiva estável. Em novembro de 2019, Fitch manteve o risco soberano do Brasil em BB-negativo citando o risco de tributos e reformas econômicas além de instabilidade na política. Em dezembro de 2019, Standard & Poor's manteve o risco soberano brasileiro em BB-negativo e revisou a perspectiva nesta classificação como positiva.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu *status* de grau de investimento nas três grandes agências de *rating* e, conseqüentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de *ratings*. Na data deste Formulário de Referência, o *rating* de crédito brasileiro era classificado como BB estável, Ba2 e BB estável, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

O Banco não pode garantir que as agências de *rating* manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de *ratings* de crédito soberano brasileiro pode acarretar num rebaixamento do *rating* do Banco.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Acontecimentos e a percepção de risco no Brasil e em outros países, sobretudo em países emergentes, podem afetar o valor de mercado de títulos e valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras, inclusive as Ações.

O valor de mercado de títulos e valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. Na medida que as condições do mercado global e as economias deteriorarem, os negócios das companhias com operações significativas no Brasil podem ser afetados. O enfraquecimento do mercado global pode ser marcado, dentre outros fatores, pelo baixo nível de consumo e confiança corporativa, declínio nos investimentos, aumento do desemprego, redução da renda e limitação do acesso ao crédito e capital. Desenvolvimentos ou condições econômicas nos países emergentes tem afetado significativamente o acesso ao crédito para companhias com operações no Brasil e isso resultou no desinvestimento no Brasil, diminuindo o investimento estrangeiro no país.

Crises e instabilidade políticas em outros países emergentes, nos Estado Unidos, Europa e outros países, incluindo o aumento na tensão internacional nos mercados e políticas protecionistas, podem diminuir a demanda de investimento por valores mobiliários oferecidas pelas companhias brasileiras, como o Banco.

Em junho de 2016, o Reino Unido convocou a população para um referendo em que a maioria da população votou para a saída da União Europeia, o chamado *Brexit*. O anúncio do *Brexit* causou volatilidade significativa no mercado de ações global e variações nas taxas de câmbio. O processo de negociações entre o Reino Unido e a União Europeia pode determinar o futuro das relações do Reino Unido com a União Europeia, incluindo o acesso aos mercados da União Europeia, no período de transição e fora dele. O Reino Unido saiu da União Europeia em 31 de janeiro de 2020. O Banco não tem nenhum controle e não pode prever os efeitos do *Brexit* e nem se qualquer outro estado membro decidirá sair da União Europeia no futuro. Estes acontecimentos, bem como outras formas de instabilidade política ou outro desenvolvimento que ainda não possa ser previsto, podem causar efeitos adversos no Banco, nos seus negócios e no valor das suas ações.

Adicionalmente, o Banco está sujeito aos impactos resultantes das tensões políticas entre Estado Unidos, Irã e Iraque, assim como outras relações de conflito no Oriente Médio. Se houver um agravamento nas tensões e sanções entre Estado Unidos, Irã e Iraque e possivelmente países europeus, o preço do petróleo pode aumentar e por isso afetar *commodities* e o mercado de energia no Brasil e no mundo, que podem aumentar o custo de operação do Banco e despesas do consumidor e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e condição financeira do Banco.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Finalmente, essas tensões podem gerar instabilidades políticas e econômicas pelo mundo, afetando diretamente o mercado de ações.

A inflação e as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar adversamente o Banco.

No passado, o Brasil apresentou taxas de inflação muito elevadas e algumas medidas adotadas pelo governo brasileiro para controlá-la tiveram efeitos negativos consideráveis na economia brasileira. Em um ambiente externo desfavorável o governo tem adotado medidas que buscam manter a demanda interna aquecida, ao mesmo tempo em que tem adotado políticas de desaceleração suave da economia para reverter a trajetória de alta da inflação.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de inflação brasileira estava em 5,79% em dezembro de 2022, 10,06% em 31 de dezembro de 2021 e 4,52% em 31 de dezembro de 2020. O Brasil pode ter altos níveis de inflação no futuro e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que podem reduzir nossa capacidade produtiva e o preço de mercado das nossas ações. No passado, as intervenções do Governo Federal incluíram a manutenção da restrição das políticas monetárias com alto interesse na restrição da disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico causando volatilidade na taxa de juros. Por exemplo, a taxa oficial de juros no Brasil decresceu de 14,25% em 31 de dezembro de 2015 para 2,0% em 31 de dezembro de 2020, como estabelecido pelo COPOM. Em 31 de dezembro de 2021 a taxa de juros aumentou de 9,25% para 13,75% em 31 de dezembro de 2022. Por outro lado, políticas de governos e do BACEN mais tolerantes e a diminuição da taxa de juros têm levado ao aumento da inflação, e, conseqüentemente, ao aumento da volatilidade e a necessidade do aumento da taxa de juros.

Na hipótese de inflação elevada, o Banco poderá ser afetado de forma adversa, influenciando sua capacidade de satisfazer suas obrigações. As pressões inflacionárias também poderão reduzir sua capacidade de acesso aos mercados financeiros estrangeiros e levar a novas intervenções do governo na economia, inclusive a introdução de políticas que afetem adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, as operações do Banco e o preço de mercado das Ações.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar adversamente o Banco.

A moeda brasileira, historicamente, tem se mostrado volátil e desvalorizada frequentemente nas últimas três décadas. Desde 1999, o Banco Central permitiu que

4.1 Descrição dos fatores de risco

a taxa de câmbio do real/ dólar flutuasse livremente e durante esse período, a taxa de câmbio do real/ dólar experienciou variação substancial em relação ao dólar americano e outras moedas correntes. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou uma série de políticas cambiais, inclusive desvalorizações cambiais repentinas, minidesvalorizações cambiais periódicas (com ajustes mensais e diários), taxa de câmbio flutuante, controle cambial e adoção de dois diferentes mercados de câmbio. Recentemente, os efeitos do regime de taxa de câmbio flutuante acarretaram volatilidade cambial significativa do real frente ao dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio do real/ dólar era de R\$ 5,21 para US\$ 1,00, representando apreciação do real da ordem de 9,7% em comparação com 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio do real/ dólar era de R\$ 5,57 para US\$ 1,00, representando desvalorização do real da ordem de 7,11% em comparação com 31 de dezembro de 2020. É impossível assegurar que as taxas de câmbio do real/dólar serão mantidas nos atuais patamares.

Em 31 de dezembro de 2022, R\$10.020,5 milhões das captações do Banco eram expressos ou ligados a moedas estrangeiras, principalmente em dólar. A depreciação do real em relação ao dólar aumentará os montantes em reais que são requeridos para pagamento de obrigações contratuais feitas em dólar. Ademais, esta depreciação pode também aumentar a inadimplência nos empréstimos realizados pelos clientes do Banco uma vez que eles teriam que pagar valores maiores em reais para suas dívidas com o Banco expressas ou ligadas em dólar.

A desvalorização do real frente ao dólar também poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, o que poderá afetar adversamente o Banco. Ademais, a desvalorização do real limita, de modo geral, o acesso ao mercado de capitais internacional, podendo provocar intervenção governamental no mercado. Essa intervenção governamental poderia tomar a forma de políticas recessivas. Por outro lado, uma forte valorização do real frente ao dólar poderá afetar adversamente a balança de pagamentos do Brasil. Qualquer dessas hipóteses poderá prejudicar o Banco.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Os principais fatores de riscos estão relacionados aos itens: a, e, f, g, h.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Riscos de Mercado

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Daycoval, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

I. Os principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

- Risco de Taxa de Juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- a) Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos;
- b) Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

- Risco de Taxa de Câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

- Risco de Preço de Valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- a) Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- b) Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.

II. Metodologias de gestão de Risco de Mercado:

- Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado que, em condições normais de mercado, pode ocasionar uma determinada posição ou carteira, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

- Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

- Carteira bancária (Banking Book)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) é realizada com base nas seguintes métricas:

- a) ΔEVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) ΔNII (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

III. Teste de Estresse:

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

IV. Análise de cenários:

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para os exercícios sociais de 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020:

2022

Exposições financeiras (em milhares de reais)	Cenários		
Fatores de risco	1	2	3
Pré-fixado	(17.550)	(39.964)	(59.022)
Moedas estrangeiras	(4.077)	(13.243)	(17.158)
Índices de preços	(9)	(18)	(25)
Total Trading	(21.636)	(53.225)	(76.205)
Total Banking	(148.266)	(327.355)	(489.303)
Total Geral	(169.902)	(380.580)	(565.508)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

2021

Exposições financeiras (em milhares de reais)	Cenários		
Fatores de risco	1	2	3
Pré-fixado	(61.365)	(134.732)	(199.949)
Moedas estrangeiras	2.941	8.056	14.365
Índices de preços	4	10	15
Total Trading	(58.420)	(126.666)	(185.569)
Total Banking	(510.477)	(1.093.680)	(1.646.240)
Total Geral	(568.897)	(1.220.346)	(1.831.809)

2020

Exposições financeiras (em milhares de reais)	Cenários		
Fatores de risco	1	2	3
Pré-fixado	(142)	(65)	113
Moedas estrangeiras	27.095	86.955	153.140
Índices de preços	(12)	(23)	(33)
Renda variável	(8.697)	(18.607)	(28.517)
Outros	(409)	(874)	(1.340)
Total Trading	17.835	67.386	123.363
Total Banking	(334.592)	(472.281)	(606.124)
Total Geral	(316.757)	(404.895)	(482.761)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$6,01 (R\$/US\$ 6,34 em 2021 e R\$/US\$ 5,91 em 2020); (ii) taxa de juros prefixada de 16,13% a.a. (14,50% a.a. em 2021 e 5,35% a.a. em 2020); (iii) Ibovespa de 89.982 pontos (85.954 pontos em 2021 e 97.594 pontos em 2020); (iv) cupom cambial de 8,78% a.a. (3,63% a.a. em 2021 e 3,73% a.a. em 2020); e (v) cupom de índice de preços de 7,57% a.a. (7,21% a.a. em 2021 e 13,66% a.a. em 2020).

- Cenário 2: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$7,52 (R\$/US\$ 7,92 em 2021 e R\$/US\$ 7,38 em 2020); (ii) taxa de juros prefixada de 20,16% a.a. (18,13% a.a. em 2021 e 6,69% a.a. em 2020); (iii) Ibovespa de 67.486 pontos (64.466 pontos em 2021 e 73.195 pontos em 2020); (iv) cupom cambial de 10,98% a.a. (4,54% a.a. em 2021 e 4,66% a.a. em 2020); e (v) cupom de índice de preços de 9,46% a.a. (9,01% a.a. em 2021 e 17,07% a.a. em 2020).

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

- Cenário 3: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$ 9,02 (R\$/US\$ 9,51 em 2021 e R\$/US\$ 8,86 em 2020); (ii) taxa de juros prefixada de 24,20% a.a. (21,75% a.a. em 2021 e 8,03% a.a. em 2020); (iii) Ibovespa de 44.990 pontos (42.977 pontos em 2021 e 48.797 pontos em 2020); (iv) cupom cambial de 13,17% a.a. (5,45% a.a. em 2021 e 5,59% a.a. em 2020); e (v) cupom de índice de preços de 11,36% a.a. (10,82% a.a. em 2021 e 20,49% a.a. em 2020).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o Daycoval ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do Daycoval ou de suas controladas, indicando: a. juízo, b. instância, c. data de instauração, d. partes no processo, e. valores, bens ou direitos envolvidos, f. principais fatos, g. resumo das decisões de mérito proferidas, h. estágio do processo: i. se a chance de perda é: i. provável, ii. Possível, iii. Remota, j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante, k. análise do impacto em caso de perda do processo:

O Daycoval é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista, no curso normal de seus negócios.

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são reconhecidos, mensurados e divulgados conforme a Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.
- Provisões - São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente de sua probabilidade de perda.

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como risco de perda provável para o Daycoval, são reconhecidos contabilmente e, em 31 de dezembro de 2022, montam o risco de: (i) obrigações legais (R\$ 747,3 milhões) e fiscais (R\$ 1.173,4 milhões) – totalizando R\$1.920,7 milhões (R\$1.813,8 milhões em 2021 e R\$1.657,4 milhões em 2020); (ii) ações cíveis – R\$139,0 milhões (R\$ 116,4 milhões em 2021 e R\$ 167,3 milhões em 2020); e (iii) ações trabalhistas – R\$55,9 milhões (R\$ 57,7 milhões em 2021 e R\$ 75,9 milhões em 2020).

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível, para o Daycoval, não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. As ações cíveis, em 2022, montam o risco aproximado de R\$ 66,3 milhões (R\$ 133,9 milhões em 2021 e R\$167,3 milhões em 2020).

Em 31 de dezembro de 2022, as ações trabalhistas classificadas como perda possível montam R\$ 0,1 milhão (R\$ 0,1 milhão em 2021 e R\$ 0,5 milhão em 2020).

Não foram identificadas evidências de que qualquer contingência judicial ou administrativa atualmente existente, caso tenha seu desfecho caracterizado como desfavorável para o Daycoval, seja capaz de, individualmente ou em conjunto com outros processos, comprometer de maneira relevante nossas atividades ou nossa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

situação financeira ou resultados operacionais, visto que parte substancial destes processos já está provisionada nas demonstrações financeiras do Daycoval.

Ressaltamos que o Daycoval não é, na data deste Formulário de Referência, parte de processos administrativos, nem de multas, perante estes órgãos, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do consolidado.

A seguir destacamos os processos que o Banco julga serem relevantes em razão do seu valor acima de R\$ 100 milhões, individualmente, reiterando que os valores envolvidos se encontram integralmente provisionados:

• CSLL:	Mandado de Segurança Nº 2008.61.00.015097-6
a) Juízo:	Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça
b) Instância:	3ª Instância
c) Data da instauração:	27 de junho de 2008
d) Partes do processo:	Banco Daycoval / União Federal - Fazenda Nacional
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 892.191 mil – 31 de dezembro de 2022
f) Principais fatos:	Em 2008, o Banco impetrou mandado de segurança objetivando não recolher a CSLL majorada em 6%, para as Instituições Financeiras, pela Medida Provisória 413/2008 (convertida na Lei 11.727/2008), em síntese alegando a ofensa ao princípio constitucional da Isonomia em relação as demais empresas. O juiz de primeira instância concedeu a segurança, mas o TRF3, reformou a decisão dando provimento à apelação da União. Foram interpostos Recurso Extraordinário (ao STF) e Recurso Especial (ao STJ), ambos não admitidos pelo TRF3. O STF julgou o agravo interno e negou seu provimento.
g) Risco de perda:	Provável
h) Análise de impacto em caso de perda do processo:	Não há impacto relevante sobre o resultado do Daycoval.
i) Valor provisionado, se houver provisão:	R\$ 892.191 mil – 31 de dezembro de 2022

• CSLL:	Mandado de Segurança Nº 0022320.33.2015.4.03.6100
----------------	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a) Juízo:	Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça
b) Instância:	3ª Instância
c) Data da instauração:	28 de outubro de 2015
d) Partes do processo:	Banco Daycoval / União Federal - Fazenda Nacional
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 150.893 mil – 31 de dezembro de 2022
f) Principais fatos:	Em 2015, o Banco impetrou mandado de segurança alegando a inconstitucionalidade da MP nº 675/2015, convertida na Lei nº 13.169/2015, que majoraram a alíquota da CSLL de 15 para 20% devidas por instituições financeiras e equiparadas. O juiz de primeira instância concedeu parcialmente a segurança que foi reformada em decisão monocrática pelo TRF3, em favor da União, pela existência de jurisprudência do STF. Foram interpostos Recurso Extraordinário (ao STF) e Recurso Especial (ao STJ), que continuam em trâmite.
g) Risco de perda:	Provável
h) Análise de impacto em caso de perda do processo:	Não há impacto relevante sobre o resultado do Daycoval.
i) Valor provisionado, se houver provisão:	R\$ 150.893 mil – 31 de dezembro de 2022

COFINS:	Mandado de Segurança n. 1999.6100.009284-5
a) Juízo:	2ª Turma do Supremo Tribunal Federal
b) Instância:	3a. Instância
c) Data da instauração:	9 de março de 1999
d) Partes do processo:	Banco Daycoval / União Federal - Fazenda Nacional
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 739.253 mil – 31 de dezembro de 2022
f) Principais fatos:	Em 1999, o Banco impetrou mandado de segurança objetivando recolher a Cofins com base em seu faturamento, não incluindo nesse conceito as receitas financeiras, em razão da inconstitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei 9.718/98. A decisão de primeira instância foi favorável, mas o TRF3 reformou a sentença e deu total provimento à apelação da União. Foram interpostos Recurso

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Extraordinário (ao STF) e Recurso Especial (ao STJ). Desde 2011, o RE está sobrestado aguardando o julgamento do RE 609.096-RG/RS (em repercussão geral). Em julgamento da reclamação 12.309 do STF, foi decidido que o período de maio/2009 a dezembro/2014 não está incluído no objeto da ação.
g) Risco de perda:	Possível
h) Análise de impacto em caso de perda do processo:	Não há impacto relevante sobre o resultado do Daycoval.
i) Valor provisionado, se houver provisão:	R\$ 739.253 mil – 31 de dezembro de 2022

PIS:	Mandado de Segurança n. 2000.61.00.011984-3
a) Juízo:	Supremo Tribunal Federal
b) Instância:	3ª. Instância
c) Data da instauração:	19 de abril de 2000
d) Partes do processo:	Banco Daycoval / União Federal - Fazenda Nacional
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 111.599 mil – 31 de dezembro de 2022
f) Principais fatos:	Em 2000, o Banco impetrou mandado de segurança objetivando recolher o PIS com base na Lei complementar 7/70 e inconstitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei 9.718/98. A decisão de primeira instância foi favorável, mas o TRF3 reformou a sentença e deu total provimento à apelação da União. Foram interpostos Recurso Extraordinário (ao STF) e Recurso Especial (ao STJ). Tendo em vista a pendência de julgamento do RE 609.096-RG/RS (em repercussão geral), o Ministro Marco Aurélio sobrestou os processos.
g) Risco de perda:	Provável quanto ao recolhimento nos termos da LC 7/70 Possível quanto ao §1º do art. 3º.
h) Análise de impacto em caso de perda do processo:	Não há impacto relevante sobre o resultado do Daycoval, pois os valores questionados estão integralmente provisionados.
i) Valor provisionado, se houver provisão:	R\$ 111.599 mil – 31 de dezembro de 2022

Não existem processos trabalhistas e/ou cíveis que individualmente sejam relevantes para o Daycoval.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O Banco possui o valor provisionado de R\$ 2.101,5 milhões para os processos tributários, trabalhistas e cíveis indicados no subitem anterior.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes

O Daycoval e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data deste Formulário de Referência, não havia outras contingências relevantes em andamento não abrangidas pelos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca proteção; ii. os instrumentos utilizados para proteção; iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório sobre o sistema de controles internos, emitidos pelos auditores independentes do Banco, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022 não apontaram qualquer deficiência, risco ou evidência de descumprimento de normas legais e regulamentares que pudesse comprometer de forma significativa a confiabilidade das Demonstrações Contábeis.

Os apontamentos eventualmente discutidos e reportados pelos auditores independentes foram avaliados e julgados pela administração quanto à sua relevância, sendo priorizados na aplicação das medidas corretivas. A implementação de controles internos para mitigar tais deficiências é conduzida pela área de Governança, Riscos e Compliance e, monitorada por essa área e pela alta administração.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores revisam e analisam os apontamentos contidos no relatório circunstanciado de controles internos, emitido pelos auditores independentes, e acompanham o plano de ação adotado pelas áreas envolvidas objetivando melhorias e mitigação de riscos.

Ressaltamos que não foram identificadas deficiências materiais e/ou significativas que pudessem impactar a preparação e correta apresentação das Demonstrações Contábeis do Banco Daycoval, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

O Banco pauta todas as suas ações nos mais elevados padrões éticos e de governança corporativa. Neste sentido, o Banco possui um Código de Conduta disponível para consulta no site do Banco (<https://ri.daycoval.com.br/pt/governanca-corporativa/politicas-institucionais>), o qual descreve os padrões básicos esperados e necessários de comportamento para o Grupo Daycoval e devem ser seguidos por todos os colaboradores no desempenho de suas funções profissionais, bem como recomendados no âmbito particular e social.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Entre outros temas, o Código de Conduta estabelece as responsabilidades dos administradores do Banco e de seus colaboradores e disciplina as regras relativas a: (i) conflitos de interesse; (ii) prevenção à lavagem de dinheiro; (iii) preservação e confidencialidade das informações; (iv) relacionamento entre o Banco e seus fornecedores e prestadores de serviço; (v) relacionamento entre o Banco e os órgãos da Administração Pública; (vi) relacionamento entre o Banco e seus concorrentes, , estabelecendo as diretrizes que deverão ser sempre observadas nesses casos.

O Código de Conduta estabelece que a sua gestão cabe ao Comitê Executivo de Ética, que é responsável por comunicar e avaliar o cumprimento dos princípios estabelecidos no Código, propor eventuais atualizações quando observados novos conceitos e novas práticas que devem ser aplicadas e exercer o papel de apoio, na arbitragem de dúvidas, conflitos de interpretação ou transgressões cometidas, além de aplicar as medidas disciplinares definidas, caso necessário.

Assim, cabe ao Comitê Executivo de Ética aplicar as medidas disciplinares em casos de descumprimento das regras estabelecidas, que incluem, dependendo da gravidade da situação:

1. Advertência em carta reservada e registro no prontuário do colaborador;
2. Suspensão por 3 (três) dias das atividades laborais; e
3. Desligamento/demissão por justa causa.

O conteúdo deste documento é dinâmico, sendo revisto, no mínimo anualmente, e atualizado periodicamente. A última revisão do Código de Conduta foi realizada em junho de 2022.

O Código se aplica a todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros contratados do Banco e de suas controladas, sem distinção de nível hierárquico, no

5.3 Programa de integridade

desempenho de suas funções profissionais, bem como recomendado no âmbito particular e social. É importante ressaltar que, o termo "colaboradores" abrange empregados, menores aprendizes, estagiários e administradores do Conglomerado.

Cada colaborador assina um termo de ciência do Código de Conduta no qual se compromete a cumprir integralmente as regras nele descritas e, ao deparar-se com qualquer ação questionável, incluindo indícios de ilegalidade que possam envolver ou afetar o Banco, ou ainda com a efetiva violação do Código, tem o dever institucional de comunicar prontamente o Comitê Executivo de Ética, independentemente de qualquer juízo individual sobre a qualificação, materialidade ou relevância desta violação.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O ambiente de controle interno adotado pelo Daycoval é composto por sistemas de informação, indicadores, atividades, rotinas, relatórios, métodos e procedimentos integrados com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas, de forma eficiente, eficaz e efetiva, mitigando a exposição aos riscos e garantindo a efetividade das obrigações regulatórias.

O ambiente de controle é integrado à estrutura corporativa e permeia desde a Alta Administração até os colaboradores, onde cada um possui um papel e responsabilidade e fornece a segurança necessária para subsidiar o cumprimento dos objetivos do Banco Daycoval e do conglomerado.

A implementação das políticas, regras, procedimentos e práticas referentes aos controles internos, aliada aos investimentos em tecnologia, ao treinamento de colaboradores, à mitigação de eventuais riscos operacionais e aos testes realizados pela área de Governança, Riscos e *Compliance* e pela Auditoria Interna, propiciam o aprimoramento contínuo dos controles instituídos.

As áreas e os órgãos da administração envolvidos no monitoramento do sistema de controles internos do Banco, suas responsabilidades e o relacionamento entre eles estão descritos abaixo.

Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar e manifestar-se sobre as ações incluídas nos relatórios de Governança, Riscos e <i>Compliance</i> submetidos ao Conselho.
Comitê de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> Supervisionar os processos de controles internos e de gestão de riscos, bem como, as atividades da auditoria interna e da auditoria independente contratada. A composição do Comitê e a descrição de suas funções e responsabilidades estão informadas no documento <u>Regulamento Interno do Comitê de Auditoria</u>.

5.3 Programa de integridade

Auditoria Interna e Externa - 3ª Linha de Defesa

- Validar a eficácia da governança, o sistema de controles internos, conformidade, mensuração e controle de risco, incluindo as atividades das unidades de negócios, abordando os seguintes aspectos mínimos:
 - As estratégias, políticas e procedimentos;
 - A estrutura organizacional;
 - Os processos de aprovação dos modelos de gestão;
 - Os sistemas de informação (integridade, completude dos dados e fontes de informação); e
- Manter à disposição e garantir acesso irrestrito, dos órgãos reguladores aos papéis de trabalho elaborados.

Diretoria Executiva

- Revisar e aprovar a norma, bem como, direcionar a implantação, implementação e aprimoramento da estrutura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares;
- Orientar na elaboração e documentação de políticas e estratégias;
- Aprovar as políticas do Conglomerado Prudencial Daycoval, quando não submetidas ao Conselho;
- Responder aos requerimentos dos órgãos reguladores;
- Promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos controles internos e o papel e responsabilidade de cada um no processo.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

- Supervisionar a área de Governança, Riscos e *Compliance* e assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à disseminação da cultura, implantação da estrutura de controles para mitigação de riscos e da conformidade com as normas aplicáveis. A composição do Comitê, a descrição de suas funções e os detalhamentos das responsabilidades estão informadas no documento Comitê Executivo de Governança, Riscos e *Compliance*.

Área de Governança, Riscos e Compliance - 2ª Linha de Defesa

- Assegurar a conformidade com a regulamentação vigente e as políticas internas estabelecidas;
- Implantar e aplicar metodologia para realização de testes de controles periódicos para avaliar se os objetivos da Instituição estão sendo alcançados;
- Auxiliar as áreas de negócios a avaliar, implantar e revisar os procedimentos e atividades de controle dentro de sua área de competência e responsabilidades, visando minimizar riscos

5.3 Programa de integridade

Agentes Internos de Riscos Operacionais

- operacionais com impactos regulatórios e/ou deficiências em controles, entre outros;
- Adotar procedimento de controle preventivo e detectivo dos pontos levantados pelas auditorias, órgãos reguladores, e outros órgãos governamentais;
- Implantar, adequar e/ou revisar os instrumentos normativos internos;
- Garantir que as funções, atividades e alçadas estejam com a adequada segregação para evitar conflitos de interesses;
- Avaliar e monitorar os riscos associados às atividades da Instituição;
- Reportar periodicamente ao Comitê Executivo de Governança, Riscos e *Compliance*, os indicadores de riscos e controles deficientes;
- Elaborar relatório, no mínimo semestral, abordando os componentes do sistema de controles internos, bem como pontos de atenção e principais riscos envolvidos.

- Atentar para que sua área esteja em conformidade com leis, normas e políticas internas;
- Reportar as ocorrências relacionadas aos eventos de risco operacional e/ou deficiências em pontos de controles definidos;
- Auxiliar no monitoramento dos pontos de controle e na implantação dos planos de ação e melhorias de processos resultantes da Matriz de Risco e Controle;
- Disseminar a cultura de Riscos e Controles aos colaboradores de sua área;
- Monitorar os indicadores de risco e performance e contribuir com análises críticas;
- Monitorar a periodicidade de execução do teste do Plano de Continuidade de Negócios de acordo com o estabelecido; e
- Monitorar a atualização e adequação dos manuais de controles internos.

Áreas de Negócios - 1ª Linha de Defesa

- Ser responsável por identificar, gerenciar e reportar riscos;
- Auxiliar a implantação e adoção de ações para melhoria dos controles, nível de conformidade, bem como na disseminação do conhecimento junto aos colaboradores, visando à aderência e comprometimento com as regulamentações;
- Manter controles internos eficazes e procedimentos de mitigação de riscos;
- Auxiliar a área de Governança, Riscos e *Compliance* na definição dos riscos e controles associados a suas atividades; e

5.3 Programa de integridade

- Realizar a autoavaliação dos riscos e controles.

O Banco Daycoval conta com Comitê de Auditoria instalado desde o primeiro semestre de 2009, nos termos da vigente Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021. O Comitê de Auditoria é também responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Daycoval, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela efetividade da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela avaliação da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código se aplica a todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros contratados do Banco e de suas controladas, sem distinção de nível hierárquico, no desempenho de suas funções profissionais, bem como recomendado no âmbito particular e social. É importante ressaltar que, o termo "colaboradores" abrange empregados, menores aprendizes, estagiários e administradores do Conglomerado.

Cada colaborador assina um termo de ciência do Código de Conduta no qual se compromete a cumprir integralmente as regras descritas no Código e, ao deparar-se com qualquer ação questionável, incluindo indícios de ilegalidade que possam envolver ou afetar o Banco, ou ainda com a efetiva violação do Código, tem o dever institucional de comunicar prontamente o Comitê Executivo de Ética, independentemente de qualquer juízo individual sobre a qualificação, materialidade ou relevância desta violação.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

O Código de Conduta estabelece que a sua gestão cabe ao Comitê Executivo de Ética, que é responsável por comunicar e avaliar o cumprimento dos princípios estabelecidos no Código de Conduta, propor eventuais atualizações quando observados novos conceitos e novas práticas que devem ser aplicadas e exercer o papel de apoio, na arbitragem de dúvidas, conflitos de interpretação ou transgressões cometidas e aplicar as medidas disciplinares definidas, caso necessário.

Assim, cabe ao Comitê Executivo de Ética do Banco aplicar as medidas disciplinares em casos de descumprimento das regras estabelecidas, que incluem, dependendo da gravidade da situação:

5.3 Programa de integridade

1. Advertência em carta reservada e registro no prontuário do colaborador;
2. Suspensão por 3 (três) dias das atividades laborais; e
3. Desligamento/demissão por justa causa.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

O Código de Conduta do Banco foi aprovado pela Diretoria. O conteúdo deste documento é dinâmico, sendo revisto, no mínimo anualmente, e atualizado periodicamente. A última revisão do Código de Conduta foi realizada em junho de 2022. Ele pode ser consultado em (<https://ri.daycoval.com.br/pt/governanca-corporativa/politicas-institucionais>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A comunicação das situações de dúvida, sugestão, crítica, denúncia ou anormalidade deve ser realizada por meio de canal de denúncia, disponível pelo formulário disponível no site eletrônico <https://www.daycoval.com.br/institucional/sobre-nos/missao-valores/denuncia>, divulgado no Código de Conduta, ou ainda, pelas caixas de reportes instaladas em diversos andares dos prédios administrativos e pelo e-mail interno denuncia@bancodaycoval.com.br. As denúncias recebidas pelos canais internos ou pelo formulário que, também estão abertas a terceiros, são avaliadas e atendidas internamente pelo Comitê Executivo de Ética e apuradas com absoluto sigilo.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotada

Não aplicável.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações a serem divulgadas, as quais o Daycoval julgue relevantes.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Mil					
Qtde. ações ordinárias Mil	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Mil	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Mil	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Carlos Moche Dayan					
252.714.628-70	Brasil	Sim	Sim	05/03/2020	
389.998.134	29,468	167.142.060	29,468	557.140.194	29,468
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Morris Dayan					
195.131.528-63	Brasil	Sim	Sim	05/03/2020	
389.998.134	29,468	167.142.060	29,468	557.140.194	29,468
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Mil						
Qtde. ações ordinárias Mil	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Mil	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Mil	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rony Dayan						
312.362.938-43	Brasil	Sim	Sim	05/03/2020		
153.189.948	11,575	65.652.834	11,575	218.842.782	11,575	
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Salim Dayan						
154.174.598-10	Brasil	Sim	Sim	05/03/2020		
389.998.134	29,468	167.142.060	29,468	557.140.194	29,468	
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sasson Dayan						
105.410.718-15	Brasil	Sim	Sim	05/03/2020		
286.692	0,022	122.862	0,022	409.554	0,022	
Classe Ação	Qtde. de ações Mil	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Mil						
Qtde. ações ordinárias Mil	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Mil	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Mil	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
1.323.471.042	70,000	567.201.876	30,000	1.890.672.918	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	05/03/2020
Quantidade acionistas pessoa física	5
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

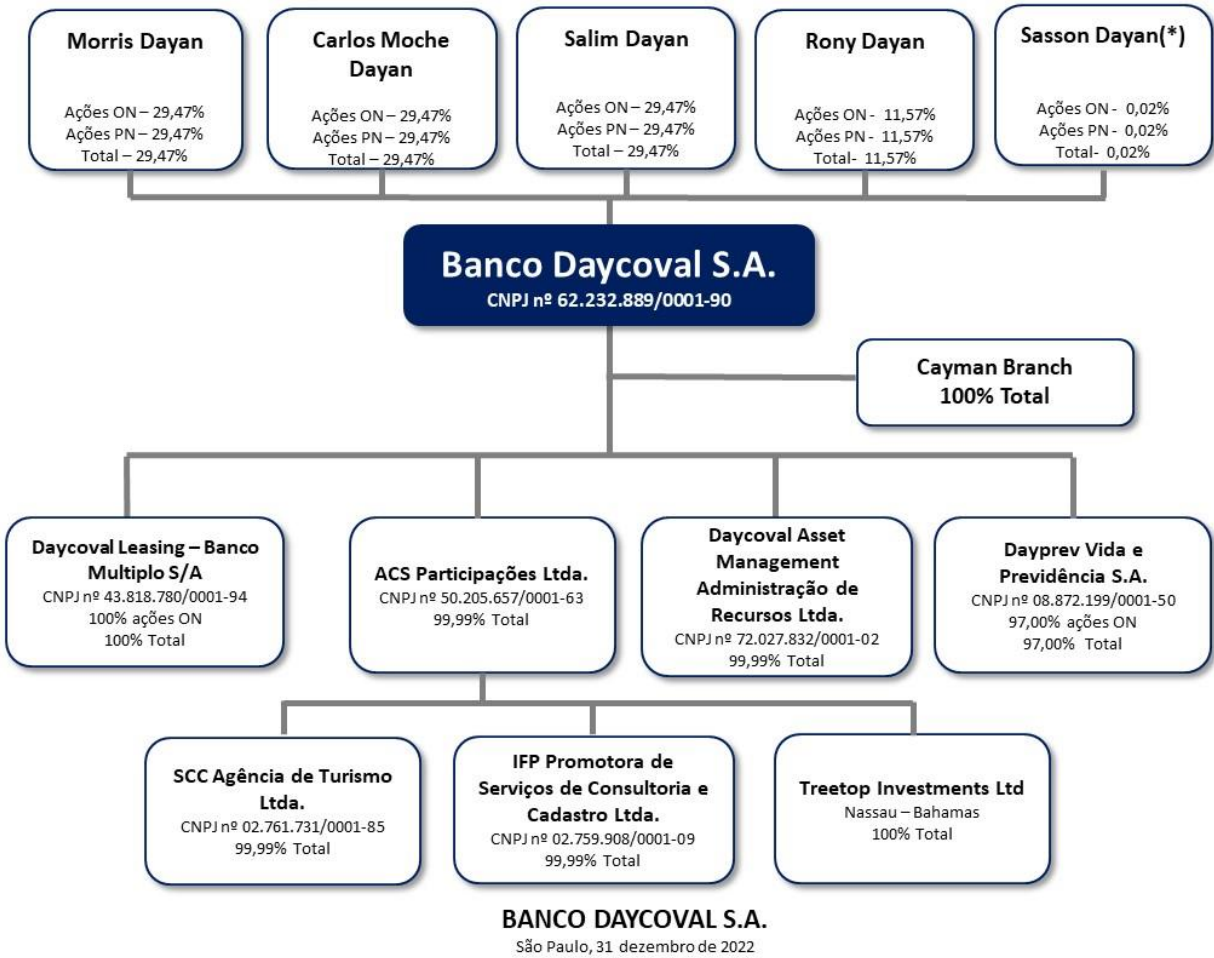
Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 – Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: (a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; (b) principais controladas e coligadas do emissor; (c) participações do emissor em sociedades do grupo; (d) participações de sociedades do grupo no emissor; (e) principais sociedades sob controle comum

A composição societária e do grupo econômico do Daycoval pode ser melhor compreendida, através do organograma apresentado a seguir, na data-base de 31 de dezembro de 2022, contendo:



(*)Por Contrato de Doação de Participações com Reserva de Usufruto e Outras Avenças, celebrado em 14 de dezembro de 2015, o Sr. Sasson Dayan doou, a título gratuito, o total de 55.581.891 ON aos seus herdeiros necessários: Salim Dayan, Carlos Moche Dayan e Rony Dayan, reservando para si o usufruto exclusivo de todos os direitos políticos de cada uma das respectivas ações ON doadas.

6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 6 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7 ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a.principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c.regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O Daycoval não possui um programa específico de diversidade entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal. No entanto entende que conscientização, apoio e iniciativas concretas, no sentido da diversidade e Inclusão, são imprescindíveis para a promoção de um ambiente de igualdade. Temos um grupo de trabalho que discute esse

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

tema, e indicadores de desempenho que objetivam as boas práticas de diversidade dentro da Organização.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

É de responsabilidade do Conselho de Administração no que tange a PRSAC (Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática) e supervisão dos riscos relacionados a questões sociais, ambientais e climáticas:

Conselho de Administração

- Aprovar e revisar a PRSAC, com o auxílio do diretor de riscos (responsável pela PRSAC) e do comitê de responsabilidade social, ambiental e climática; - Assegurar a aderência da instituição a PRSAC e as ações com vistas a sua efetividade;
- Assegurar a compatibilidade e a integração da PRSAC à demais políticas estabelecidas pela instituição, incluindo as políticas de crédito, de gestão de recursos humanos; de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de conformidade;
- Assegurar a correção tempestiva de deficiências relacionadas a PRSAC;
- Estabelecer a organização e as atribuições do comitê de responsabilidade social, ambiental e climático;
- Assegurar que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com a PRSAC;
- Definir e revisar o nível de apetite ao risco que as entidades pertencentes ao conglomerado devem aceitar, com o auxílio do comitê de riscos, diretoria e diretoria de riscos (CRO), por meio da RAS;
- Promover a disseminação interna da PRSAC e as ações com vistas à sua efetividade.

Diretoria Executiva

- Orientar a elaboração e documentação de políticas e estratégias;
- Deliberar sobre o nível de apetite ao risco, metas de crescimento e projeção;
- Conduzir suas atividades em conformidade com a PRSAC e com as ações implementadas com vistas à sua efetividade;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Avaliar o cumprimento dos termos das políticas e estratégias para o gerenciamento de risco; - Responder aos requerimentos de órgãos reguladores;
- Aprovar o plano de ação assegurando a adequada integração com as demais políticas da instituição;
- Assegurar a divulgação da PRSAC interna e externamente; - Prover as condições necessárias, incluindo acesso irrestrito as quaisquer informações, para que o Diretor de Riscos exerça suas atribuições de maneira independente; - Indicar as diretrizes a serem seguidas no programa de testes de estresse.

Diretoria de Riscos

- Prover subsídios e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos, que inclui o estabelecimento e a revisão da PRSAC, auxiliando o Conselho de Administração;
- Implementar ações com vistas à efetividade da PRSAC, bem como, realizar o monitoramento e avaliação contínuos quanto a sua contribuição;
- Supervisionar o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, visando o aperfeiçoamento, quando necessário;
- Avaliar a adequação da PRSAC à dimensão e relevância da exposição ao risco social, ambiental e climático, nos termos da Res. CMN nº 4.945/21;
- Divulgar, tempestivamente, de forma adequada e fidedigna, ao público externo, em local único e de fácil identificação, no sítio da instituição na internet, as seguintes informações:
 - PRSAC atualizada;
 - Ações implementadas com vistas à efetividade da PRSAC, bem como, os critérios para a sua avaliação;
 - Inconsistências ou erros nas informações anteriormente divulgadas
- Garantir a capacitação dos colaboradores que compõem a estrutura de gerenciamento contínuo de risco socioambiental e climático;
- Reportar tempestivamente à diretoria executiva e ao conselho de administração informações estratégicas sobre o gerenciamento de risco de que trata a Res. CMN nº 4.945/21.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	3	13	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 23	3	20	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	16	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 23	0	23	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

Nome: Alexandre Teixeira **CPF:** 115.748.028-44 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 01/08/1968

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Ciências Contábeis pela Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, Direção Estratégica e Planejamento Empresarial e MBA em Administração de Empresas e Negócios pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Alexandre Teixeira não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores	01/07/2022	Sim	

Nome: Carla Zeitune Pimentel dos Santos **CPF:** 908.962.207-10 **Profissão:** Engenheira Química **Data de Nascimento:** 28/01/1967

Experiência Profissional: Brasileira. Formada em Engenharia Química em 1989 pela UFRJ. Realizou mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em Qualidade em 1992 pela UFRJ. Trabalhou em diversos segmentos como indústria química, medicina diagnóstica, propriedade intelectual, seguros e desde 2010 no mercado financeiro. Atuou no Standard Chartered Bank e BNP Paribas antes do Banco Daycoval. Desde 2019 exerce no Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval o cargo de Head da área de Recursos Humanos. A Sra. Carla não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores	01/07/2022	Sim	

Nome: Carlos Moche Dayan **CPF:** 252.714.628-70 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/07/1972

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em economia na Universidade de São Paulo – USP e fez mestrado em administração (MBA) na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor executivo e de conselheiro no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Carlos Moche Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Moche Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; e 4) A.C.S. Participações Ltda. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023	39 - Outros Conselheiros / Diretores	15/07/2021	Sim	

Nome: Claudinei Aparecido Pedro **CPF:** 125.061.698-06 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 18/07/1973

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas / Comercio Exterior – Centro Universitario Santana. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Superintendente Comercial no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Claudinei Aparecido Pedro não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores	01/07/2022	Sim	

Nome: Eduardo Campos Raymundo **CPF:** 125.889.498-00 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 24/04/1971

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Direito pela Unip e completou diversos cursos de extensão sobre Câmbio e Mercado Financeiro. Trabalhou Grupo Confidence Câmbio por 12 anos, onde participou da criação das empresas Confidence Câmbio Turismo e a Confidence Corretora de Câmbio. Atua no Banco Daycoval há mais de 8 anos na área comercial e distribuição dos diversos produtos de câmbio. O Sr. Eduardo Campos não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores	01/07/2022	Sim	

Nome: Elie Jacques Mizrahi **CPF:** 223.532.898-94 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/04/1981

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Nos últimos 8 anos exerceu o cargo de Superintendente Comercial no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Elie Jacques Mizrahi não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores	01/07/2022	Sim	

Nome: Erick Warner de Carvalho **CPF:** 277.646.538-61 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 06/06/1979

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em economia pela PUC-SP, pós-graduado em finanças pelo IBMEC e FGV. Atua no mercado financeiro desde 2001 e desenvolveu uma carreira sólida nas áreas de produtos e serviços ao mercado de capitais. Foi diretor no Citibank e Santander. Em 2019 passou a atuar como Diretor de serviços ao mercado de capitais do Banco Daycoval. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores	01/07/2022	Sim	

Nome:	Gilson Fernandes Ribeiro	CPF:	445.919.506-20	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	04/11/1962
--------------	--------------------------	-------------	----------------	-------------------	---------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: Brasileiro. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade do Triângulo (UNITRI). Atua no mercado financeiro desde 1982, passando por diversas instituições financeiras como: Unibanco, BICBANCO, Banco Mercantil do Brasil. HSBC, Safra e Banco ABC Brasil. Ingressou no Daycoval em 2011 e em 2023, passou a atuar como Diretor Comercial no Banco.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	16/11/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores		Sim	

Nome: Gustavo Henrique de Barroso Franco **CPF:** 541.724.707-34 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 10/04/1956

Experiência Profissional: Brasileiro, Bacharel (1979) e Mestre (1982) em Economia pela PUC /Rio de Janeiro, e M. A. (1985) e Ph.D (1986) pela Universidade de Harvard. Nos últimos 5 anos exerceu as seguintes funções: O Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco exerceu o cargo de Diretor das seguintes empresas: (i) RBI Partnership Participações S.A. (anteriormente denominada Rio Bravo Investimentos S.A.); (ii) Rio Bravo Investimentos Ltda.; (iii) Rio Bravo Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; (iv) Rio Bravo Investimentos Holding S.A.; (v) Rio Bravo Asset Management Participações S.A.; e (vi) Rio Bravo Financial Participações S.A. É também membro do Comitê de Auditoria da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Essas empresas não integram o grupo econômico do Daycoval. O Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco exerce os cargos de Diretor e membro do Comitê de Auditoria da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Nos últimos 5 anos não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo na CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O critério de independência utilizado é o constante no Estatuto Social e legislação vigente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/07/2021	Sim	

Nome: Maria Beatriz de Andrade Marques Macedo **CPF:** 286.573.258-45 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 07/01/1977

Experiência Profissional: Formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP e Doutora em Direito Civil também pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Atua no mercado financeiro desde 2000 e, antes de juntar-se ao Daycoval, em 2018, atuou no Jurídico Consultivo do Grupo Safra, do Banco ABC Brasil e do Unibanco e foi coordenadora da Subcomissão Jurídica de Negócios Bancários da FEBRABAN.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores		Sim	

Nome: Maria Regina Rodrigues Maciel Nogueira **CPF:** 977.083.998-15 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/09/1956

Experiência Profissional: Brasileira, formou-se em economia na Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Realizou diversos cursos do Programa de Educação Continuada da Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP com foco no Mercado Financeiro. Atuou em comissões técnicas da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, Assoc. Bras. das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e Associação Brasileira de Bancos - ABBC. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretora no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. A Sra Maria Regina Rodrigues Maciel Nogueira não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores		Sim	

Nome: Morris Dayan **CPF:** 195.131.528-63 **Profissão:** Operador de Valores **Data de Nascimento:** 11/02/1969

Experiência Profissional: Brasileiro, estudou economia e filosofia na Universidade de Jerusalém. Realizou diversos cursos na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F entre 1992 e 1994. Trabalhou no Republic National Bank of New York entre 1991 e 1992. Nos últimos 5 anos exerceu os cargos de Conselheiro, Diretor Executivo, Diretor de Relações com Investidores e de Membro do Comitê de Remuneração, no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Morris Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; 4) A.C.S. Participações Ltda; e 5) Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023	39 - Outros Conselheiros / Diretores	15/07/2021	Sim	

Nome: Nilo Cavarzan **CPF:** 568.088.018-00 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 13/04/1949

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Nilo Cavarzan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores		Sim	

Nome: Paulo Augusto Luz Ferreira Saba **CPF:** 162.994.678-86 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/08/1974

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP e possui MBA em finanças corporativas pela FIPE – FEA. Paulo teve passagens relevantes por instituições como Banco Votorantim, onde atuou por 3 anos; Banco Espírito Santo, no qual esteve por 11 anos e atingiu o cargo de diretor executivo de Tesouraria; e Banco Pine, onde trabalhou por quase 2 anos como responsável pela montagem do banco de investimento. O Sr. Paulo Saba não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	12 - Diretor de Relações com Investidores		Sim	

Nome: Rony Dayan **CPF:** 312.362.938-43 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/01/1978

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2001. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Membro do Conselho de Administração no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Rony Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/07/2021	Sim	

Nome: Salim Dayan **CPF:** 154.174.598-10 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/03/1970

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em engenharia de produção na Universidade de São Paulo – USP. Realizou mestrado em administração (MBA) - executivo em finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Nos últimos 5 anos exerceu os cargos de Conselheiro, Diretor Executivo e de Membro do Comitê de Remuneração, no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Salim Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; e 4) A.C.S. Participações Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	Até a posse dos eleitos na RCA que suceder a AGO de 2024	19 - Outros Diretores		Sim	

Nome: Sasson Dayan **CPF:** 105.410.718-15 **Profissão:** Banqueiro **Data de Nascimento:** 01/04/1940

Experiência Profissional: Brasileiro, iniciou suas atividades profissionais na década de 50, no Líbano, na Casa Bancária Salim A. Dayan, fundada por seu pai. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de: Presidente do Conselho de Administração no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Sasson Dayan ocupa cargos de administração nas seguintes sociedades: 1) Shtar Empreendimentos e Participações Ltda (Diretor Superintendente); 2) Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda (Sócio-Diretor); e 3) A.C.S. Participações Ltda.(Sócio-Diretor).Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/07/2021	Sim	

Nome: Sergio Alexandre Figueiredo Clemente **CPF:** 373.766.326-20 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/06/1959

Experiência Profissional: Bbrasileiro. Bacharel em Engenharia Mecânica pela PUC de Minas Gerais, MBA em Finanças pelo IBMEC e com longa carreira no setor financeiro, exerceu nos últimos anos o cargo de Vice Presidente Executivo no Bradesco onde foi responsável pela Área de Relacionamento com Empresas Pessoa Jurídica, Área Internacional, Banco de Investimentos, Corretoras, Gestão de Recursos e Private.Nos últimos 5 anos não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo na CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O critério de independência utilizado é o constante no Estatuto Social e legislação vigente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/07/2021	Sim	

7.4 Composição dos comitês

Nome: Carla Zeitune Pimentel dos Santos **CPF:** 908.962.207-10 **Profissão:** Engenheira Química **Data de Nascimento:** 28/01/1967

Experiência Profissional: Brasileira. Formada em Engenharia Química em 1989 pela UFRJ. Realizou mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em Qualidade em 1992 pela UFRJ. Trabalhou em diversos segmentos como indústria química, medicina diagnóstica, propriedade intelectual, seguros e desde 2010 no mercado financeiro. Atuou no Standard Chartered Bank e BNP Paribas antes do Banco Daycoval. Desde 2019 exerce no Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval o cargo de Head da área de Recursos Humanos. A Sra. Carla não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		Até a posse dos nomeados em RCA a ser realizada até 30 de abril de 2027	Diretora de Recursos Humanos.	29/04/2022	Não	

Nome: Carlos Moche Dayan **CPF:** 252.714.628-70 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/07/1972

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em economia na Universidade de São Paulo – USP e fez mestrado em administração (MBA) na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor executivo e de conselheiro no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Carlos Moche Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Moche Dayan ocupa o cargo de diretor nas seguintes sociedades: 1) Dayprev Vida e Previdência S.A.; 2) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda; 3) SCC Agência de Turismo Ltda; e 4) A.C.S. Participações Ltda. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		Até a posse dos eleitos na RCA a ser realizada até 30 de abril de 2027	Diretor Executivo e Membro do Conselho de Administração	29/04/2022	Não	

Nome: José Ferreira da Silva **CPF:** 001.511.218-77 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 17/11/1958

Experiência Profissional: Brasileiro, Bacharel em Contabilidade pelas Faculdades Oswaldo Cruz (São Paulo) em 1982. Nos últimos 5 anos, exerceu o cargo de diretor associado da Matsubara amp; Associados, sendo responsável pela área tributária. A empresa Matsubara amp; Associados não integra o grupo econômico do Daycoval e não é controlada por nenhum de seus acionistas que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5 de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. O Sr. José Ferreira da Silva não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)		Até 02 de maio de 2024		24/05/2022	Não	

Nome: Raiana De Oliveira Carias **CPF:** 441.413.288-63 **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 12/04/1994

Experiência Profissional: Brasileira. Formada em Administração em 2016 pela Universidade de Sorocaba. cursando MBA em Gestão Estratégica de Pessoas em 2022 pela FGV. Trabalhou nos segmentos da Indústria automotiva, alimentos/bebidas e tecnologia da informação desde 2013. Desde 2019 exerce no Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval com o cargo de analista remuneração da área de Recursos Humanos.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		Até a posse dos que foram eleitos em RCA a ser realizada até 30 de abril de 2027.		29/04/2022	Não	

Nome: Rony Dayan **CPF:** 312.362.938-43 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/01/1978

Experiência Profissional: Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2001. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Membro do Conselho de Administração no próprio Banco Daycoval (Instituição Financeira), integrante do grupo econômico do Daycoval. O Sr. Rony Dayan não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Não houve qualquer condenação criminal, ou em processo administrativo da CVM, ou transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)		15/07/2027	Membro do Conselho de Administração / Membro do Comitê de Auditoria	24/05/2022	Não	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a. administradores do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99 do capital social

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. controlador direto ou indireto do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas à Seção 7 que não tenham sido prestadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. Composição da Remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. razões que justificam a composição da remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais sua metodologia de cálculo e de reajuste; principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. membros não remunerados pelo Emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	14,00	0,00	20,00
Nº de membros remunerados	6,00	14,00	0,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	38.879.392,80	53.199.582,24	0,00	92.078.975,04
Benefícios direto e indireto	453.394,67	940.916,86	0,00	1.394.311,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	39.332.787,47	54.140.499,10	0,00	93.473.286,57

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	12,00	0,00	18,00
Nº de membros remunerados	6,00	12,00	0,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	34.851.501,36	45.990.848,76	0,00	80.842.350,12
Benefícios direto e indireto	438.480,59	825.156,68	0,00	1.263.637,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	35.289.981,95	46.816.005,44	0,00	82.105.987,39

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	12,00	0,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	31.531.189,68	42.282.606,48	0,00	73.813.796,16
Benefícios direto e indireto	399.204,91	752.728,89	0,00	1.151.933,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	31.930.394,59	43.035.335,37	0,00	74.965.729,96

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a. órgão

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. número total de membros

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. número de membros remunerados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a. órgão

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. número total de membros

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. número de membros remunerados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

i. em aberto no início do exercício social

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. perdidas e expiradas durante o exercício social

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. exercidas durante o exercício social

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Não aplicável.

b. número total de membros

Não aplicável.

c. número de membros remunerados

Não aplicável.

d. data de outorga

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. quantidade de opções outorgadas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

f. prazo para que as opções se tornem exercíveis

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

g. prazo máximo para exercício das opções

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

i. valor justo das opções na data da outorga

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.10 Outorga de ações

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a. órgão

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. número total de membros

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. número de membros remunerados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. número de ações

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. preço médio ponderado de aquisição

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.14 Planos de previdência

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a. órgão

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. número total de membros

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. número de membros remunerados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. valor da maior remuneração individual

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

e. valor da menor remuneração individual

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	Conselho de Administração - %			Diretoria Estatutária - %		
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração Fixa	97,32	41,5	37,57	19,37	55,05	50,63
Remuneração Variável	-	-	-	-	-	-
Valor total por órgão	98,47	41,52	37,57	19,43	55,08	50,63

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor:**

Conforme Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Memória de Cálculo do Número de Membros por Órgão

Conselho de Administração

Exercício Social 2022		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	6	6
<i>Fevereiro</i>	6	6
<i>Março</i>	6	6
<i>Abril</i>	6	6
<i>Maio</i>	6	6
<i>Junho</i>	6	6
<i>Julho</i>	6	6
<i>Agosto</i>	6	6
<i>Setembro</i>	6	6
<i>Outubro</i>	6	6
<i>Novembro</i>	6	6
<i>Dezembro</i>	6	6
Média	6,00	6,00

Exercício Social 2021		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	6	6
<i>Fevereiro</i>	6	6
<i>Março</i>	6	6
<i>Abril</i>	6	6
<i>Maio</i>	6	6
<i>Junho</i>	6	6
<i>Julho</i>	6	6
<i>Agosto</i>	6	6
<i>Setembro</i>	6	6
<i>Outubro</i>	6	6
<i>Novembro</i>	6	6
<i>Dezembro</i>	6	6
Média	6,00	6,00

Exercício Social 2020		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	6	6
<i>Fevereiro</i>	6	6
<i>Março</i>	6	6
<i>Abril</i>	6	6
<i>Maio</i>	6	6
<i>Junho</i>	6	6
<i>Julho</i>	6	6
<i>Agosto</i>	6	6
<i>Setembro</i>	6	6
<i>Outubro</i>	6	6
<i>Novembro</i>	6	6
<i>Dezembro</i>	6	6
Média	6,00	6,00

8.20 Outras informações relevantesDiretoria

Exercício Social 2022		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	14	14
<i>Fevereiro</i>	14	14
<i>Março</i>	14	14
<i>Abril</i>	14	14
<i>Maio</i>	14	14
<i>Junho</i>	14	14
<i>Julho</i>	14	14
<i>Agosto</i>	14	14
<i>Setembro</i>	14	14
<i>Outubro</i>	14	14
<i>Novembro</i>	14	14
<i>Dezembro</i>	14	14
Média	14,00	14,00

Exercício Social 2021		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	12	12
<i>Fevereiro</i>	12	12
<i>Março</i>	12	12
<i>Abril</i>	12	12
<i>Maio</i>	12	12
<i>Junho</i>	12	12
<i>Julho</i>	12	12
<i>Agosto</i>	12	12
<i>Setembro</i>	12	12
<i>Outubro</i>	12	12
<i>Novembro</i>	12	12
<i>Dezembro</i>	12	12
Média	12,00	12,00

Exercício Social 2020		
Mês	Nº de membros	Nº de membros remunerados
<i>Janeiro</i>	12	12
<i>Fevereiro</i>	12	12
<i>Março</i>	12	12
<i>Abril</i>	12	12
<i>Maio</i>	12	12
<i>Junho</i>	12	12
<i>Julho</i>	12	12
<i>Agosto</i>	12	12
<i>Setembro</i>	12	12
<i>Outubro</i>	12	12
<i>Novembro</i>	12	12
<i>Dezembro</i>	12	12
Média	12,00	12,00

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 8 do Formulário de Referência.

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
-----------------	-----

Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	29/06/2021
Descrição do serviço contratado	Serviços de Auditoria: a.1) Exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Daycoval e exame das demonstrações financeiras do: (i) Banco Daycoval - Cayman Branch, (ii) Daycoval Leasing - Bco. Múltiplo S.A. (ii) Dayprev - Vida e Previdência S.A., (iv) Daycoval Asset Management Adm. de Recursos Ltda; (v) ACS Participações Ltda; (vi) IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. a.2) Exame das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, e regulamentações complementares, semestral e anual; a.3) Exame das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board(IASB); a.4) Elaboração de relatório circunstanciado contendo deficiências de controles internos, se houver, no contexto da norma de auditoria brasileira NBC TA 265, para as empresas Dayprev Vida e Previdência, Daycoval Asset Management Adm de Recursos Ltda e ACS Participações Ltda; a.5) Revisão especial das Informações Trimestrais - ITR (CVM); a.6) Revisão especial dos critérios adotados pelo Daycoval quanto à classificação das operações de crédito por nível de risco e quanto à adequação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras, em atendimento à Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999; a.7) Revisão e elaboração de relatório circunstanciado sobre o sistema de controles internos, de acordo com a Circular BACEN nº 3.467, de 15 de setembro de 2009; a.8) Emissão de Relatório Circunstanciado para a Dayprev sobre a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação das informações nas Demonstrações Financeiras; a.9) Revisão dos questionários trimestrais da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para a Dayprev Vida e Previdência S.A; a.10) Realização de procedimentos previamente acordados estabelecidos no Comunicado Técnico IBRACON nº 01/06, de acordo com os procedimentos requeridos pela Circular SUSEP nº 517/15, para a elaboração dos respectivos relatórios circunstanciados; a.11) Procedimentos e relatório de Asseguração Limitada conf. Instr. CVM 558 sobre procedimentos estabelecidos pela administração para atender ao requerimento de valores mínimos de patrimônio líquido e recursos mantidos em disponibilidades pela Daycoval Asset Management; a.12) Relatório de cumprimento de cláusulas e compromissos contratuais relativos aos empréstimos – Financial Covenants IAIC; a.13) Revisão e relatório de procedimentos e relatórios dos controles internos das operações de cessão de crédito entre as instituições participantes da C3 Registradora conforme Circular BACEN nº 3.743, de 8 de janeiro de 2015 e manual de operações da C3 Registradora.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No ano de 2022, foram pagos (i) R\$ 2.351.189,45 em relação a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais), (ii) R\$196.043,20 em relação a outros serviços relacionados a auditoria, incluindo Relatório de Asseguração Razoável (C3), Relatório de Asseguração Limitada (CM-558) e Relatório de cumprimento de cláusulas e compromissos contratuais relativos aos empréstimos - Financial Covenants IAIC.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Banco que não se caracterizem como de auditoria externa.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Outras Informações relevantes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Banco que não se caracterizem como de auditoria externa.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	231	429	0	0	0
Não-liderança	1471	1301	0	0	0
TOTAL = 3.432	1702	1730	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	9	524	26	95	1	5	0
Não-liderança	53	1874	189	634	1	21	0
TOTAL = 3.432	62	2398	215	729	2	26	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	26	470	164
Não-liderança	791	1726	255
TOTAL = 3.432	817	2196	419

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	7	29	17	572	35	0
Não-liderança	26	109	84	2408	145	0
TOTAL = 3.432	33	138	101	2980	180	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	22	11	0	0	0
Nordeste	78	60	0	0	0
Centro-Oeste	60	41	0	0	0
Sudeste	1447	1533	0	0	0
Sul	95	85	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.432	1702	1730	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	1	9	4	19	0	0	0
Nordeste	2	78	10	48	0	0	0
Centro-Oeste	2	59	4	36	0	0	0
Sudeste	57	2098	192	609	1	23	0
Sul	0	154	5	17	1	3	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.432	62	2398	215	729	2	26	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	7	19	7
Nordeste	19	94	25
Centro-Oeste	18	74	9
Sudeste	735	1907	338
Sul	38	102	40
Exterior	0	0	0
TOTAL = 3.432	817	2196	419

10.1 Descrição dos recursos humanos

10 – RECURSOS HUMANOS

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. índice de rotatividade

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

10.2 Alterações relevantes

10.2 Comentar qualquer alteração relevantes ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. política de benefícios

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários, (ii) condições para exercício, (iii) preços de exercício, (iv) prazos de exercício e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 10 do Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme Anexo C da Resolução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	31/12/2022	7.349.758,72	7.349.758,72	7.349.758,72	Vencimento em 02/09/2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Letras financeiras					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicações financeiras.					
Posição contratual do emissor	Taxa de juros praticada de 111,00 do CDI Devedor					
Demais partes relacionadas pessoas físicas	31/12/2022	2.521.093,76	2.521.093,76	2.521.093,76	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Partes relacionadas					
Objeto contrato	Depósitos à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	31/12/2022	33.969.687,23	33.969.687,23	33.969.687,23	Vencimento entre 23/09/2024 e 12/08/2026	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Depósito a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponibilidades de caixa					
	Taxa de juros praticada entre 102,00 e 105,00 do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					
SCC Agência de Turismo Ltda.	31/12/2022	2.552.367,54	2.552.367,54	2.552.367,54	Vencimento em 27/08/2025	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Depósito a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira.					
	Taxa de juros praticada de 106,00 do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Demais partes relacionadas pessoas físicas	31/12/2022	131.359.627,60	131.359.627,60	131.359.627,60	Vencimentos entre 02/01/2023 e 30/07/2030	0,000000
Relação com o emissor	Demais partes relacionadas					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira. Taxa de juros praticadas: (i) taxa pré-fixa entre 2,77 a.a. e 15,00 a.a.; e (ii) taxa pós-fixada entre 100,00 e 115,00 do CDI e 100,00 do IPC-A.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
ACS Participações Ltda.	31/12/2022	364.818.724,15	364.818.724,15	364.818.724,15	Vencimentos entre 15/03/2024 e 02/09/2024	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta					
Objeto contrato	Letras financeiras					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira. Taxa de juros praticada: (i) taxa pós-fixada entre 109,50 e 111,00 do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Demais partes relacionadas pessoas físicas	31/12/2022	238.952.046,14	238.952.046,14	238.952.046,14	Vencimentos entre 10/05/2023 e 01/07/2030	0,000000
Relação com o emissor	Demais partes relacionadas					
Objeto contrato	Letras financeiras					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira. Taxa de juros praticada: (i) pré-fixada entre 5,23 a.a. e 14,55 a.a.; e (ii) pós-fixada entre 100,00 a 109,50 do CDI e 100 do IPC-A.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A.	31/12/2022	1.859.736.949,17	1.859.736.949,17	1.859.736.949,17	Vencimento em 08/12/2023	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta					
Objeto contrato	Depósitos interfinanceiros					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aplicações de disponibilidade de caixa.					
	Taxa de juros praticada de 109,00 do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					
ACS Participações Ltda.	31/12/2022	21.039.742,68	21.039.742,68	21.039.742,68	Vencimentos entre 08/05/2025 e 08/09/2025	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta					
Objeto contrato	Depósito a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira. Taxa de juros praticadas: (i) taxa pós-fixada em 110,0 do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Daycoval Metais Ltda	31/12/2022	80.440,37	80.440,37	80.440,37	Vencimentos entre 25/06/2024 e 02/03/2026	0,000000
Relação com o emissor	Outras pessoas jurídicas ligadas					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira. TTaxa de juros praticadas: (i) taxa pós-fixada em entre 105,00 a 112,50 do CDI.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Shtar Empreendimentos e Participações Ltda.	31/12/2022	211.857,20	211.857,20	211.857,20	Vencimento em 10/06/2024	0,000000
Relação com o emissor	Outras pessoas jurídicas ligadas					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira. Taxa de juros praticadas: (i) taxa pós-fixada em 112,50 do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					
SCC Agência de Turismo Ltda.	31/12/2022	12.254.805,25	12.254.805,25	12.254.805,25	Vencimento em 27/08/2025	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Letras financeiras					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira. Taxa de juros praticada: (i) taxa pré-fixada em 9,10					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Dayprev Vida e Previdência S.A.	31/12/2022	21.648,01	21.648,01	21.648,01	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta					
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	31/12/2022	299.641,28	299.641,28	299.641,28	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Outras pessoas jurídicas ligadas					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Demais partes relacionadas pessoas físicas	31/12/2022	38.761.958,79	38.761.958,79	38.761.958,79	Vencimentos entre 02/01/2023 e 03/12/2029	0,000000
Relação com o emissor	Demais partes relacionadas					
Objeto contrato	Letras de crédito imobiliário					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicações financeiras					
Posição contratual do emissor	Taxa de juros praticada: (i) pré-fixada entre 5,21 a.a. e 13,70 a.a.; e (ii) pós-fixada entre 90,00 e 120,00 do CDI e 100,00 do IPC-A Devedor					
ACS Participações Ltda.	31/12/2022	30.111,68	30.111,68	30.111,68	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta					
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Daycoval Asset Management Ltda.	31/12/2022	28.469,15	28.469,15	28.469,15	Indefinida	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta					
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Treetop Investments Ltd.	31/12/2022	4.581.168,41	4.581.168,41	4.581.168,41	Vencimento em 18/03/2024	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta no exterior					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira					
Posição contratual do emissor	Devedor					
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	31/12/2022	3.496.023,59	3.496.023,59	3.496.023,59	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Deposito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SCC Agência de Turismo Ltda.	31/12/2022	10.411,06	10.411,06	10.411,06	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Deposito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	31/12/2022	83.155,04	83.155,04	83.155,04	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta					
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A.	31/12/2022	782.199,24	782.199,24	782.199,24	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Parte relacionada					
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Valco Adm. Participação e Representações Ltda.	31/12/2022	9.068.140,59	9.068.140,59	9.068.140,59	Vencimento entre 17/05/2024 e 05/05/2026	0,000000
Relação com o emissor	Outras pessoas jurídicas ligadas					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros praticadas: (i) taxa pós-fixada entre 104,00 a 105,00 do CDI.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Treetop Investments Ltd.	31/12/2022	292.294,46	292.294,46	292.294,46	Indefinida	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta no exterior					
Objeto contrato	Depósito à vista					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Depósito à vista					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Daycoval Asset Management Ltda.	31/12/2022	940.988,22	940.988,22	940.988,22	Vencimentos entre 15/10/2025 e 17/12/2025	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta					
Objeto contrato	Depósito a prazo					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponibilidades de caixa					
	Taxa de juros praticadas: (i) taxa pós-fixada em 110,00 do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Demais partes relacionadas pessoas físicas	31/12/2022	38.884.166,15	38.884.166,15	38.884.166,15	Vencimentos entre 10/01/2023 e 04/01/2027	0,000000
Relação com o emissor	Pessoas físicas ligadas					
Objeto contrato	Letras de crédito do agronegócio					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Resgate					
Natureza e razão para a operação	Aplicações financeiras					
	Taxa de juros praticada: (i) pré-fixada entre 4,20 e 13,80 a.a.; e (ii) pós-fixada entre 95,00 e 120,00 do CDI e 100,00 do IPC-A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Demais partes relacionadas pessoas físicas	31/12/2022	291.136,80	291.136,80	291.136,80	Vencimentos entre 3 meses a 5 anos	0,000000
Relação com o emissor	Pessoas físicas ligadas					
Objeto contrato	Derivativos					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pagamento					
Natureza e razão para a operação	Operação de swap					
Posição contratual do emissor	Credor					
Danuri Importação e Exportação Ltda	31/12/2022	14.814.777,13	14.814.777,13	14.814.777,13	Até 3 meses	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Pessoa jurídica ligada					
Objeto contrato	Operações de crédito					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pagamento					
Natureza e razão para a operação	Capital de giro					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas na tabela 11.2 ocorridas no último exercício social: (n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Daycoval, realizam transações, com o próprio Daycoval, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às taxas praticadas pelo mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Informações Adicionais relativas ao item 11.2

De acordo com as definições do Pronunciamento CPC nº 05 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 642/10, as "demais partes relacionadas pessoas físicas", referem-se a membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a entidade e incluem: (a) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a); (b) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); e (c) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a).

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 11 do Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
05/03/2020		Totalmente Integralizado	3.557.259.798,92
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.323.471.042		567.201.876	1.890.672.918

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
05/03/2020		Totalmente Integralizado	3.557.259.798,92
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.323.471.042		567.201.876	1.890.672.918

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
05/03/2020		Totalmente Integralizado	3.557.259.798,92
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.323.471.042		567.201.876	1.890.672.918

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
05/03/2020			0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
3.000.000.000		3.000.000.000	3.000.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Data de emissão	12/03/2019
Data de vencimento	15/03/2024
Quantidade Mil	10.000
Valor total R\$	2.000.000.000,00
Características dos valores mobiliários de dívida	7ª emissão de LF
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Nas hipóteses previstas, em que haja a necessidade da autorização formal dos titulares de Letras Financeiras em Circulação para a realização de qualquer ato ou negócio jurídico nos termos do presente Instrumento e/ou caso titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 10 (dez por cento) das Letras Financeiras em Circulação, tenha(m) interesse em se reunir com os demais para discutir assunto de interesse comum, o Agente responsável pelos valores mobiliários deverá convocar espontaneamente ou mediante solicitação dos titulares das Letras Financeiras, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da respectiva solicitação encaminhada, por escrito, uma reunião dos titulares de Letras Financeiras (“Assembleias de Credores”).</p> <p>Qualquer alteração ou modificação (i) aos quórum qualificados previstos no instrumento dos Termos e Condições da 7ª emissão; e (ii) nos Eventos de Pagamento e Eventos de Revisão, deverá ser aprovada por titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 75 (setenta e cinco por cento) das Letras Financeiras em Circulação, em primeira ou em segunda convocação.</p> <p>A aprovação em Assembleia de Credores de matéria que implique ou possa implicar na alteração e/ou modificação dos termos e condições referentes aos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 1ª Série e/ou dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 2ª Série, dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 3ª Série e/ou dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras da 4ª Série, conforme o caso, e a Data de Vencimento, previstos no instrumento da Oferta, devem necessariamente ser aprovada, em qualquer convocação, pelos votos favoráveis de titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 90 (noventa por cento) das Letras Financeiras da respectiva Série em Circulação, reunidos em Assembleia de Credores realizada separadamente entre os titulares de Letras Financeiras em Circulação da respectiva Série.</p> <p>As deliberações tomadas pelos titulares das Letras Financeiras, no âmbito de sua competência legal, observados os quórum estabelecidos no Instrumento da Oferta, são existentes, válidas e eficazes perante o Emissor e obrigarão a todos os titulares das Letras Financeiras, presentes e futuros, independentemente de terem comparecido ou do voto proferido nas respectivas Assembleias de Credores, observado, no que forem aplicáveis, as disposições referentes ao regimento do condomínio civil previsto nos artigos 1.314 a 1.326 do Código Civil, o qual permanecerá indiviso até que se verifique a liquidação integral das Letras Financeiras.</p>
Outras características relevantes	<p>a) Negociação das Letras Financeiras: Os titulares das Letras Financeiras podem transferir e alienar as Letras Financeiras, na forma prevista desta emissão, sendo que a realização de quaisquer dos atos definidos deverão atender as regras e os procedimentos definidos pela B3;</p> <p>b) Podem ser adquiridas pelo emissor, Letras Financeiras no mercado secundário, desde que observado o limite de 5 (cinco por cento) do total de letras financeiras emitidas, sem cláusula de subordinação, incluídas nesse percentual as letras financeiras mantidas em tesouraria pelas entidades componentes do conglomerado econômico-financeiro do Emissor, devendo permanecer em tesouraria ou serem novamente colocadas no mercado.</p>

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Letras Financeiras	0	0	60

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As Letras Financeiras da 7ª emissão são registradas, para negociação no mercado secundário, na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação		Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	
Descrição do Banco Depositário		Descrição da Instituição Custodiante	
Euro Medium Term Note (EMTN)	BOND	Irlanda	US\$ 350,0 milhões
Irish Stock Exchange	06/12/2019	13/12/2019	100.000000%
Sim: Irish Stock Exchange - Global Exchange Market		Não	
Sim:		Não	

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Bond ISIN # XS2092941330
Data de emissão	13/12/2019
Data de vencimento	13/12/2024
Quantidade Mil	450.000.000
Valor nominal global R\$	2.614.275.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.253.188.205,63
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Bond senior emitido ao preço de 99,444, com cupom de 4,25 a.a. semi-annual, pagos semestralmente e principal amortizado de uma única vez no vencimento. A emissão foi feita no âmbito do programa de Euro Medium Term Note do Banco Daycoval S.A. de USD 2,0 bilhões.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Conforme Anexo C da Instrução da CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 29 de abril de 2021, o Banco concluiu a 8ª emissão de Letras Financeiras no montante de R\$233,5 milhões, sendo 6 séries, com vencimentos em 02 de janeiro de 2026, 04 de janeiro de 2027, 03 de janeiro de 2028, 02 de janeiro de 2029, 02 de janeiro de 2030 e 02 de janeiro de 2031.

Em 20 de maio de 2021, o Banco concluiu a 9ª emissão de Letras Financeiras, no montante de R\$150 mil, sendo 3 séries de R\$50 mil cada, com vencimentos em 20 de maio de 2024, 20 de maio de 2025 e 20 de maio de 2026.

Em 21 de outubro de 2021, o Daycoval concluiu sua 10ª oferta pública de Letras Financeiras, emitindo um total de R\$1 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira de R\$202 milhões para dois anos; a segunda, de R\$494 milhões, para três anos; e a terceira, de R\$304 milhões, para 4 anos.

Em 03 de maio de 2022, o Daycoval concluiu sua 12ª oferta pública de Letras Financeiras, emitindo um total de R\$ 1 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira no valor de R\$ 406,0 milhões para 2 anos; a segunda, para 3 anos, de R\$ 340,0 milhões; e a terceira, de R\$ 354,0 milhões, em 4 anos.

Essas emissões foram realizadas em conformidade com a Resolução CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020.

Para mais informações ver Documentos de Informações Essenciais – DIE: <https://ri.daycoval.com.br/pt/informacoes-aos-investidores/documento-de-informacoes-essenciais-die>.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Paulo Augusto Luz Ferreira Saba
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Morris Dayan
Cargo do responsável	Diretor Presidente

13.1 – Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Morris Dayan**, brasileiro, casado, corretor de valores, portador da cédula de identidade RG nº 8.595.549 e inscrito no CPF/ME sob o nº 195.131.528-63, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1793, Diretor Executivo do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), neste ato declaro que:

- a. revi o Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do Daycoval e dos riscos inerentes às atividades.

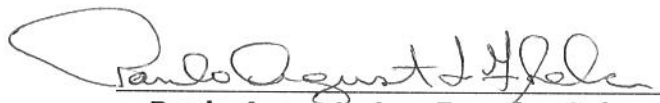


Morris Dayan
Diretor Executivo

13.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Paulo Augusto Luz Ferreira Saba**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 17.000.803-4-SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº 162.994.678-86, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1793, Diretor de Relações com Investidores do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), neste ato declaro que:

- a. revi o Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do Daycoval e dos riscos inerentes às atividades.



Paulo Augusto Luz Ferreira Saba
Diretor de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.3 – Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável, uma vez que as declarações individuais do Diretor Executivo e do Diretor de Relações com Investidores foram apresentadas nos itens 13.1 e 13.2 deste Formulário de Referência.